



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO NA VOZ DAS COMUNIDADES

Tânia Cecília Brandão Gondim de Freitas Pinto

MANAUS-AM
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TÂNIA CECÍLIA BRANDÃO GONDIM DE FREITAS PINTO

A EDUCAÇÃO NA VOZ DAS COMUNIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel.

MANAUS-AM
2008

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

| | |
|-------|---|
| | Pinto, Tânia Cecília Brandão Gondim de Freitas |
| A663i | A Educação na Voz das Comunidades – UFAM: UFAM, 2008. |
| | 138 f.; s/ il. |
| | Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas, 2008. Orientadora: Prof. ^a Dr. ^a Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel. |
| | 1. Educação 2. Comunicação 3. Rádio Comunitária 4. Dialogicidade 5. Participação I. Weigel, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros II. Universidade Federal do Amazonas III. Título |
| | CDU 364.122.5 (811.3)(043.3) |

TÂNIA CECÍLIA BRANDÃO GONDIM DE FREITAS PINTO

A EDUCAÇÃO NA VOZ DAS COMUNIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel.

Aprovado em 22/12/2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel – Presidente
Faculdade de Educação/UFAM

Prof.^a Dr.^a Irecê Barbosa Monteiro – Membro
Universidade do Estado do Amazonas/UEA

Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves – Membro
Instituto de Ciências Humanas e Letras/UFAM

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Thomas Brandão, um ser lindo, minha obra-prima, que ressignificou minha vida e me ensinou a ver beleza e arte nos fatos mais corriqueiros do cotidiano.

E à minha saudosa avó Cecília de Andrade “a garota que nasceu com o samba na alma e acabou por tornar-se a rádio-cantora mais aplaudida da Voz da Baricéa”, (O Rádio no País das Amazonas - Luiz Eugênio Nogueira, 1999), que entre suas inúmeras contribuições para minha formação intelectual, me fez perceber a beleza do veículo rádio.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter permitido que eu chegasse até aqui;

Aos meus pais Tereza e Edilson Albuquerque, pessoas que me fortaleceram e me ensinaram a nunca desistir dos meus objetivos. Sobretudo à minha amada mãe, mulher guerreira, de fibra: serei eternamente grata à sua dedicação e apoio irrestritos, sem os quais jamais teria concluído este projeto;

Ao meu marido Matheus Gondim por ter me apoiado nos momentos mais difíceis ao esclarecer as abordagens filosóficas sempre com bom humor;

Aos meus amigos Tânia Viana e Thais Viana, Helen Corrêa, Ismael Benigno, Cimone Barros, Lúcia Cordeiro e Rita Bacuri cuja ajuda e incentivo foram fundamentais para a realização deste projeto;

Aos meus sogros Renan de Freitas Pinto e Neide Gondim, pela disposição em me ajudar compartilhando seu conhecimento e seus livros;

À professora Valéria Weigel, por ter aceitado o desafio de me orientar e de quem recebi total apoio e incentivo nesta empreitada;

À professora Ivânia Vieira por ter me indicado os caminhos para a realização desta pesquisa;

Às colegas Odinea Araújo e Eneida Marques, pelo material sobre a rádio e pelas conversas esclarecedoras sobre o tema;

Aos companheiros do Jornal A Crítica Carla Yael, Saulo Borges e Omar Gusmão pela compreensão e sensibilidade sobre a importância desse projeto;

Às minhas tias Maria e Ofélia e à minha prima Kezy, pela dedicação ao meu filho quando eu não podia estar presente;

A todos os atores sociais da Rádio A Voz das Comunidades pelo espírito colaborativo na realização da coleta de dados.

Agradeço.

RESUMO

Esta pesquisa investigou as práticas educativas adotadas pela rádio comunitária *A Voz das Comunidades*, a primeira do Brasil autorizada pelo Ministério das Comunicações, que existe há sete anos na comunidade do Mutirão, no bairro Cidade Nova I, zona Norte de Manaus. Como desafios, o trabalho apresenta os de compreender, analisar métodos e diagnosticar as falhas na missão de transmitir uma programação pautada na educação libertadora. Adotamos a pesquisa de campo fenomenológica de cunho qualitativo como método de investigação da rádio *A Voz das Comunidades*, com destaque para a educação, a comunicação e a participação comunitária. A pesquisa fenomenológica qualitativa permite que elementos de subjetividade possam ser ressaltados na análise. Os dados colhidos no trabalho de campo realizado por meio de entrevistas abertas, semi-abertas e grupo focal foram analisados a partir da metodologia hermenêutica-dialética. Ao unirmos a hermenêutica, que se movimenta na perspectiva da compreensão, consciência histórica, empatia e intersubjetividade, e a dialética, cujo ponto de partida é idéia de crítica, negação, oposição, transformação e contradição da realidade social, o resultado foi enriquecedor, pois um volume considerável de informações e revelações sobre o cotidiano no qual *A Voz das Comunidades* estava inserida foi revelado. Além de reunir elementos, conhecer e analisar as contribuições da rádio para o Mutirão, também apontamos a necessidade de ajustes no sentido de melhorar o envolvimento da população com a rádio. As teorias da Ação Comunicativa de Habermas e a da Ação Dialógica de Paulo Freire serviram de sustentação teórica para evidenciar a urgência para a criação e reforço de vínculos com a cultura local, promovendo o diálogo horizontal entre moradores e gestores da emissora. Trabalhamos também com o conceito de Educomunicação, um novo campo de inter-relação entre a comunicação e a educação, para compreender as mediações educacionais da rádio, propor ações práticas na área da gestão comunicativa que estimulem a participação popular na emissora e facilite a captação de recursos financeiros, uma das principais dificuldades enfrentadas. Nossa conclusão aponta para a educação inter-relacionada à comunicação e à participação popular como possibilidade frutífera para consolidar práticas e fortalecer o espaço de aprendizagem ou ecossistema educativo informal que a rádio representa. Apontamos a necessidade de metodologias que consideram a diversidade cultural local para estimular e manter o protagonismo popular e, assim, criar uma ambiente favorável para a educação libertadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Comunicação; Rádio Comunitária; Dialogicidade; Participação.

ABSTRACT

This research investigated the educational practices adopted by Radio the Voice of the Community, the first authorized by the Brazilian Ministry of Communications, which has existed for seven years in the community Mutirão in the neighborhood I New Town, North of Manaus. As challenges, the work shows to understand, analyze methods and diagnose the faults in the mission to send a schedule based on education liberating. We adopted the search field of phenomenological nature of qualitative research as a method of radio Voice of the Community, with emphasis on education, communication and community participation. The phenomenological qualitative research allows elements of subjectivity can be highlighted in the analysis. The data collected in the fieldwork carried out by means of open, semi-open and focus group were analyzed from the hermeneutic-dialectic methodology. To unite the hermeneutics, which moves in terms of understanding, historical awareness, empathy and intersubjectivity, and dialectic, whose starting point is the critical idea, denial, opposition, contradiction and transformation of social reality, the result was rewarding, because a considerable volume of information and revelations about everyday life in which the Voice of the insert was been revealed. Besides gathering information, understand and analyze the contributions of radio to the Mutirão also point out the need for adjustments to improve the population's involvement with the radio. The theory of communicative action of Habermas and the Action Dialogue of Paulo Freire used to support theoretical evidence for the urgency for the creation and strengthening of links with the local culture, promoting horizontal dialogue between residents and managers of the station. We work also with the concept of Educomunicação, a new field of inter-relationship between communication and education, to understand the mediation of educational radio, proposing practical actions in the field of management communication that encourage popular participation in the network and facilitate the raising of funds Financial, one of the main difficulties. Our conclusion points to the inter-related education to communication and popular participation as a fruitful opportunity to consolidate and strengthen the practice area of learning or informal educational ecosystem that radio represents. Point out the need for methodologies that consider the local cultural diversity to stimulate and maintain the popular protagonist, and thus create a favorable environment for education liberating.

KEY-WORDS: Education, Communication, Community Radio; dialogue; Participation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| Uma “Voz” que Nasceu na Igreja | 14 |
| O Entendimento a partir da Ética | 17 |
| A Educomunicação | 19 |
| Compreensão, Estranhamento e Contradições | 22 |
| | |
| CAPÍTULO 1 | |
| 1 – A VOZ DAS COMUNIDADES: UM NOVO CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO ...30 | |
| 1.1 – A Luta pelo Direito à Voz e a Vez | 31 |
| 1.1.1 – Religiosidade, Educação, Senso Crítico: No Ar... A Voz das Comunidades ..38 | |
| 1.1.2 – A Desvinculação com a Comunidade | 51 |
| 1.2 – Verticalização no Diálogo, Conflitos e Baixa Audiência | 56 |
| 1.3 – A Negação da Massividade | 65 |
| | |
| CAPÍTULO 2 | |
| 2 – RÁDIO POPULAR SEM PARTICIPAÇÃO: ONDE ESTÁ A VOZ DAS COMUNIDADES? | 76 |
| 2.1 – As Características de um Veículo Comunitário | 76 |
| 2.2 – A Cultura como Instrumento de Participação | 81 |
| 2.3 – Voz Enfraquecida e Participação Mínima: A Necessidade do Diálogo | 94 |
| 2.4 – A Falta de Exercício Dialógico e Ético na Busca pelo Consenso | 96 |
| 2.5 – A Distorção do Conceito de Comunicação Comunitária | 106 |
| 2.6 – Entraves na Busca pela Participação Comunitária | 110 |
| 2.7 – Análise das Práticas Educativas | 114 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 128 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 134 |

INTRODUÇÃO

A rádio *A Voz das Comunidades* localizada na comunidade *Mutirão Amazonino Mendes* – que de acordo com o Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb) concentra uma população 53 mil e 894 moradores cuja renda média é de 4,5 salários mínimos -, no bairro Cidade Nova, na zona Norte de Manaus, é a primeira emissora de baixa potência no Brasil legalizada pelo Ministério das Comunicações em 22 de fevereiro de 2001. Localizada na periferia de Manaus, a rádio acumula uma experiência de sete anos transmitindo uma programação educativa informal aos moradores das zonas Norte e Leste.

A comunidade surgiu na década de 1990, quando o então governador do Estado, Amazonino Mendes, forneceu telhas, madeiras e outros materiais para os moradores, que reunidos em grupos, construíram suas casas em regime de mutirão. Daí o fato de a comunidade ser mais conhecida como *Mutirão*.

Com uma programação diversificada a *Voz das Comunidades* funciona por meio do voluntariado. Professores do Ensino Fundamental, crianças, universitários, donas de casa, industriários, feirantes, jovens e aposentados atuam como locutores, programadores de áudio, secretários, repórteres, produtores e quaisquer outras atividades necessárias ao funcionamento da rádio.

O objetivo da programação é “dar voz e vez” à população marginalizada das zonas Norte e Leste de Manaus para que possam ser sujeitos transformadores da realidade. Esse propósito é colocado em prática a partir das discussões de temas que raramente são abordados com profundidade nas rádios comerciais.

Ao longo de sete anos, A Voz das Comunidades luta para estimular o senso crítico em seus ouvintes, ao discutir questões como transporte coletivo, direito à meia-passagem, atuação dos políticos na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa, falhas no atendimento da rede de saúde, falta de infra-estrutura urbana, bem como a prevenção e o combate às drogas, ao alcoolismo, à gravidez na adolescência e outras questões que afetavam diretamente o cotidiano dos bairros das zonas Norte e Leste. Paralelamente, a rádio transmite também programas sobre saúde, cultura indígena, qualidade de vida na terceira idade, direitos da criança e do adolescente e planejamento familiar, permitindo aos ouvintes acesso a um conteúdo bem diferente daquele transmitido pelas emissoras comerciais.

Assim como as demais rádios comunitárias brasileiras o objetivo é permitir à população oprimida um canal de comunicação para que os moradores possam ser sujeitos transformadores da realidade, conforme o pensamento de Paulo Freire que influenciou sobremaneira a Igreja Católica.

Mas desde que passou a funcionar, esse objetivo vem sendo cumprido com muitas dificuldades. A exceção de três funcionários, os demais atuam voluntariamente e alguns recebem apenas uma ajuda financeira para garantir seu transporte de ida e volta ao Mutirão Amazonino Mendes, quando moram em outro bairro. Aspecto esse que prejudica a continuidade da programação: a falta de um salário parece desestimular os profissionais que são forçados a procurar outras atividades remuneradas e deixam de atuar na emissora. As ausências ao trabalho

ocorrem com freqüência de modo que os operadores de áudio se vêem obrigados a inserir uma longa seqüência musical para cumprir a grade da emissora.

Outro entrave relaciona-se à dificuldade em conseguir apoios culturais para sanar gastos com as contas de energia elétrica, água e telefone. Freqüentemente, o Movimento Comunitário pela Cidadania- Mococi – Organização Não Governamental, à qual a concessão da rádio foi liberada, precisa apelar para a igreja ou até mesmo para uma entidade católica italiana que envia recursos financeiros para saldar as dívidas.

A Lei 9.612/98 que rege as rádios de baixa freqüência estabelece que essas emissoras não podem veicular comerciais, apenas apoios culturais, sendo assim, os coordenadores estão impedidos de oferecer seu espaço para divulgar promoções em determinado estabelecimento comercial. As informações transmitidas em um apoio cultural devem restringir-se ao nome e ao endereço do apoiador, o que desestimula a procura pela rádio como um agente facilitador na alavancagem das vendas para o comércio daquela região.

Outro percalço é a audiência da rádio comunitária: mesmo desenvolvendo uma programação cuja premissa é a educação libertadora conforme o pensamento de Paulo Freire, *A Voz das Comunidades* ainda enfrenta resistência por parte dos moradores do Mutirão. Conforme pesquisa de Araújo (2004) a emissora ainda não havia conquistado os comunitários. O fato de os ouvintes ainda estarem presos a um formato imposto pela indústria fonográfica com músicas de letras populares, muitas vezes de duplo sentido, prática não adotada pela emissora, foi apontado como provável responsável pela resistência à programação:

Nas várias vezes em que visitei a rádio, percebi que os próprios vizinhos da emissora ouviam as rádios comerciais, não valorizavam o trabalho feito do outro lado da rua, ao lado da casa, por pessoas simples iguais a eles (ARAÚJO, 2004, p. 103).

Em seu trabalho Araújo traçou um comparativo com a Rádio Favela em Belo Horizonte (MG) que acumula uma experiência de mais de 20 anos. Considerada a rádio comunitária mais antiga do país com audiência entre as mais altas de Belo Horizonte, a boa aceitação daquela emissora está no apoio que recebeu dos comunitários. “É bem verdade que esta emissora não era tão inflexível quanto à seleção musical e adotava um linguajar sem nenhum critério, outro fato que na rádio *A Voz das Comunidades* não era permitido”, observou Araújo (2004, p. 104).

Um dos princípios motivadores da pesquisa *A educação na Voz das Comunidades*, foi o pressuposto de que atingir níveis mais efetivos de participação popular parecia imprescindível para uma emissora comunitária comprometida com a educação.

A Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998 estabelece que o alcance de uma emissora de baixa frequência está limitado a um quilômetro de raio. A rádio é ouvida em todo o bairro da Cidade Nova na Zona Norte de Manaus - que de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, reúne 193 mil e 490 moradores. Mas não só a Cidade Nova, outros bairros da Zona Norte onde a rádio está instalada e outros da Zona Leste, recebem o sinal da emissora. É um contingente nada desprezível de pessoas que podem configurar uma audiência de peso para atingir o objetivo de educar pelo meio radiofônico.

Uma “Voz” que Nasceu na Igreja

A Voz das Comunidades foi idealizada pelo padre Luigi Giuliani, então líder da área missionária São Francisco. O missionário queria contribuir para a formação das pessoas com pouco acesso à informação para que pudessem aperfeiçoar seu senso crítico por meio de uma emissora radiofônica pautada na educação como forma de libertação.

A idéia de instalar uma rádio comunitária no Mutirão foi vislumbrada quando Luigi Giuliani participou de um encontro em São Paulo, onde representou a Arquidiocese de Manaus em 1993 (ARAÚJO, 2004).

Na campanha da Fraternidade de 1996, que cuja defesa era democratização da comunicação, a idéia começou a ser concretizada. Mas somente dois anos depois, em 1998, quando aconteceu a aprovação da Lei que normatizava o serviço das rádios alternativas, a solicitação de outorga foi formalizada.

Por estar diretamente ligada à igreja católica, *A Voz das Comunidades* professa o catolicismo na fala da maioria dos seus colaboradores em programas como *Musical Gospel*, *Hora da Catequese*, *Família*, *Comunidade e Vida* e outros que são apresentados por membros ligados a liturgia da área missionária.

Considerando a prática dos coordenadores da rádio em suas transmissões, pudemos perceber seu esforço em difundir conteúdos críticos aos que tinham pouco acesso à informação e ao conhecimento. Mas alguns questionamentos se impuseram como necessários para elucidar o pouco envolvimento da comunidade com aquela rádio comunitária.

Esse baixo envolvimento repercutia em toda a cidade, cujos moradores pareciam desconhecer a FM 87,9 MHz, a primeira rádio comunitária reconhecida pelo Governo Federal e que já funcionava há sete anos. Investigar os motivos que

resultavam nessa postura era fundamental para descobrir as falhas no processo de transmissão das mensagens, pois, se tratava de um feito digno de orgulho ter uma rádio comunitária funcionando em Freqüência Modulada na capital amazonense. Uma mídia a serviço das necessidades da população, disposta a expor seus problemas, buscar soluções para suas demandas, contribuir para sua educação difundindo conteúdos críticos com uma programação que pelo menos teoricamente, aspirava estimular o senso crítico, com informações que fazem o ouvinte questionar, duvidar e transformar a realidade na qual está inserido merecia uma investigação.

Um fato importante que já podemos destacar é que tanto a população do Mutirão, quanto a população de Manaus de uma forma geral, parecia desconhecer ou, uma vez que a conhecia, não valorizava aquele meio de comunicação popular pautado pela educação libertadora. Por outro ângulo, a rádio comunitária passou a ser encarada como ameaça por uma emissora comercial de forte caráter popular, que certa vez se mobilizou junto ao escritório da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em Manaus para que a altura da antena da *Voz das Comunidades* fosse diminuída. A justificativa para a denúncia junto a Anatel era a de que programação a rádio estava “vazando” para além do permitido (um quilômetro de raio), e prejudicando às demais emissoras. Este fato comprovou a força daquela emissora comunitária, que representava para a grande mídia radiofônica de Manaus um foco de preocupação.

Analisando esse quadro indagamos; a importância estratégica de uma rádio comunitária como mediadora da educação foi profundamente discutida e esclarecida aos moradores? O conteúdo transmitido atende às necessidades destes? Os moradores se identificam com a forma (linguagem) pela qual a educação é transmitida pela rádio? Os coordenadores consideram a cultura, o cotidiano, os

valores dos grupos sociais daquela comunidade? O rigor na linguagem não poderia estar afastando os ouvintes? Por que a rádio ainda não conseguiu atingir seu público? Até que ponto a falta de recursos financeiros é um agente impeditivo para transmitir uma educação crítica?

Mesmo bem intencionados, os coordenadores do Mococi, Movimento Comunitário pela Cidadania, entidade sem fins lucrativos que administra a rádio, ainda não conseguiram atingir o objetivo de sensibilizar a comunidade sobre a importância da emissora para a educação e formação da cidadania. A grade da programação demonstra a preocupação em colocar no ar conteúdos e informações educativas através dos programas: *Herdeiros do Futuro*, dirigido aos jovens e os problemas que os afetavam como falta de emprego, formação escolar, os perigos das drogas; *A Hora da Alegria*, cujo foco são crianças com brincadeiras como “o que o que é”, “trava língua”, *performances* e outros elementos lúdicos; *Musical Gospel*, que divulga músicas católicas e evangélicas sempre com uma mensagem espiritual ecumênica ao fim de cada música; *Povos Indígenas*, cujo alvo são as etnias que viviam em Manaus para que estas divulguem suas culturas; *Povos em Movimento*, um programa para pessoas de outros Estados que residem em Manaus que mostra a diversidade cultural de cada região; *Jornal Voz e Vez*; um quadro diário com notícias relacionadas à comunidade ou que a afetam indiretamente, e outros programas transmitidos ao longo da semana das 06h às 18h mostram o interesse pela educação.

Parecia haver um esforço genuíno em permitir que todos tivessem voz e vez, mas poucos comunitários - geralmente os que estavam ligados à área missionária de São Francisco-, cuja igreja localizava-se no Mutirão, eram sensíveis à programação.

Compreender porque este fenômeno está acontecendo é importante para elucidar os motivos pelos quais a emissora radiofônica cujo trabalho de implantação foi árduo e demorado, não sucumba a problemas estruturais e ausência de intervenções.

Se o objetivo é que a rádio propague uma educação que transforme os moradores do Mutirão de simples receptores, a receptores críticos, entender a história e o processo do seu *fazer comunicação* é tarefa indispensável para que a emissora em Frequência Modulada, continue sua missão. Como salientou Paulo Freire, a comunicação transforma os homens em sujeitos; a partir da educação é construído o conhecimento de forma compartilhada formando um processo de comunicação que se manifesta por meio das relações dialéticas dos seres humanos entre si e destes com o mundo (BURGOS, 1996).

Partindo dessa análise propomos com a pesquisa *A Educação na Voz das Comunidades*, conhecer e analisar os trabalhos no campo da educação informal realizados pela primeira rádio comunitária legalizada do Brasil, com o intento de identificar elementos que impediam sua aceitação pela comunidade.

O Entendimento Construído a partir da Ética

A teoria da Ação comunicativa de Habermas (1981) é utilizada neste trabalho por contribuir nas respostas aos desafios da contemporaneidade. Ao considerarmos alguns percalços d'A *Vos das Comunidades* no âmbito comunicacional, a ação comunicativa de Habermas mostra-se fundamental por ser uma teoria que se coloca entre os desafios da sociedade civil e contratual; por considerar as liberdades coletivas e individuais e se manifestar em espaços e ambientes das comunicações sociais e interpessoais visando a consecução de um fim.

A ação comunicativa se manifesta em situações de conflito “do mundo da vida” onde a racionalidade daqueles que participam desta prática é mensurada pela capacidade de argumentação que apresentam: é a capacidade de fundamentar suas manifestações ou emissões nas *circunstâncias apropriadas*.

Em nosso trabalho de campo verificamos o quanto essa teoria é relevante ao percebemos uma série de conflitos gerados pela ausência de uma argumentação bem fundamentada.

Conflitos geracionais, visões diferenciadas de comunicação comunitária, problemas de origem conceitual sobre rádio comunitária, educação e participação foram detectados, o que demandou a necessidade de nos ampararmos no pensamento habermasiano.

Por esse prisma, a racionalidade imanente à prática comunicativa cotidiana, remete à prática da argumentação como instância de apelação, que permite prosseguir a ação comunicativa com outros meios quando se produz um desacordo que já não pode ser absorvido pelas rotinas cotidianas, tampouco decidido pelo emprego direto ou pelo uso estratégico do poder. A prática imanente da ação comunicativa é, pois, a argumentação:

Chamo de *argumentação* o tipo de fala em que os participantes tematizam as pretensões de validade que se mostram duvidosas e tratam de aceitá-las ou de recusá-las por meio de argumentos. Uma argumentação contém razões que estão conectadas de forma sistemática com pretensões de validade de argumentação ou emissão problematizadas. A força de uma argumentação é capaz de convencer os participantes em um discurso, isto é, em si é capaz de motivá-los a aceitação da pretensão de validade em conflito (HABERMAS, 1987, p. 37).

De acordo com Habermas, quando há possibilidade de diálogo entre dois ou mais sujeitos, existe aí um exercício ético. É um momento especial em que seres racionais por meio do diálogo chegam a um esclarecimento sobre determinado tema.

A racionalidade da ação comunicativa está focada na compreensão comunicativa, no mútuo entendimento, mediante o uso da linguagem. É um diálogo racional, crítico e emancipador.

Relacionamos esta teoria com a da Educação Dialógica de Paulo Freire (1987) na qual o diálogo deve se manifestar numa situação de horizontalidade e começar pela busca do conteúdo programático na educação. O diálogo defendido é o problematizador, no qual o conteúdo programático da educação - em nosso caso uma educação informal transmitida por uma emissora comunitária - não deve ser uma imposição; um conjunto de informações a ser depositada nos ouvintes. “Simplesmente, não podemos chegar aos operários, urbanos ou camponeses para, à maneira da concepção ‘bancária’ entregar-lhes “conhecimento” ou impor-lhes um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo nós mesmos organizamos”, salienta Freire (1987, p.47)

Para sustentar esse pensamento descartamos a postura ingênua pautada na espera por resultados positivos de um programa educativo, num sentido mais técnico, ou de ação política, se desrespeitamos a visão particular de mundo do povo. Isso equivaleria a uma “invasão cultural” mesmo quando feita com a melhor das intenções, conforme salienta Paulo Freire (1987).

A Educomunicação

Para completar nosso quadro teórico exploramos um novo campo de inter-relação entre a educação e a comunicação chamado “Educomunicação”, um campo de intervenção social cuja proposta é a análise da comunicação conforme as mediações que a envolvem e não apenas como meios transmissores de conteúdo.

Para explicar a complexidade da relação entre comunicação e educação, Soares (apud LAGO; ALVES) definiu o termo como:

[...] o conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem (apud LAGO; ALVES, s/d, p. 2).

O termo popularizado por Soares foi influenciado por pesquisadores como Kaplun, Paulo Freire e Gutierrez e apresenta uma discussão sobre as inter-relações entre estas duas áreas do conhecimento – educação e comunicação – e conduz para o pensamento de que a educação é comunicação, e é dialógica, não devendo, assim, ser vista como uma simples troca de conhecimento, de saber, mas como um processo horizontal de interação entre cidadãos no qual não existem professor/aluno, nem educador/educando, e sim interlocutores, sujeitos de um processo participativo e dialógico.

Sendo assim, entendemos que nas rádios comunitárias, processos de Educomunicação (sejam não-formais ou informais) são significativos porque promovem o desenvolvimento do ser humano em suas competências e habilidades podendo, até mesmo, mobilizar a comunidade para algum fim. Esta capacidade da rádio comunitária não se restringe a especulações ou teorias acadêmicas. Muitos casos evidenciam a possibilidade do desenvolvimento da cidadania por meio da participação nos meios de comunicação. Peruzzo (1998) demonstrou bem esses processos.

A Educomunicação está intimamente relacionada à proposta da Rádio *A Voz das Comunidades*, que trabalha nesse campo realçando conteúdos com o objetivo de estimular a pesquisa acadêmica, a leitura, o questionamento, a dúvida e uma

postura crítica diante da realidade por meio da participação dos ouvintes, embora à primeira vista, essa interação ouvinte-rádio necessitasse ser fortalecida.

Em nossas abordagens nos apoiamos também em teorias de autores contemporâneos como: Martín-Barbero (1989), Ismar Soares*, Cicília Peruzzo (1998) e outros.

Nossa pesquisa buscou identificar os elementos de mediação da educação e da comunicação com os elementos do repertório da cultura local na rádio *A Voz das Comunidades*. Para esse intento, analisamos com o objetivo de compreender, as práticas educacionais adotadas na rádio e discutimos os métodos utilizados para a elaboração da programação da emissora e investigar a participação popular na *Voz das Comunidades*.

Articulamos essas teorias à educação e cultura enfocando seus valores e sentidos. Quando aborda a educação Giroux (1992) reforça que conhecimento e poder estão intimamente ligados, pois há o pressuposto de que a educação permite a compreensão das condições da vida e assim, permite modificá-la, torná-la possível. É importante ao professor considerar seus alunos não de forma isolada, mas como atores coletivos em suas variadas características de classes, culturais, raciais e de sexo, conectando essas características com as particularidades de seus problemas, esperanças e sonhos.

Ao transpormos esse pensamento ao nosso objeto de estudo: a educação na *A Voz das Comunidades*, percebemos a importância do pensamento do autor da pedagogia radical quando coloca a necessidade de enfrentar aspectos ideológicos e materiais da sociedade dominante que teimam em separar a questão do conhecimento da questão do poder. Em nosso estudo observamos que a emissora

* <http://www.usp.br/nce/wcp/arg/textos/27.pdf> capturado em setembro de 2008.

radiofônica necessita desenvolver um trabalho que crie condições ideológicas para seus ouvintes tornarem-se cidadãos mais atuantes, “agentes de coragem cívica”.

Compreensão, Estranhamento e Contradições

Para compreender os fenômenos da Rádio *A Voz das Comunidades* optamos pela pesquisa qualitativa por meio do trabalho de campo por este permitir uma aproximação maior com realidade que desejávamos conhecer e estudar.

Tomando como base o trabalho de Minayo (1992) para quem a concepção de pesquisa de campo é o recorte que o pesquisador faz do espaço que representa uma realidade empírica a ser estudada, partimos em busca dos impactos que a rádio comunitária provocou na comunidade Amazonino Mendes, Zona Norte; como se deu a relação da população com a emissora e o que esta representava para as pessoas que viviam naquele lugar. A educação praticada pela rádio era a educação que aquela comunidade esperava e precisava?

Como nossa pesquisa foi produzida pelo critério qualitativo, abordamos um grupo de pessoas envolvidas organicamente com a coordenação dos trabalhos da rádio, como também aqueles que configuravam seu público alvo: os moradores da comunidade Mutirão Amazonino Mendes. Entrevistamos seis voluntários da rádio, dos quais, três colaboradores antigos e três funcionários cuja atuação é mais recente na rádio. Essa escolha baseou-se na oportunidade de observar através de entrevistas abertas e semi-abertas, quais as posturas dos mais antigos e dos mais novos em relação ao trabalho educativo da rádio.

Os demais sujeitos (dez pessoas) pesquisados por meio de entrevistas e também de grupo focal, uma metodologia cuja premissa é permitir respostas espontâneas por meio da reunião de pessoas e intervenção mínima do pesquisador,

constituíam-se como a audiência da rádio. Aposentados, estudantes do Ensino Médio, estudantes universitários, donas de casa, professores do Ensino Fundamental com faixas-etárias variando de 16 a 60 anos formaram o público para relevar dados sobre o comportamento da comunidade em relação à emissora radiofônica. Dessa forma acreditamos revelar aspectos importantes daquela realidade social, pois conforme Mynaio (1992) uma boa amostragem possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Nossa perspectiva foi analisar as visões, as formas como esses grupos compreendiam a atuação da rádio cuja missão é difundir e estimular uma educação libertadora em seus ouvintes. Este objetivo estava sendo atingido ou seriam necessárias modificações para que essa realidade se moldasse às necessidades do público ouvinte?

O levantamento de dados se deu por meio de entrevistas abertas, semi-estruturadas e grupo focal, para que a fala dos atores sociais configurasse a fonte viva de informações. Para Gurvitch (1955) a entrevista é a forma de obter dados referentes ao indivíduo entrevistado de forma direta. Suas atitudes, valores e opiniões, são informações ao nível mais profundo da realidade que os cientistas sociais costumam classificar como subjetivos.

Ao optarmos pelas entrevistas abertas permitimos aos informantes que discorressem livremente sobre o tema que propusemos. Por outro lado, as entrevistas semi-abertas possibilitaram ao entrevistado falar sobre o tema sem condições pré-fixadas pelo entrevistador. O trabalho de campo iniciou-se em setembro e foi concluído em novembro de 2008.

Para completar nossa investigação, focamos nossos esforços nos moradores que compunham a audiência da rádio. Para nos dar uma visão sobre o que

pensavam desta emissora de baixa frequência, entrevistamos dez moradores através de entrevistas abertas e semi-estruturadas para analisar opinião sobre a metodologia adotada para propagar conteúdos educativos, cidadania, prestação de serviços e atendimento às necessidades da população daquela localidade.

Algumas entrevistas foram feitas nas casas dos moradores, em suas salas de estar, nas portas de suas casas, enquanto preparavam os filhos para a escola ou até mesmo em suas cozinhas, enquanto algumas mulheres faziam a refeição para suas famílias. Houve casos em que algumas pessoas tiveram que interromper seus afazeres, caso dos profissionais da rádio, para nos prestar informações, em outros, as entrevistas foram realizadas na rua, às sombras das árvores.

Outras informações tiveram que ser coletadas nas escolas, durante o intervalo das aulas, ou nos fins de semana, enquanto algumas senhoras entrevistadas faziam manicure ou alguns moradores preparavam o churrasco para suas famílias. Todos, sem exceção, nos receberam bem mostrando disposição e boa vontade em colaborar com a pesquisa.

Nosso critério de escolha se baseou em pessoas que desempenhavam papel de formadores de opinião na comunidade como professores, presidente de associações, aposentados, estudantes, donas de casa, ouvintes que em princípio, acompanhavam a programação da emissora.

Reforçamos que nossa opção pela abordagem qualitativa baseou-se na qualidade do material que poderíamos obter aprofundando aspectos da realidade.

Os dados desta pesquisa foram analisados pela metodologia hermenêutica dialética. Ao articularmos a hermenêutica, que se move a partir da compreensão, consciência histórica, empatia e intersubjetividade e a dialética, que por sua vez, parte da idéia de crítica, negação, oposição, transformação e contradição da

realidade social, o resultado foi frutífero, pois pudemos ter acesso a uma série de informações e revelações sobre o cotidiano no qual *A Voz das Comunidades* está inserida.

Conflitos geracionais, divergências de conceitos, opiniões contrárias, intenções expressadas de forma sutil, silêncios cheios de cumplicidade, sentimentos de pertença e outras formas de subjetividade foram apreendidos por meio dessa análise, o que tornou o trabalho mais vivo, dinâmico e possibilitou um olhar mais acurado daquela realidade a partir do contexto pesquisado.

O encontro entre a dialética e a hermenêutica é fecundo porque o ponto de partida de ambas é o homem, sustenta Habermas (1987). Em ambas, a análise recai sobre a práxis social e o sentido buscado é a afirmação ético-política do pensamento.

A capacidade que tem de realizar uma reflexão fundamental que ao mesmo tempo não se separa da práxis, permite que as duas abordagens contribuam para qualquer trabalho científico de comunicação. A hermenêutica-dialética não determina técnicas de tratamento de dados, mas sua auto-compreensão, como adverte Habermas (1980).

A hermenêutica é a disciplina que se ocupa da arte de compreender textos (biografia, narrativa, entrevista, documento, livro, artigo, etc.) A sua função central pode ser ilustrada pela capacidade do pesquisador colocar-se no lugar do outro, como assinala Maria Cecília Minayo¹, “que é o ‘outro’ ou o ‘tu’ do passado, ou o ‘diferente de mim’ no presente, mas com o qual eu formo a humanidade”. A unidade temporal da hermenêutica é o presente, onde se dá o encontro entre passado e

¹ <http://www.nesp.unb.br/utics/aexperiencia.pdf> capturado em novembro de 2008.

futuro, ou entre o que é diferente e diversidade dentro da vida mediada pela linguagem.

Esse compreender só se manifesta quando há algum transtorno no entendimento, como um estranhamento que se coloca como pergunta. Compreender, portanto, não se pauta na busca da intenção do autor; suas palavras e discursos dizem mais do que quem os escreveu quis dizer, ensina Gadamer (1997). A trilha para compreender um texto ou discurso inicia por uma negação. E mesmo que os sujeitos queiram dizer mais do que realmente verbalizam, é preciso considerar que cada individualidade é uma expressão do viver total. Assim sendo, a compreensão alude ao que é comum (por comparação) e ao que é específico (a peculiaridade de cada autor).

A hermenêutica é provisória e possibilita múltiplas interpretações. Por isso a compreensão não deve ser encarada como um procedimento mecânico e fechado, ou seja, aquele texto ao qual se interpreta não encerra um entendimento total e conclusivo. O pesquisador precisa se esforçar para entender um autor melhor do que ele próprio teria se compreendido numa tentativa de revelar o que ficou no seu plano inconsciente.

Outro traço indispensável nessa tarefa é considerar que o sentido peculiar resulta de um contexto, do todo. Gadamer (1997) a partir de Schleiermacher (1999) atenta para o raciocínio circular necessário para compreender, pois o todo é que permite a compreensão do individual e não o contrário: compreender é sempre mover-se nesse espaço circular; é essencial o constante retorno do todo às partes e vice-versa.

Para o marxismo a vida humana é social está sujeita às leis históricas, nesse ponto, a lógica dialética se aproxima da fundamentação hermenêutica de Gadamer.

As relações sociais historicamente dinâmicas, antagônicas e contraditórias entre as classes, grupos e culturas constituem o fundamento da comunicação para o exercício dialético.

A linguagem é ao mesmo tempo, um veículo de comunicação e dificuldade de comunicação a partir do momento em que seus significantes e significados iguais para todos na aparência, escondem e exprimem uma realidade permeada por conflitos, desigualdades, dominação exploração, resistência e conformidade. Portanto, uma análise hermenêutica-dialética tem como busca apreender a prática social empírica de um grupo ou comunidade em seu movimento contraditório.

Indivíduos que vivem num determinado momento histórico, convivendo numa mesma realidade, advém de classes, grupos e segmentos distintos, podem simultaneamente ter interesses coletivos que os unem, mas também vontades específicas que os contrapõem e os diferenciam.

Combinando oposições que se complementam, o método dialético tem como antecedente o método hermenêutico. Ao contrário de uma concepção que nega a hermenêutica, aqui a dialética encontra elementos que se assemelham a esta forma de análise. Ambas trazem dentro de si, a idéia fecunda das condições históricas de qualquer manifestação simbólica, de linguagem e de trabalho do pensamento e partem do princípio de que não há observador imparcial nem há ponto de vista fora da realidade do ser humano e da história.

As duas teorias também superam a simples tarefa de ser ferramentas do pensamento porque consideram o investigador parte da realidade que investiga. Além disso, também questionam o tecnicismo como caminho capaz de realizar a compreensão e a crítica dos processos sociais.

Por apresentar estas características a hermenêutica-dialética se mostrou como análise rica para abordarmos a realidade da rádio *A Voz das Comunidades* na sua missão de educar os moradores do *Mutirão Amazonino Mendes*, revelando suas contradições, suas aspirações e expectativas em torno da emissora de baixa frequência.

No primeiro capítulo pesquisamos sobre o movimento social que deu origem à rádio; as lutas para que a mesma fosse instalada no Mutirão e sua ligação direta com a Igreja de São Francisco, localizada na comunidade. O distanciamento da comunidade em relação à emissora também foi estudado bem como o diálogo verticalizado dos seus administradores, apontado como elemento de distanciamento entre a emissora e seus ouvintes.

A pesquisa também detectou que para os administradores da rádio, não havia necessidade de tornar a emissora um veículo massivo, pois em sua concepção isso retiraria seu caráter comunitário. Porém essa postura estava afastando cada vez mais a emissora de seu público.

No segundo capítulo investigamos as possíveis causas da falta de participação da comunidade que mesmo dispondo para si uma programação diversificada não parecia valorizar o esforço da rádio em transmitir conceitos embasados na educação.

Analisamos os conflitos internos envolvendo coordenadores antigos e os mais novos na função; lançamos algumas luzes sobre a influência da igreja da área missionária de São Francisco na programação e destacamos a importância da aproximação legítima da emissora radiofônica ao cotidiano da comunidade como aspectos essenciais para a sobrevivência do projeto de levar uma educação libertária.

Neste segundo capítulo também avaliamos os conteúdos educativos transmitidos pela rádio balizados pelas teorias da Ação Comunicativa de Habermas da Educação Libertadora de Paulo Freire e a Educomunicação, que trata da inter-relação entre a comunicação e a educação.

CAPÍTULO 1

1 – A VOZ DAS COMUNIDADES: UM NOVO CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO

Este primeiro capítulo da pesquisa *A Educação na Voz das Comunidades* enfoca a história da rádio, seu compromisso com a educação, os primeiros anos de trabalho para que o objetivo do fortalecimento da idéia de cidadania e criação de uma audiência crítica na comunidade do Mutirão Amazonino Mendes fosse alcançado.

Aborda-se o cotidiano da FM 89,7 MHz permeado por dificuldades, os conflitos, as estratégias utilizadas para garantir a audiência, as dificuldades financeiras e o comprometimento dos atores sociais da emissora em mantê-la no ar diariamente, apesar dos inúmeros percalços, movidos pela missão de difundir conteúdos educativos.

Compreender os métodos utilizados para transmitir conteúdos educativos; avaliar como os moradores encaravam o fato de ter em sua comunidade, o Mutirão, a primeira rádio comunitária legalizada do país; sua participação na emissora popular; se as mensagens educativas estavam em consonância com a cultura e os costumes daquela localidade e esclarecer porque mesmo com uma programação

educativa bem elaborada, a rádio ainda não havia conquistado os moradores, que preferiam sintonizar as emissoras comerciais, são as propostas deste capítulo.

A rádio, inserida na comunidade do Mutirão, tem entre seus principais compromissos desmistificar algumas práticas adotadas pela grande mídia e inverter a ordem do discurso. Disponibilizar o veículo aos moradores para que estes se manifestassem sobre a realidade sentida, experienciada por eles mesmos. Paralelamente a esse movimento, havia o comprometimento em criar e fortalecer uma visão crítica sobre a grande imprensa que só noticiava assassinatos, assaltos, roubos e outros delitos que influenciavam negativamente a opinião pública, colocando em evidência apenas os fatos violentos e de forma sensacionalista.

1.1 – A Luta pelo Direito à Voz e Vez

A história da rádio A Voz das Comunidades está diretamente ligada à atuação do padre italiano Luigi Giuliani que desde 1960, está no Brasil. Apaixonado por movimentos comunitários o padre foi encaminhado a Diocese Santa Maria, em Ijuí, no Rio Grande do Sul (RS), onde recebeu as primeiras lições de Sociologia, Filosofia, História e Letras.

De espírito contestador, travou batalhas duras contra os militares em São Paulo, onde viveu durante 22 anos, criando grupos de resistência à ditadura. Conforme pesquisa de Araújo (2005) a organização em que trabalhava denunciava torturas à Arquidiocese paulista e a sociedade, pois era integrante da Comissão de Direitos Humanos. Sua presença era constante no então temido Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Giuliani pisou pela primeira vez no Amazonas em 1971, mas quando aqui chegou enfrentou resistência do clero local, embora sua vinda ao Estado tivesse por objetivo trabalhar com as comunidades carentes de Manaus (ARAÚJO, 2004).

Na área missionária São Francisco, no Mutirão Amazonino Mendes, onde a igreja está localizada, sua atuação foi fundamental para despertar o espírito comunitário nos moradores. Criou o *Movimento Comunitário pela Cidadania* (Mococi) que atua junto a crianças e adolescentes em situação de risco social nas 18 comunidades que integram a área missionária de São Francisco e o *Movimento das Mulheres Maria Sem Vergonha*, que assim como a flor que se espalha rapidamente e floresce mesmo nos terrenos mais difíceis, tem o objetivo de levar esclarecimento e apoio às mulheres pobres, vítimas da violência, preconceito e discriminação social. A intenção é que elas se politizem para que organizadas, lutem por seus direitos, a exemplo de São Paulo, onde as mulheres criaram um movimento nacional contra o custo de vida (ARAÚJO, 2005).

Sua experiência com a comunicação comunitária surgiu em São Paulo, na época da Ditadura Militar, quando criou uma “voz” comunitária que divulgava informações sobre o momento político em que o Brasil atravessava.

Mas foi durante sua participação na oficina *Uso da Comunicação para promover a Cultura do Povo*, que tratava da comunicação alternativa, promovida pelo Encontro Nacional do Clero, em São Paulo, no ano de 1993, que nasceu a idéia de criar uma rádio no Mutirão, que mais tarde seria chamada de *A Voz das Comunidades*. A realização deste evento resultou na criação da Associação Nacional Católica das Rádios Comunitárias (Ancarc), da qual é sócio-fundador.

Atuando desde 1991 na área missionária São Francisco, Giuliani percebeu ali, uma oportunidade; viu que poderia por meio de uma rádio comunitária, contribuir

para uma mudança significativa naquela população carente e marginalizada, levando educação através da informação com o funcionamento de uma emissora de rádio de baixa frequência. A oportunidade de criar uma rádio comunitária numa comunidade conhecida pela violência, principalmente pela ação das “galeras” tinha de ser aproveitada para que a sociedade mudasse seu conceito sobre o Mutirão. O meio radiofônico também seria aproveitado para estimular o senso crítico, politizar os moradores, abrindo oportunidade para que exercessem sua cidadania, lutassem pelos seus direitos.

Outras associações ligadas ao Movimento das Rádios Comunitárias foram criadas nessa época. Esses grupos se uniram para se mobilizar em favor da democratização da comunicação. Em entrevista concedida a Araújo (2004) o padre Luigi Giuliani confessou que aderiu ao movimento sem atentar bem sobre os rumos que aquelas ações poderiam tomar e quando deu por si, já estava em Brasília no Ministério das Comunicações debatendo sobre a criação de uma rádio comunitária no Amazonas. Em depoimento à Araújo (2004) o padre falou sobre a importância do meio de comunicação para a comunidade:

Eu achei que tinha que fazer um trabalho e ao mesmo tempo divulgá-lo no rádio e que a rádio comunitária caia direitinho no nosso trabalho, porque o nosso trabalho social começou antes, logo que a gente chegou aqui com o movimento comunitário (ARAÚJO, 2004, p. 83).

Um dos primeiros desafios do padre e dos coordenadores do Mococi, foi esclarecer a população sobre o que era uma rádio comunitária, pois muitos achavam que se tratava da instalação de alto-falantes nas ruas, o que iria causar muito incômodo a todos. A falta de compreensão gerou até um movimento contrário dos moradores à instalação da rádio, que se mobilizaram para fazer um abaixo-assinado e evitar que a mesma fosse instalada.

Entretanto, a opinião foi modificada gradativamente, e a comunidade passou a ter uma idéia mais próxima do real do que era uma rádio comunitária. A campanha da Fraternidade de 1996 que alertava sobre a necessidade de democratizar a comunicação auxiliou nos esclarecimentos sobre a força e o poder que a comunicação exercia na sociedade, principalmente quando se tratava da luta pelos direitos dos oprimidos.

O primeiro passo de uma longa trajetória para conseguir a concessão de uma rádio comunitária foi bem ousado: colher 2 mil e 500 assinaturas para apontar a necessidade de a rádio ser instalada naquela localidade. Uma das coordenadoras da Voz das Comunidades lembra-se do esforço para atingir essa meta:

Quando padre nos informou sobre isso, nos avisou que essa tarefa era muito difícil, mas nós nos unimos e cada um foi pra um bairro, uma comunidade aqui da zona Norte. Foi um trabalho muito difícil porque a gente batia de porta em porta, e como era época de eleição, a gente às vezes era confundida com o pessoal que fazia pesquisa pros candidatos. Mas a gente conseguiu as assinaturas (Sujeito 1- 43 anos, professora do ensino fundamental e uma das coordenadoras da rádio).

Diversas entidades que integravam a área missionária São Francisco, como os bairros Cidade Nova, comunidades Cidade de Deus e Francisca Mendes, postos de saúde, Corpo de Bombeiros, escolas públicas e Polícia Militar aderiram ao abaixo-assinado anexado à solicitação de outorga para explorar o serviço de radiodifusão junto ao Ministério das Comunicações (ARAÚJO, 2004).

Para fortalecer o movimento, o Mococi se uniu a outras duas entidades, uma no bairro São Francisco, zona Sul; e outra no bairro Novo Israel, na zona Norte; que também lutavam por uma concessão de rádio comunitária. Para aumentar a pressão em Brasília onde a lei estava sendo apreciada, o Mococi também contou com a Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias (Ancarc) cuja sede ficava em São Paulo.

Mas o foco da batalha para a aprovação da Lei que autorizava a legalização das rádios comunitárias estava em Brasília, na relutância dos parlamentares em aprová-la. Para apressar o processo, integrantes do Movimento das Rádios Comunitárias participaram de congressos, encontros, seminários, qualquer mobilização que aumentasse a pressão sobre os parlamentares. A estratégia foi exitosa: políticos – que em sua maioria exploravam a concessão de rádios comerciais – acabaram por aprovar a Lei 9.612/98.

No entanto, uma vez aprovada, a lei representou um sentimento de frustração, pois a mesma restringia o serviço de radiodifusão comunitária: a potência das emissoras estava limitada a 25 Watts e o sinal a um quilômetro de raio. Outro aspecto desalentador: um canal único foi criado para todas as emissoras do país: 87,9 MHz, que no dial (mostrador das freqüências nos aparelhos de rádio) quase não aparece – em alguns equipamentos essa freqüência sequer existe – o que dificulta a sintonia das rádios.

Essas restrições foram criadas pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Moisés Aragão, um dos primeiros coordenadores da rádio, atenta que a divulgação de mitos tinha o objetivo de dificultar a sintonia das rádios pela população. Há, ainda hoje, a crença que de a freqüência das rádios comunitárias atrapalha a comunicação das aeronaves.

Outro ponto questionável da Lei 9.612/98: as rádios de baixa freqüência cujos sinais interferissem nas grandes emissoras seriam punidas. No entanto, a mesma lei não previa qualquer proteção para as rádios comunitárias contra as interferências dos sinais originados pelas emissoras comerciais. *“Sabíamos que esses pontos eram injustificáveis, mas optamos por aceitar para depois brigar por cada item*

injusto, para nós o mais importante era que a lei tinha sido aprovada”, conta Moisés Aragão, ex-dirigente do Mococi.

Aprovada a lei que regulamentava o serviço de rádios comunitárias, foram abertas inscrições para que as entidades solicitassem a concessão das rádios. No início, 30 mil entidades de todo o Brasil se inscreveram, mas como o número de documentos exigidos era grande, apenas três mil ficaram na disputa. *“Eles (os políticos) pediram bastante coisa, tornaram o processo bem burocrático. E só aprovaram a lei por conta da pressão dos movimentos, mas na prática não acreditavam que iria dar certo. O objetivo era dificultar o máximo”,* relatou um dos coordenadores da rádio que acompanhou o movimento.

A preocupação em organizar todos os documentos e estar ligada a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), que acompanhava passo a passo todos os trâmites de aprovação da concessão, possibilitou que a Voz das Comunidades saísse do plano das idéias para a realidade.

Das três mil aprovadas, restaram apenas três que aparentemente estavam com toda a documentação exigida, mas apenas uma, a de Manaus, foi aprovada pelo Decreto Legislativo 001/2001 sancionado pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Em seu livro-reportagem Araújo relatou:

Manaus, 22 de fevereiro de 2001. Padre Luigi Giuliani folheava o Diário Oficial da União quando se deparou com uma notícia do Congresso Nacional. O Mococi, entidade sem fins lucrativos que trabalhava com crianças, mulheres e jovens carentes da comunidade, finalmente havia sido autorizado a explorar o serviço de rádio comunitária (ARAÚJO, 2004, p.26).

Assim foi que o Amazonas, a partir da determinação de um padre italiano e dos integrantes do Movimento Comunitário pela Cidadania, no Mutirão, Zona Norte de Manaus, entrou para história como o primeiro Estado do país a receber a concessão para explorar o serviço de radiodifusão comunitária. Uma luta que iniciou

em 1993 e terminou no dia 15 de julho de 2001, com a festa de inauguração da rádio que durou 24 horas.

Mas até a festa acontecer, outro desafio precisava se encarado: construir o estúdio da rádio. Uma missão cumprida por meio de uma mobilização coletiva que dá nome e sentido à comunidade: através de um mutirão. Segundo um dos moradores que integrou o movimento, foi um trabalho árduo, que envolveu homens e mulheres determinados. Ao mesmo tempo, foi uma atividade gratificante e divertida também:

O engraçado disso tudo é que aquele era um mutirão que dava era problema pra gente. (Risos). Por exemplo, as pessoas doavam tijolo; uns doavam 10 peças, outros doavam 20; outros chagavam a doar até 50 tijolos. Quando os tijolos chegavam aqui, alguns eram maiores que os outros, ou mais estreitos que os outros. Não tinha assim, um padrão, sabe. A gente acabava selecionando aquele que táva mais próximo do padrão do outro. Quando as paredes foram levantadas, foi aí que a gente viu que ia ser preciso era muito cimento pra cobrir tanta falha, porque não tinha uma parte da parede lisinha, tava tudo cheio de altos e baixos... Por essa ninguém esperava! (risos). (Sujeito 2 - 35 anos, ex- coordenador da Voz das Comunidades).

O pequeno estúdio recebeu o nome de *Padre Luigi Giuliani*, em homenagem à tenacidade do missionário italiano. Atualmente, necessita de reformas. Um trabalho com esse objetivo foi iniciado em janeiro de 2008, mas devido à falta de recursos financeiros não pôde ser concluído ainda. A aparelhagem do estúdio também está obsoleta, mas esse elemento não impede que os profissionais levem ao ar a programação semanal que inicia as 06h e encerra às 18h de segunda a domingo. Do amanhecer ao entardecer, a rádio cumpre sua missão de educar a população através do mais antigo meio de comunicação: o rádio.

1.1.1 – Religiosidade, Educação, Senso Crítico: No Ar... *A Voz das Comunidades*

Desde quando ainda estava no plano das idéias, a proposta d´*A Voz das Comunidades* era transmitir uma programação educativa informal diversificada. De acordo com depoimento do padre Luigi Giuliani colhido por Araújo (2004) a expectativa era de que muitas vozes pudessem utilizar os microfones da emissora “para ampliar a consciência crítica dos ouvintes, tornando-os cidadãos e senhores de seus destinos” (p.28). Em seu discurso podemos perceber a intenção do padre em apresentar àquela comunidade a possibilidade de pensar a educação como prática de intervenção social.

Na entrevista o padre evidenciou sua aspiração em concretizar a proposta pedagógica de Paulo Freire, que principalmente na década de 1960, teve apoio da Igreja ao realizar o MEB (Movimento de Educação de Base), programa nacional de alfabetização de adultos centrado no sistema de escolas radiofônicas que se desenvolveu no Nordeste.

Embora pouco interferisse na programação, quando sublinhou a missão da *Voz das Comunidades* no Mutirão, Giuliani estava sinalizando o caminho para a emissora comunitária: a educação informal por meio de uma mídia de fácil acesso, uma mídia envolvente e que podia atingir um significativo contingente de moradores das zonas Norte e Leste. Em resumo: ele torcia para que um modelo horizontal e democrático de comunicação se tornasse realidade para o exercício da cidadania.

A educação informal ocorre na prática das lutas sociais, cujos protagonistas acabam proporcionando condições para a formação complementar de seus membros, o que gera um rico processo de educomunicação como explicitaremos adiante.

Paulo Freire assinala que a educação libertadora, problematizadora, não se concentra no ato de depositar, ou de transferir supostos conhecimentos e valores aos educandos, à maneira da educação “bancária”, mas um ato consciente. A educação problematizadora coloca como prioridade, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem este esforço de superação não há possibilidade para a relação dialógica, indispensável ao reconhecimento dos sujeitos em torno de um objeto em estudo.

O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educandos, a segunda realiza a superação. Para manter a contradição, a concepção “bancária” nega a dialogicidade como essência da educação e se faz antidialógica; para realizar a superação, a educação problematizadora —situação gnosiológica — afirma a dialogicidade e se faz dialógica (FREIRE, 2005, p 33).

A comunicação instigou em Freire uma dimensão política, tendo em vista seu caráter problematizador, gerador de reflexão (de consciência crítica) e de transformação da realidade por meio do diálogo. A face problematizadora do diálogo em situações ou conteúdos reais, concretos, existenciais, necessita de um compromisso a um retorno crítico a ação transformadora. A essência da comunicação é constituída pela reflexão e a ação, mediadas pela “palavra”. Somente se pode falar “a palavra verdadeira” como práxis como forma de transformar o mundo.

A ação cultural libertadora proposta por Freire, cuja matriz de pensamento foi herdada por vários comunicadores e grupos latino-americanos para configurar um modelo de comunicação horizontal e participativo, foi o direito à voz aos oprimidos.

Como participante ativo dos movimentos contra a repressão da Ditadura Militar no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, padre Luigi Giuliani percebeu que dar

voz aos menos esclarecidos, constituía o primeiro passo para despertar em seus fiéis um espírito inconformado e a luta pelos seus direitos.

Quando a rádio iniciou suas atividades oficialmente, em 15 de julho de 2001, oitenta por cento da programação era preenchida por músicas e 20% pelos locutores e ouvintes, conforme depoimento de Moises Aragão, ex-presidente do Mococi. A meta, segundo ele, era inverter esses percentuais e fazer 80 por cento da programação falada e 20 por cento musicada. Com essa iniciativa o conselho da rádio, formado por cerca de 60 pessoas esperava atrair a audiência. Partindo dessa premissa uma programação variada com o objetivo de atender aos vários segmentos dos bairros das zonas Norte e Leste foi elaborada e colocada no ar. Até hoje essa programação sofreu poucas alterações.

A programação da rádio que funciona das 06h às 18h está distribuída dessa forma:

| Dia | Horário/Programação | | | | | | |
|-----------------|---------------------|---------------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| | 6 às 8h | 8 às 9h | 9 às 11h | 11 às 12:30h | 12:30 às 14h | 14 às 16h | 16 às 18h |
| 2ª feira | Terra Cabocla | Jornal Voz e vez | Espaço aberto | Momento Esportivo | Gospel | A Hora da Alegria | Comunidade Musical |
| 3ª feira | Terra Cabocla | Jornal Voz e vez | Espaço aberto | Momento Esportivo | Gospel | A Hora da Alegria | Comunidade Musical |
| 4ª feira | Terra Cabocla | Jornal Voz e vez | Espaço aberto | Momento Esportivo | Gospel | A Hora da Alegria | Comunidade Musical |
| 5ª feira | Terra Cabocla | Jornal Voz e vez | Espaço aberto | Momento Esportivo | Gospel | A Hora da Alegria | Comunidade Musical |
| 6ª feira | Terra Cabocla | Jornal Voz e vez | Espaço aberto | Momento Esportivo | Gospel | A Hora da Alegria | Comunidade Musical |
| Dia | Horário/Programação | | | | | | |
| | 6 às 8h | 8 às 9h | 9:30 às 11h | 11 às 12h | 12 às 14h | 14 às 16h | 16 às 18h |
| Sábado | Terceira Idade | A voz dos Povos Indígenas | Ação Saúde | Construindo Cidadania | Hora da Catequese | Povos em Movimento | Alô Juventude |
| Dia | Horário/Programação | | | | | | |
| | 6 às 8:30h | | 8:30 às 11:30h | 11:30 às 14h | 14 às 16h | 16 às 18h | |
| Domingo | Despertar Sertanejo | | Família Com. e Vida | Sintonia Gospel | Seleção Música | A Voz do Coração | |

O programa *Terra Cabocla* é veiculado de segunda a sexta-feira e evidencia a cultura regional, destacando músicas, festas, hábitos e outros temas do Amazonas. Trata-se de um programa especial, pois seu diferencial em relação aos outros se concentra na dimensão do bom humor, da leveza dos temas abordados, sempre colocados de forma lúdica para instigar a curiosidade com ou ouvintes. Seu formato permite uma boa interação com os receptores, que se mostram satisfeitos com a abordagem que une informação entremeada com elementos de diversidade, observados em “causos” de caboclos, narração de situações cômicas e receitas de culinária.

Em seguida, o *Jornal Voz e Vez* transmite notícias variadas sobre política, economia, o cotidiano da cidade e outras notícias ligadas à comunidade. Apesar de sua proposta, o jornal, por falta de infra-estrutura como veículos, gravadores e até mão de obra especializada (repórteres) se atém a transmitir informações coletadas dos jornais impressos de Manaus. Poucas notícias sobre a comunidade foram transmitidas na fase em que nossa pesquisa foi realizada. Numa tentativa de minimizar o problema, os locutores pediam que os moradores ligassem para a rádio contando os problemas que os afligiam. Assim, pudemos constatar que a rádio, devido a dificuldades estruturais, acabava dando enfoque a notícias que tinham relação com a comunidade, como políticos eleitos que não estavam cumprindo bem sua função, mas não abordava temas sobre o Mutirão. A exceção de avisos e outros informes de utilidade pública como perda de documentos, crianças desaparecidas e a programação da igreja católica, percebemos poucos conteúdos da comunidade no matutino.

No *Espaço Aberto Cidadania no Ar* as questões sobre direitos e deveres do cidadão ganham destaque. Em 2008, ano as eleições possibilitaram aos

comunicadores da rádio explicar quais as regras de uma eleição direta para prefeitos e vereadores; as funções de um vereador; o trabalho a ser cobrado do prefeito e a importância de avaliar as propostas e a própria postura do candidato pelo qual o eleitor simpatizava. O programa, como a maioria dos transmitidos pela rádio, seguia uma linha combativa marcada por longas entrevistas e poucas músicas revelando desequilíbrio, que não passava despercebido pelos moradores: eles reclamavam sobre as longas falas dos entrevistados e locutores, que em sua opinião, tornava o programa maçante e pouco apreciado.

Em seguida, entra no ar o *Momento Esportivo*, que ao contrário da grande mídia, que destacava os acontecimentos regionais e nacionais, tem o objetivo de transmitir a vida esportiva que movimenta a comunidade e bairros próximos com seus campeonatos de várzea, ruas de lazer, partidas de futebol de campo e salão e outras modalidades esportivas. No entanto, essa proposta ficou apenas no plano teórico porque com a falta de estrutura, um problema sério para a emissora, os locutores se viam obrigados a noticiar os acontecimentos do esporte local como os talentos dos times, os campeonatos e os atletas amazonenses que conseguiam bons resultados em competições nacionais e internacionais.

Na seqüência da grade de programação, é vez do *Musical Gospel* que além de músicas evangélicas, também toca sucessos do padre Zezinho e outros da igreja católica. A maior parte do tempo do programa era ocupado pelas músicas, com poucas intervenções do locutor e quase nenhuma participação dos moradores, o que revelava mais um desequilíbrio na combinação de conteúdos.

A partir das 14:00h as crianças ganham destaque com o programa infantil *Hora da Alegria*, o maior sucesso entre os ouvintes. Apresentado por crianças de faixa-etária de oito a 12 anos, o *Hora da Alegria* em seus primeiros anos, fez subir a

audiência com músicas de roda, sucessos do grupo Balão Mágico e Trem da Alegria, brincadeiras como *O que é, o que é?*, *Trava-língua*, *Contos Infantis* e outras que chamavam atenção não só das crianças, mas também dos adultos. O programa era apresentado por crianças que após uma breve preparação ficavam à vontade no estúdio e recebiam muitas ligações de ouvintes mirins pedindo músicas, solicitando prêmios, querendo falar com os apresentadores. O caráter educativo entrava em pauta quando os apresentadores apontavam de forma bem simples, os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dicas de saúde, diversão e locais de lazer.

A cada mês o *Hora da Alegria* trabalhava um tema novo. Os problemas provocados pelo lixo já foram abordados pelo programa que em média, recebia 15 ligações por cada edição nos primeiros anos da rádio.

Em 2003, os produtores organizaram um passeio para um grupo de crianças que nunca havia ido à praia da Ponta Negra e ao Aeroporto Eduardo Gomes. A intenção era que no ano seguinte, a programação acontecesse novamente, no entanto, a falta de recursos, forçou os produtores a organizar um programa especial no Dia das Crianças, sem o passeio.

O Hora da Alegria, um dos programas que mais despertava interesse da comunidade e se apresentava como oportunidade especial para abordar conteúdos educativos de forma lúdica, pois seu público alvo eram crianças, já não apresenta o mesmo fôlego de antes. Sem apresentadores mirins, pois a maioria já estava na adolescência; os compromissos das crianças com a escola formal; as dificuldades em conseguir passagens de ônibus para que os pais levassem os filhos até a rádio, eram dificuldades difíceis de superar. Um dos locutores chamou a atenção para um aspecto até então ignorado pelos coordenadores: o fato de as crianças estarem

desempenhando papéis de comunicadores no rádio sem um consentimento formal de seus pais, poderia configurar um sério problema.

Isso pode ser configurado como exploração da mão de obra infantil pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Pode complicar muito nossa situação, por isso preferimos repensar os rumos desse programa. É muito complicado, (Sujeito 3, 18 anos, estudante do ensino médio, programador e locutor da rádio A voz das Comunidades).

Enfrentando esses percalços, o programa limita-se a transmitir uma longa seção musical infantil para preencher a grade da rádio. Também não há voluntário adulto para apresentá-lo e essa idéia nem foi discutida pelos coordenadores, que se atém ao formato inicial: um programa para crianças, feito por crianças. Quando realizamos este trabalho a rádio quase não recebia mais telefonemas no horário, e a programação mesmo embalada por canções infantis, parecia enfadonha.

A programação prossegue de 16h até às 18h com o *Comunidade Musical* que reúne informações variadas para os ouvintes sobre política, economia, notícias internacionais, avisos para a comunidade, serviços, utilidade pública e ofertas de emprego. Durante nossa pesquisa percebemos que mais uma vez, a falta de recursos estruturais forçava seus produtores a alongar entrevistas e colocar longas seqüências musicais. Mas ao longo de nosso trabalho pudemos perceber uma modificação na postura dos produtores que procuraram equilibrar entrevistas, seqüência musical e estimulavam bastante a participação dos moradores. A estratégia estava surtindo efeito e o programa nos pareceu um dos poucos a atingir bons níveis de participação popular.

No sábado, a *Terceira Idade* inicia a programação tratando principalmente do conteúdo do Estatuto do Idoso com o objetivo de esclarecer sobre seus direitos, além de dicas sobre saúde e qualidade de vida. Mesmo bem intencionados, os

entrevistadores exageram nas longas entrevistas, que parece ser uma estratégia para cumprir o tempo de duração do programa.

Na seqüência, vai ao ar o programa *Povos Indígenas*, feito por índios tikunas que moram na comunidade Alfredo Nascimento, entra no ar. Os tikunas também levam índios de outras etnias para participar das atividades. Além de entoar seus cantos ao vivo, utilizando voz e instrumentos, eles divulgam através de CD's, a cultura de outras etnias pela emissora comunitária. Esse foi um dos programas que mais despertou nossa curiosidade por ser uma proposta inovadora que não encontramos em nenhuma rádio comercial. Criamos muita expectativa em relação a ele. No entanto, avaliamos que alguns ajustes eram necessários para explorar melhor a riqueza cultural das etnias que se apresentavam lá, pois os produtores se restringiam a ceder o espaço para os indígenas sem uma preocupação com o receptor, sem atentar para o fato de que o receptor precisa saber o que estava sendo transmitido. Não há uma tradução simultânea sobre o que os indígenas falam, o que resultava num programa em que só os daquela etnia compreendiam.

Ao consultarmos o trabalho de Araújo que aborda a história da rádio, percebemos que essa deficiência não é recente, pois quando a jornalista fez sua pesquisa, o programa já era alvo de críticas pelos não-índios.

Uma das vezes em que estava na emissora, tive a oportunidade de atender a um telefonema no qual o ouvinte, que não quis se identificar, criticava o programa e exigia que tirassem do ar um canto indígena executado naquele momento (Araújo, 2004, p. 103).

A saúde também destaca-se na emissora com o programa *Ação Saúde*, realizado por universitários do curso de Farmácia e Medicina da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Temas como a importância da vacinação para as crianças, doenças que atingem o coração, diabetes e a necessidade dos exercícios

físicos, caminhadas e uma alimentação balanceada sem gastar muito dinheiro, são abordados. Outra vez, o desequilíbrio entre programação falada, programação musical e participação da audiência se faz presente, o que torna o programa maçante e arrastado.

As entrevistas com autoridades políticas, sociólogos, psicólogos e outros representantes das áreas das Ciências Humanas e Sociais são o ponto alto do *Construindo Cidadania*, que trata de questões mais polêmicas como falta de água na periferia da cidade, ausência de investimentos em infra-estrutura; direitos e deveres dos cidadãos e outros temas.

A exemplo dos demais, esse programa também segue a linha combativa, quase panfletária, chegando a transparecer um certo ressentimento em relação a “burguesia”. Em nossas primeiras entrevistas percebemos que o formato parecia não agradar os ouvintes, pois o número de telefonemas não era grande, ao contrário do que poderíamos supor de um programa que se propunha a atender aos reclames e necessidades da comunidade. Talvez a linguagem adotada fosse um entrave para a aceitação popular.

A *Hora da Catequese*, com formato semelhante ao do *Musical Gospel*, intercala mensagens de otimismo com orações, recados e notícias sobre a programação litúrgica.. Apresentado por representantes da liturgia católica, esse programa é dirigido aos fiéis que freqüentam a igreja e os agrada muito.

Idealizado para agradar pessoas de outros Estados que residiam em Manaus, o programa *Povos em Movimento* também é um dos que tem forte impacto na comunidade. Fazendo um “giro” pelo Brasil, os comunicadores tocam músicas do Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste falando um pouco da cultura de cada

região ou Estado. “*Esse programa é para aqueles que vivem na comunidade e não são do Amazonas não se sentirem excluídos*”, justificou um programador.

O programa consegue mobilizar a audiência devido à postura informal dos dois locutores que contam piadas e “conversam” de forma descontraída e coloquial com os ouvintes. As músicas são agitadas, bem ao gosto da comunidade, e as intervenções dos narradores bem dosadas. Percebemos que este programa é um dos poucos que se aproxima da proposta de uma rádio comunitária porque leva em consideração o receptor.

Finalizando a programação do sábado há o *Alô Juventude*, voltado para os jovens com temas que variam de eleições, a gravidez na adolescência, cuidados com drogas lícitas e não lícitas, namoro, estudo, profissão, etc.

Novamente percebemos o mesmo desequilíbrio entre músicas e conteúdo falado, tornando o programa pesado, pouco interessante ao jovem, mesmo esclarecendo aspectos importantes para a juventude.

A linguagem adotada, muito séria, nos pareceu pouco adequada a um programa que visava o jovem. O espírito jovial aprecia conteúdos intrigantes, que desperte sua curiosidade, com uma dinâmica rápida, um mergulho em sua forma de ver o mundo, aspectos que em nossa análise, não foram considerados pelos atores da rádio.

O domingo pela manhã começa com o *Despertar Sertanejo*, das 06:00h às 08:30h que divulga músicas sertanejas de raiz, como os sucessos de Pena Branca e Chavantino. “*São aquelas músicas que estão fora do circuito musical e revelam o verdadeiro valor da música sertaneja*”, comentou um programador (sujeito 7, 23 anos estudante de Comunicação Social).

Apesar de primar mais pela seqüência musical, o programa consegue agradar principalmente os ouvintes mais idosos, que apreciavam o estilo, a exemplo do Sujeito 6 (pedreiro, 60 anos, morava ao lado da rádio).

Família, Comunidade e Vida, é o programa para as famílias mostrarem suas experiências ou aconselhar outras famílias sobre situações que as afetam como gravidez na adolescência, primeiro namoro, crises no casamento.

Dentro do programa há um quadro com 40 minutos de duração em que os filhos também falam sobre quase os mesmos temas, mas dentro da perspectiva deles. O objetivo é fortalecer os laços familiares com base na Bíblia. Este programa, embora agrade a comunidade católica, parece abordar problemas polêmicos, mas dentro de certos limites, conforme a visão da igreja católica. É como se o ideal da família fosse aquele defendido pela igreja, mas pouco comum na comunidade, que assim como em qualquer outro bairro de Manaus, apresenta em seu tecido social casais separados, mães solteiras e filhos criados por avós, prevalecesse sobre a realidade. Neste programa percebemos a tentativa da igreja de se legitimar através da rádio, o que abriu caminho para uma análise mais detida sobre esse aspecto.

O *Sintonia Gospel* é na verdade, uma derivação do *Musical Gospel*, com músicas evangélicas e católicas. O programa nos pareceu maçante e pouco interessante para quem não era católico ou evangélico, mas também observamos o esforço em dar espaço a outro credo religioso, o que se revelou como um traço importante na rádio.

A *Voz do Coração*, voltado para músicas românticas no fim da tarde, fecha a programação da semana. O programa também segue a linha de colocar longas seqüências musicais e poucas intervenções do locutor.

A partir dessa análise é possível verificar que os colaboradores pelo menos em tese, se esforçam para fazer uma programação variada na tentativa de atender segmentos não só da comunidade do Mutirão Amazonino Mendes, como também dos bairros e comunidades das Zonas Norte e Leste. É perceptível o forte apelo à religião católica, embora os colaboradores defendam que tanto o *Musical Gospel* e o *Sintonia Gospel* e *Família, Comunidade e Vida* busquem o equilíbrio tocando músicas evangélicas e católicas e transmitir mensagens de caráter ecumênico para os ouvintes.

O fato também foi observado na pesquisa de Araújo (2004) que percebeu que o catolicismo era professado pela maioria dos seus colaboradores. Se havia algum colaborador de outro credo religioso, este não trabalhava em nenhum programa gospel.

Os programas *Musical Gospel*, *Hora da Catequese* e *Família, Comunidade e Vida*, eram apresentados por pessoas ligadas a liturgia da área missionária. Indagada pela pesquisadora sobre esse fato, dona Lurdes, uma colaboradora antiga que recentemente deixou a rádio, tentou explicar:

Nós nunca escondemos que a rádio estava ligada à igreja católica, mas nem por isso deixamos de dar oportunidade aos evangélicos, por exemplo. Só não queremos que usem a rádio para propagar o seu credo, como já tentaram fazer (ARAÚJO, 2004, p. 104).

A predominância de uma programação católica, conforme avaliação de um dos programadores da rádio reflete a vontade da população porque cada programa é apresentado por pessoas que sentem um anseio próprio de falar sobre o tema. Segundo este programador, um jovem de 21 anos que cursa o primeiro período de jornalismo (Sujeito 7), é natural que a programação apresente esse cunho católico, pois a rádio nasceu na igreja.

Outras religiões são bem aceitas dentro de certos limites impostos pelo conselho que coordenava a rádio, que ao se ver dificuldades financeiras relacionadas à emissora, apela para os missionários da Igreja Católica para saldar suas dívidas. Esses limites não foram suficientemente esclarecidos pelo Sujeito 2, um dos ex-dirigentes e uma das pessoas que mais lutaram pela instalação da emissora, que limitou-se a falar:

“Você sabe como os evangélicos são. Eles vão pegar isso aqui e fazer as pregações dele e desvirtuar totalmente o objetivo da rádio. Nós não queremos isso, depois de tanto trabalho, dar o microfone para eles fazerem as pregações aqui. No começo da rádio, eles reclamaram que não tinham espaço, nós cedemos espaço para que as músicas deles fossem tocadas”, (Sujeito 2, 35 anos, ex-presidente do Movimento Comunitário pela Cidadania, Ong mantida pela Igreja Católica e responsável pela concessão da rádio).

Percebemos uma contradição entre a democracia defendida pelos atores da rádio e sua ação. Se a emissora foi instalada para dar voz a todos da comunidade, os evangélicos conforme os princípios democráticos, também deveriam ter sua vez. Embora os programas *Musical Gospel*, *Sintonia Gospel* e *Comunidade e Vida* fossem descritos pelos programadores da rádio como programas para ceder espaço para quadros religiosos e ecumênicos, no discurso dos apresentadores foi possível perceber um forte apelo ao catolicismo.

Um exemplo da resistência da rádio aos evangélicos aconteceu durante a entrevista de uma candidata à presidente da comunidade Mutirão, uma jovem de 23 anos, evangélica. Ela compunha a Chapa 6 que disputava a liderança da comunidade. Durante todo o tempo em que falou sobre suas propostas na rádio, ao fundo, tocava uma música do Zeca Pagodinho que com o tom jocoso, transmitia o seguinte recado:

*“Eu moro numa comunidade carente
Lá ninguém liga prá gente
Nós vivemos muito mal
Mas esse ano nós estamos reunidos
Se algum candidato atrevido
For fazer promessas vai levar um pau
Vai levar um pau prá deixar de caô
E ser mais solidário
Nós somos carentes, não somos otários
Prá ouvir blá, blá, blá em cada eleição*

*Nós já preparamos vara de marmelo e arame farpado
cipó-camarão para dar no safado que for pedir voto na
jurisdição
É que a galera já não tem mais saco prá aturar pilantra
Estamos com eles até a garganta
aguarde prá ver a nossa reação”*

(Comunidade Carente, Zeca Pagodinho)

Não sabemos se a escolha da música foi proposital, mas foi perceptível que de certa forma prejudicava a candidata evangélica, pois o pagode transmitia uma imagem negativa, mesmo que bem humorada, dos políticos.

1.1.2 – A Desvinculação com a Comunidade

Se num primeiro momento, para os colaboradores que constituem o conselho da FM 87,9 MHz parecia haver um consenso em torno da qualidade e variedade da grade de programação da emissora popular, por outro lado, o público que forma sua audiência no Mutirão, apresentou algumas queixas, críticas e sugestões. A opinião da maioria dos entrevistados é de que a rádio precisava se aproximar mais dos problemas da comunidade.

Uma dessas pessoas foi uma dona de casa, moradora há 18 anos no Mutirão, ouvinte da rádio. Conforme ela, logo que foi inaugurada a emissora tinha bons programas que foram retirados do ar a exemplo do *Ajuri*, que iniciava às 06 da manhã e tratava da cultura do Amazonas, destacando comidas típicas, danças,

músicas e um quadro em que os apresentadores imitavam o jeito de falar do caboclo do Amazonas, fonte de muita de muita divertido, em sua opinião.

Mas o programa foi retirado do ar. Ela foi informada sobre uma mudança na rádio e a dupla que apresentava o Ajuri se dispersou. Hoje, o seu programa preferido é o *Povos em Movimento* que fala da cultura do Amazonas destacando músicas de compositores regionais, hábitos, comidas típicas e danças, cuja proposta se assemelha ao *Ajuri*.

A dona de casa reconheceu o esforço da rádio em transmitir uma programação educativa, mas em sua opinião os programas deveriam ser mais “abertos” e “populares”, com músicas mais movimentadas como forró e sucessos internacionais. Dessa forma, acreditava, a rádio passaria a ser mais conhecida e os coordenadores teriam mais facilidade transmitir os conteúdos educativos. Ela também reclamou que os locutores “falavam demais”:

Tem muita gente que não conhece a rádio e assim, as pessoas que conhecem a rádio são as que moram aqui. Eu acho assim, no meu ver, uma rádio bem boa no ar, você tem que tá falando sobre o que tá acontecendo no dia. E por mais que você fale você tem também que tocar músicas legais que o povo gosta de ouvir, entendeu? De que adianta você tá todo o tempo ali, falando, falando, falando [...] e não tá tocando música legal? Eu boto numa rádio, mas se a pessoa tiver falando muito assim, eu já troco de rádio. Mudo praquela que tá tocando alguma coisa. Esse programa que eu gosto, o Povos em Movimento, equilibra bem as coisas porque eles falam do que tá acontecendo, aconselham, mas botam música. Os dois apresentadores têm uma relação muito boa. Uma é a Pérola e o outro [...] eu esqueci o nome dele, mas ele também é muito bom. (Sujeito 4, dona de casa, 29 anos, moradora do Mutirão, ouvinte eventual da rádio).

O posicionamento da dona de casa foi percebido nas demais entrevistas realizadas em nossa pesquisa de campo. Em alguns casos, notamos que os moradores valorizavam a rádio, mas não acompanhavam a programação.

Um exemplo foi a professora do Ensino Fundamental da Escola Municipal Jarlece Zaranza, que estava desenvolvendo um projeto de Educomunicação

naquele estabelecimento de ensino utilizando inclusive, o rádio como mídia para facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Ela sabia da existência da rádio porque ouviu sobre a emissora na faculdade em que estuda comunicação, mas nunca sintonizou na 87,9 MHz para conhecer como era desenvolvido o trabalho da rádio livre no Mutirão.

Se houvesse visitado a rádio o aproveitamento no projeto poderia ser melhor, já que os alunos teriam contato direto com um estúdio e veriam *in loco* como funcionava uma emissora radiofônica. Esse contato poderia influenciar positivamente o projeto que seria desenvolvido na escola em que a professora desenvolvia seu projeto de Educomunicação.

Embora tenha expressado disposição para apresentar o trabalho desenvolvido na escola depois que este fosse concluído, aos coordenadores da *Voz das Comunidades*, para que se possível, pudessem veiculá-lo, em nossa visão a professora perdeu uma boa oportunidade de dialogar com quem já tinha experiência em comunicação comunitária. Desse encontro poderiam surgir sugestões valiosas para o enriquecimento do projeto de rádio na escola, cuja primeira edição era voltada ao meio ambiente.

Em outro caso, um professor de Filosofia do Ensino Médio disse que admirava o trabalho da rádio, porem, não tinha um contato mais direto com a emissora:

Já estive lá com alguns eventos da escola e eles abriram espaço pra fazer convites para comunidade participar, então acho que ela tem essa relevância dentro da comunidade. [...] Mas não conheço nenhum trabalho com essa finalidade pra manter essa rádio. Eu vejo que na verdade tem uma certa dificuldade de patrocínio, estão sempre em busca. Mas eu nunca fiz nada em relação a isso, (Sujeito 5- 43 anos, professor de Filosofia do ensino médio no Mutirão e ouvinte eventual da rádio).

Percebemos uma espécie de distanciamento entre a programação, em princípio pensada e elaborada para agradar a população, e os ouvintes, pois na realidade a rádio ainda lutava para conseguir bons índices de audiência. E uma rádio popular não se faz sem audiência. O distanciamento não passava despercebido pelos comunitários. Constatamos isso quando entrevistamos um trabalhador autônomo reclamou da forma pela qual a rádio estava sendo conduzida. Entre suas sugestões, ele propôs uma abordagem mais profunda dos problemas que afetavam o bairro de forma mais direta:

Eles sempre falam nos problema do Mutirão (sic), mas podiam falar mais um pouco mais pra abrir a mente dos representantes daqui e do próprio povo. O Mutirão tá sem presidente na associação dos moradores há muito tempo [...] o Mutirão tá jogado fora. Tem muito buraco nas ruas: tem rua aí que Deus me livre! Ali pra baixo, eles (a Prefeitura) começaram a fazer e não terminaram. O meio fio tá se acabando todinho, até lá embaixo. Eles tinham que falar pras autoridades se acordarem e virem aqui. [...] Se me chamassem pra dar umas sugestão (sic) eu daria, sim. Se é uma rádio comunitária e não se comunica com os moradores, não pode ir pra frente, né! Como é que pode uma rádio dessa que dizem que é comunitária, mas que a gente não tem comunicação com ela, né? E nem ela com o povo, com os moradores [...] Como é que é? É só eles aí, que trabalham aí, entram e vão embora”, (Sujeito 60 anos, pedreiro e ouvinte ocasional da rádio).

Esse fato nos alertou sobre possíveis dificuldades para a construção de uma comunicação comunitária. Como a rádio poderia ser comunitária sem que a coletividade estivesse presente nas decisões? Em uma pesquisa realizada com rádios comunitárias Cogo (1989) lembrava que, ao contrário do que se poderia esperar, geralmente o processo de elaboração da programação em rádios populares acabava dando lugar “ao dirigismo na comunicação, reproduzindo a estrutura e modelos verticais de comunicação de massa”.

Quando consideramos a expressividade de uma rádio comunitária legalizada pelo Ministério das Comunicações envolvida com classes subalternas, no caso do Mutirão, moradores desassistidos em seus direitos à educação, saúde, transporte,

segurança, etc., percebemos que o papel desse canal de comunicação era fundamental no processo de democratização e da cidadania. Um papel de suma importância pelo fato de esse canal se constituir num processo educativo, não só pelos conteúdos transmitidos, mas pela possibilidade de envolvimento direto das pessoas nesse “fazer comunicacional”, como salienta Melo (2005).

A falta de envolvimento da comunidade nesse *fazer comunicacional* se apresentava *a priori* como um dos entraves para a baixa audiência e interesse que a rádio despertava naquela localidade.

Tomando como base o pensamento de Peruzzo (in Melo e outros 2005), o termo comunitário foi tão vulgarizado que visões distorcidas sobre o que uma rádio comunitária deve ser, na prática, são comuns. Isso estava acontecendo no Mutirão. Embora a rádio fosse um meio de comunicação local, faltava-lhe gozar da aceitação do público para configurar-se como comunitário. À Voz das Comunidades faltava participação ativa, horizontal e democrática dos moradores; a propriedade coletiva, que ativa o sentimento de pertença que uma rádio desenvolve entre seus membros.

Ao fechar-se diante dos anseios da comunidade, a FM 87,9 MHz estava perdendo a oportunidade de dividir a responsabilidade pelo que transmitia e também a capacidade de conseguir identificar-se com a cultura e os interesses locais. Sob este prisma, a rádio compreendida como comunitária para seus gestores, não estava contribuindo fortemente para a democratização do conhecimento e da cultura do Mutirão

Constatamos também, assim como Peruzzo, que a mídia comunitária é um campo de conflitos e não há um único modelo a ser seguido. Mas existem características centrais desse tipo de mídia. Em primeiro lugar, é preciso diferenciar o que é válido como comunicação local, do que pode ser uma simples apropriação

de um espaço garantido legalmente às práticas associativas comunitárias, para uso individualizado com finalidades comerciais ou para o proselitismo político partidário ou religioso. No caso específico do meio de comunicação rádio, existem emissoras com propostas diferenciadas atuando sob o rótulo de comunitárias.

Algumas são geridas como negócio comercial, enquanto outras são religiosas e há aquelas que estão a serviço de políticos profissionais. Existem também casos de emissoras operadas por entusiastas do rádio e do trabalho comunitário que terminam por desenvolver o personalismo de suas lideranças, o que dificulta o envolvimento da população. Há ainda casos de rádios de caráter público com forte vínculo a organizações comunitárias e movimentos sociais. “É campo de conflito também porque não são bem aceitas por todos os segmentos da sociedade. Há quem as considere ‘piratas’ e causadoras de quedas de avião”. A divergência de pensamentos e opiniões também floresce nas disputas internas, entre opositores e classes sociais.

1.2 – Verticalização no Diálogo, Conflitos e Baixa Audiência

O movimento que impulsionou a concretização da Voz das Comunidades nasceu na Pastoral da Comunicação (Pascom) da área missionária de São Francisco, cuja igreja está localizada no Mutirão. Com a criação do Movimento Comunitário pela Cidadania (Mococi) que reúne representantes de comunidades dos bairros Amazonino Mendes I e II, Conjunto Amadeu Botelho, Nossa Senhora de Fátima I e II, Novo Aleixo I e II, Cidade I, II e III, Cidade Nova II, III e V, Nascentes das Águas Claras e outros bairros vizinhos, criou-se uma coordenação, cujos membros eram eleitos a cada dois anos.

A eleição é promovida por meio de uma assembléia pelos próprios colaboradores (que já atuam nos programas da emissora) e que reúne 100 pessoas. Os sete nomes mais votados são eleitos para compor a coordenação da rádio. Há um coordenador geral, outro que cuida das finanças, outro da secretaria da rádio e assim por diante.

As decisões sobre a emissora acontecem em reuniões no último sábado de cada mês. Nesses encontros os representantes de cada programa expõem suas dificuldades. Uma reunião só para os coordenadores quando as decisões sobre os rumos da rádio eram tomadas, também acontece mensalmente.

Um jovem programador disse que quando alguma proposta nova de programa chegava até a rádio, a postura aconselhada pelos coordenadores “dar uma acalmada” no autor do projeto porque há dificuldade em conceder espaço para novos programas. Somente quando “o programa é bem feito pra comunidade” é que as chances de este ser inserido na grade aumentam. No dia em que deu seu relato, ele informou que havia recebido o projeto de um jovem intitulado “Rock de Subúrbio”, cuja proposta baseava-se em mostrar as bandas de rock da periferia que tinham pouca visibilidade na grande mídia, mas que mesmo com a falta de apoio, movimentam as zonas Norte e Leste da cidade.

Tinha duas grandes bandas de rock em Manaus que se desfizeram por falta de apoio e taí um programa que vai tratar disso. Como é que a gente vai fazer? Não tem espaço, então vamos tentar colocar o programa dentro de um quadro. Então é sobre isso que a gente vai discutindo pra fazer essas idéias surgirem e favorecer a comunidade, (Sujeito 7, 22 anos estudante de Comunicação Social, 22. Também é programador e locutor da rádio).

Essa entrevista nos foi concedida por meio de uma reunião entre coordenadores e ouvintes. Nas entrelinhas do discurso do jovem programador foi possível verificar uma disputa silenciosa travada no interior da rádio que de um lado,

opunha jovens interessados em uma programação mais movimentada, mais envolvida com os interesses do Mutirão e, do outro, coordenadores que estavam há muito tempo na função e desenvolveram uma certa liderança e se mostravam resistentes às mudanças do que já estava instituído e parecia ser o melhor caminho para educar os moradores.

Quando em outra oportunidade nos concedeu entrevista sem a presença do grupo, o Sujeito 7 disse que em sua visão, a análise da relação rádio-ouvinte, precisava ser revista. Embora todos dissessem que a fórmula adotada desde o início das transmissões era mais adequada para atender aos anseios e demandas da comunidade, em sua opinião, a rádio precisava de um jornalismo mais atuante, mais próximo dos problemas locais. Há três anos ele e outros jovens chegaram a apresentar um projeto de jornalismo comunitário cujos apoios culturais (cinco no total) já estavam garantidos. Mas o projeto não foi adiante, embora tivesse boas chances de sucesso, por conta da forte liderança dos coordenadores mais antigos. Os demais não queriam se indispor com o grupo que já atuava na rádio há muito tempo.

A gente tinha carro, motorista, telefone celular, toda uma estrutura, só precisávamos mesmo do aval da rádio. Nos reunimos com a coordenação passada, que em minha opinião não fez uma boa administração. Eram sete coordenadores, apenas dois apoiaram nosso projeto. Os outros foram contra. Eles justificaram que o dinheiro que entraria por meio de apoio cultural, cuja metade dos recursos entraria pra rádio e a outra metade para manutenção do carro, gasolina e compra de cartões para os aparelhos celulares, iria abalar os outros programas porque estes não receberiam recursos. Segundo eles, isso caracterizaria lucro. Mas nós não iríamos receber esse dinheiro, ele entraria para a rádio. Não adiantou argumentar, eles vetaram. Depois disso nossa equipe se desfez, nos desestimulamos muito. Eu até me afastei da rádio, (Sujeito 7, 21 anos, estudante de Comunicação Social, programador e locutor da rádio).

Uma das coordenadoras mais antigas, (Sujeito 1, professora do ensino fundamental), uma das responsáveis pela coleta de assinaturas para a concessão

da rádio, justificou o objetivo da emissora: dar voz e vez aos menos favorecidos. Segundo sua visão, a rádio era o “lugar aonde as pessoas iam enriquecer seus conhecimentos, falar sobre seus objetivos e reivindicar sobre seus direitos e saber seus deveres”. Mas em seu discurso foi possível verificar que em sua concepção a programação religiosa deveria ter o destaque maior, como se a rádio fosse o “lugar de proteção” contra uma realidade violenta, injusta, marcada por músicas que em sua visão, eram inadequadas para o público jovem:

Nós, que já estamos acostumados nesse mundo, a gente abre aí (sic) a TV Globo, o rádio, a gente não vê uma coisa decente pra que os nossos filhos, nossa família possa ver. Você só vê violência mesmo. A nossa rádio é assim, as músicas são selecionadas e é uma música que esclarece o direito da pessoa. A música que o jovem quer ouvir hoje não é aquela música de antes que tratava do amor, da fraternidade, do carinho... E a rádio comunitária se preocupa com isso. São músicas do padre Zezinho, do padre Antonio Maria, músicas cristãs que faz aquela mudança de uma “vida digna e cristã”, (Sujeito 1, 43 anos, professora do ensino fundamental e uma das coordenadoras mais antigas da rádio).

Ao indagarmos se a rádio não estava correndo o risco de perder audiência por não incluir os ritmos que ouvíamos na comunidade como forró, hip-hop, pagode e músicas internacionais, a coordenadora assentiu que esse risco era real, mas utilizou o discurso religioso para justificar a inalteração da grade da emissora:

Você sabe, nós somos cristãos e a gente tem que alimentar a carne e o espírito, então tem que ter cuidado com os filhos... a gente sabe que o jovem quer ouvir outra coisa, mas aquelas músicas da Kelly Key, isso aí a gente toma muito cuidado, (Sujeito 1, 43 anos, professora do ensino fundamental e uma das coordenadoras mais antigas da rádio).

Quando perguntamos se a população podia sugerir mudanças, a resposta da maioria dos que trabalhavam na rádio era que isso era possível, mas “dentro de certos limites” porque se esses cuidados não fossem tomados a rádio perderia seu caráter educativo e cairia na vulgarização.

A percepção que ficou de nossos encontros foi de que a “ala jovem” formada por programadores e locutores na faixa-etária de 18 aos 28 anos estava promovendo mudanças sutis, sem consultar o conselho. Músicas de Cazuza, Legião Urbana, Zeca Pagodinho, Banda Calypso e alguns hits internacionais já eram veiculados sem autorização. Como nos primeiros dias não houve reclamação, as mudanças vinham acontecendo sem enfrentar resistência dentro da rádio, pelo menos, não de forma ostensiva.

Essa situação não era exclusiva d’*A Voz das Comunidades*, Mata in MELO (1983) alerta para a dificuldade na edificação do processo de criação coletiva no interior da comunicação comunitária. Pois ao contrário do esperado, o autoritarismo acabava imperando, reproduzindo os modelos verticais de comunicação de massa.

Peruzzo (1991) em sua tese de doutorado sobre participação na comunicação popular, revela que os meios de comunicação comunitários não se mostram dispostos a permitir uma participação ampla e democrática na produção, na tomada de decisões e no planejamento de sua comunicação. Mesmo quando em muitas fases dos movimentos sociais o processo de criação conjunta se concretizasse, ele não iria necessariamente estar presente no âmbito da produção da comunicação, analisou.

É muito comum serem os meios populares de comunicação produzidos por uns poucos de acordo com as interpretações que fazem das necessidades de comunicação de seus destinatários. Quando muito, se favorece a participação em mecanismos que não afetam a tomada de decisões e a estrutura do meio, (PERUZZO, 1991, p.154).

Peruzzo (in MELO, 2005) afirmou também que a participação da população nos meios de comunicação populares na América Latina vinha se realizando em níveis distintos, dependendo das estratégias que tinham por base princípios

democráticos (mais ou menos desenvolvidos) postos em prática. Sob essa ótica, a participação das pessoas poderia se realizar das seguintes formas:

a) como receptores de conteúdos, o que ajuda a dar audiência, muitas vezes tomada como parâmetro para dizer se o meio de comunicação é 'popular'. É uma participação passiva que interfere nos conteúdos apenas indiretamente;

b) como participantes nas mensagens; nível elementar de participação, no qual a pessoa dá entrevista, pede música, etc., mas não tem poder de decisão sobre a edição e transmissão;

c) como participantes na produção e difusão de mensagens, materiais e programas: consiste na elaboração, edição e transmissão de conteúdos;

d) como participantes no planejamento: consiste no envolvimento das pessoas no estabelecimento da política do meio comunicativo, na elaboração dos planos de formatos do meio e de programas, na elaboração dos objetivos e princípios de gestão, etc;

e) como participantes na gestão: consiste no envolvimento no processo de administração e controle de um meio de comunicação comunitária, (PERUZZO, 2004, p.140-147).

Os níveis mais avançados de envolvimento do cidadão pressupõem a interação de critérios de representatividade e de co-responsabilidade, pois a partir daí ocorre um exercício de poder de forma democrática ou compartilhada. Uma participação popular que deve se manifestar de modo livre, autônomo, sem pressões ou manipulações ou qualquer outra forma de interferência ou controle de lideranças e instituições.

A participação das pessoas nas experiências de comunicação comunitária é um avanço na democracia comunicacional. Nela reside a essência da diferença que auxilia a ampliar o exercício da cidadania. A comunicação comunitária contribui para a ampliação da cidadania não apenas pelos conteúdos "críticos-denunciativo-reivindicatórios e anunciativos de uma nova sociedade", mas também porque a população participa do "fazer comunicação", (PERUZZO, 2004).

Além do conflito interno envolvendo antigos coordenadores e os novos e jovens produtores e locutores, percebemos que a Igreja, representada por alguns coordenadores mais antigos, tinha uma presença muito forte na rádio. Embora nenhum morador esboçasse uma crítica direta à sua presença na programação era perceptível que eles prefeririam que a rádio que transmitisse mais músicas internacionais, forró, pagode e rock, além de quadros que estimulasse mais a participação do ouvinte, não apenas como forma de denúncia, mas para participar de sorteios, pedir músicas e outras formas de interação. *“Essa rádio precisa ser assim, mais moderna, mais agitada, sabe”, disse uma jovem estudante do ensino fundamental. (Sujeito 8, 16 anos, aluna do ensino fundamental, ouvinte da rádio).*

Fora dos limites d´A Voz das Comunidades, havia um público ouvinte que se subdividia em grupos ávidos por novidades musicais, novas abordagens, formatos mais dinâmicos e outro grupo que acompanhava a programação e se mostrava insatisfeito com as inovações sutis, promovidas pela equipe mais jovem. Este último grupo de ouvintes exigia uma programação mais formal e vinculada à Igreja.

Quando entrevistamos uma funcionária pública (Sujeito 9), perguntamos o que ela achava da possibilidade de ouvir uma programação mais massificada, numa tentativa de chegar mais próximo dos ouvintes. Sem hesitar, criticou essa possibilidade de inovação e disse que faltava maturidade à equipe atual:

“Olha, pra essa rádio melhorar, tá faltando gente mais adulta, porque tem muito jovem, muita criança que não sabe o que fala [...] que não sabe de nada [...] Tem jovem que não sabe o que vai dizer. Na Hora da Catequese (programa da Rádio) pelo menos o padre vai ler na hora. Eles falam coisa bonita, o padre lê na hora, nessa parte a rádio educa. Mas nas outras [...] ninguém sabe mais o que é educação”, (Sujeito 9, 51 anos, funcionária pública).

Para aquela ouvinte a educação deveria seguir um formato mais rígido, menos lúdico. Por isso os jovens foram criticados “por não saber o que falar”. Talvez

quando falou sobre a necessidade de haver mais adultos na equipe, ela estivesse querendo atentar para a necessidade de mais profissionalismo. Por ser comunitária, havia a idéia de que a emissora não precisava ter uma equipe profissional. Por isso sua crítica tinha relevância quando mostrava a falta de experiência radiofônica de alguns voluntários.

Com relação a uma suposta ausência do aspecto educativo, indicado pela funcionária pública, pareceu-nos que o conceito que a mesma apresentava sobre o tema, ainda estava arraigado a uma educação bancária, em que a rigidez toma o lugar de uma relação horizontal entre educador e educando. Este era mais um desafio a ser enfrentado pela emissora de baixa frequência do Mutirão: mostrar que a educação pode ser lúdica. Elementos lúdicos se mostram eficientes na educação. Quando essa educação é de âmbito informal e se realiza por meio do veículo rádio, que estimula a imaginação dos ouvintes há uma série de facilidades para lidar com temas do cotidiano, temas inclusive violentos, de maneira mais leve. Paulo Freire quando trata da ética como um dos principais saberes da prática educativa, a coloca ao lado da estética.

A necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. Decência e boniteza de mãos dadas, (FREIRE, 1996, p. 36).

Quanto à Igreja Católica, sabemos da importância de sua mediação na emissora, mas aos poucos, comprovado pela entrevista acima, alguns profissionais estavam tentando adotar uma postura mais independente, porém de forma sub-reptícia, de desvincular a Igreja da emissora. O conflito não era ostensivo, mas silencioso, disfarçado, perceptível nas frases desconexas e até nos silêncios que

ambos os lados mostravam, mas isso não estava passando despercebido pela ouvinte:

Pra você ver, outro dia o padre perguntou quem ouvia a Hora da Catequese na rádio. Três pessoas levantaram a mão na missa. Três pessoas! Antigamente, não, antigamente era muita gente. Pra você ver [...] antigamente o aniversário dela (da rádio) era aí na Igreja, agora não é mais. Ninguém sabe porque não é mais [...], (depoimento de uma professora do ensino fundamental) (Sujeito 9, 51 anos funcionária pública - ouvinte da rádio).

Já mostramos que os conflitos são inerentes às rádios comunitárias por envolver pessoas com interesses, idéias, pensamentos e formas de trabalho divergentes. No entanto, fazia-se necessário um encontro, reunião ou qualquer outra iniciativa com o objetivo de ouvir e elencar os interesses que unissem todos os atores que faziam a rádio A Voz das Comunidades.

Atuar numa emissora de rádio que se propõe a educar pressupõe um permanente exercício de ética combinada com a estética. Não é suficiente produzir programas de conteúdo razoável que respeitem a conduta ética apoiada nos códigos dos jornalistas ou da Igreja, por exemplo, é necessária também uma permanente reflexão sobre a prática. É fundamental garantir que o conteúdo ético tenha possibilidade de ser mostrado de forma interessante, intrigante até, para despertar a curiosidade para a educação.

Nessa perspectiva fazia-se necessário à Voz das Comunidades oferecer novas possibilidades de escuta não só dos conteúdos, mas também da forma. A busca combinada entre ética e estética devia percorrer um caminho que levasse os ouvintes a pensar em detrimento do imediatismo, que é uma característica do veículo rádio. Uma rádio comunitária não pode estar alheia aos acontecimentos, mas precisam fugir também das soluções prontas e simplistas.

Para assumir um papel “educativo-cultural” a FM 87,9 MHz precisava parar de produzir conteúdos formais, que apesar de corretos, eram encarados como enfadonhos pela audiência, para formas mais *lapidadas* da informação como reportagens, documentários e entrevistas que pudessem aprofundar um tema e, ao mesmo tempo, tratá-lo de forma instigante para os ouvintes. Kaplun (1978) afirmou que o uso de técnicas criativas é condição essencial da comunicação radiofônica educativa – um contraponto à fugacidade do rádio. Mais um desafio a ser transposto pela emissora radiofônica.

1.3 – A Negação da Massividade

Por estar ligada a Igreja e ser de “esquerda”, como explicou um locutor da rádio, a programação da emissora precisa ser bem diferenciada das comerciais. O que de forma concreta significa que seu maior comprometimento é formar uma opinião crítica. Mas uma contradição se colocava à medida que nossa pesquisa de campo era desenvolvida. Uma rádio comunitária com uma programação teoricamente interessante e do ponto de vista ético, está no ar há sete anos, porém, as pessoas do local no qual a emissora está inserida não a ouviam.

Para alguns coordenadores educação e massividade pareciam ser áreas antagônicas. Um estudante de comunicação (Sujeito 7, 21 anos, estudante de Comunicação Social) nos comprovou essa percepção quando relatou um caso prosaico: certa vez, numa reunião, um dos coordenadores afirmou que a programação transmitida era a melhor opção que tinham para formar senso crítico e, para embasar sua argumentação, este coordenador deu uma explicação contraditória:

Ele disse que a rádio não foi feita pra ter audiência, foi feita pra educar. Eu discordo totalmente disso, porque se a gente não tem audiência, a gente não educa. Como é que a gente vai educar sem ter audiência?, indagou. (Sujeito 7, 21 anos, estudante de Comunicação Social, produtor e locutor da rádio).

Em sua entrevista, este coordenador (Sujeito 2, industriário, 35 anos, um dos fundadores da rádio), nos contava sobre a trajetória da emissora quando esboçou uma certa amargura. Em sua visão, a população não se esforçava para compreender o valor que a emissora comunitária representava para o Mutirão. Ao mesmo tempo, ele se colocava numa posição de antagonismo frente à mídia massiva:

Olha, de tudo isso aí, a gente tirou uma conclusão: o povo de Manaus não gosta de cultura, não tem no seu sangue o amor pelas coisas daqui. O que faz sucesso hoje pra maioria das pessoas não entraria na nossa rádio, entendeu? Aqui a gente ouve Raízes Caboclas, Porto de Lenha e outros artistas da nossa terra. Porque dizer que a mulher senta na boca da garrafa, que ela é cachorra, que ela é galinha [...] não vai ouvir aqui [...] Então não será esse o nosso público, (Sujeito 2, 35 anos, industriário, ex-coordenador da rádio).

No discurso defendido pelo ex-coordenador é possível perceber uma confusão conceitual sobre rádio comunitária. Como salienta López Vigil (2003) uma emissora não pode se considerar popular sem ter popularidade. Ao mesmo tempo, percebemos na fala do Sujeito 2, uma preocupação em não vulgarizar a programação veiculando músicas que inferiorizassem a figura feminina, o negro, o homossexual e demais minorias. Mas em nossa análise, era necessário relativizar suas posições; não se tratava de estimular o lado perverso do público, mas tentar emitir conteúdos interessantes, lúdicos e culturais, sem cair na vulgaridade ou reforçar preconceitos.

Para atingir o objetivo de estimular a participação popular, um dos primeiros passos que a rádio precisava tomar era estreitar suas relações com o modo de

produção dos meios de comunicação de massa. Sim, eles poderiam fornecer sentido à comunicação popular ou comunitária, edificando outro traço comum na área da produção e conceituação do tema. A comunicação popular busca transformar a comunicação de massa para que as classes e os grupos dominados tomem a palavra e alcancem uma sociedade mais justa (BERGER, 1989).

A grade de programação da Voz das Comunidades foi definida em 2001 e desde então sofreu poucas alterações; apenas pequenos ajustes e inserção de alguns quadros foram realizados. Somente quando havia saída de voluntários que comandavam determinados programas (geralmente por receber propostas de rádios comerciais) é que os gestores se viam obrigados a encaixar outro programa ou outro voluntário era acionado para comandá-lo.

A programação de segunda a sexta até hoje praticamente não mudou, continua a mesma. Apenas teve a inclusão de um quadro dentro de um programa e esse quadro leva todo o horário do programa, que trata das políticas públicas para as comunidades. Mas a programação toda já está toda esquematizada, tanto que quando as pessoas vêm aqui, que são muitas interessadas em botar um programa na rádio comunitária, ela já traz o projeto, mas a gente já tenta dar uma acalmada porque não dá pra encaixar, (Sujeito, 10, 21 anos estudante do ensino médio, operador de áudio e locutor).

A negação da massa no contexto popular consiste, conforme Fadul (1989) numa visão comum herdada da década de 1970, em que o popular e o alternativo passavam a fazer frente à dominação, tornando mais enfático a oposição entre massa e popular. O resultado dessa postura era uma leitura dualista da comunicação e da cultura.

O ex-presidente do Mococi, (sujeito 2) a organização não governamental que gerencia a rádio (que nas últimas eleições foi candidato a vereador, com a proposta de tornar a rádio mais autônoma financeiramente), disse certa vez que por estar

localizada na periferia, A Voz das Comunidades tinha um compromisso muito grande:

A nossa rádio dá voz e vez a quem não tem. Então, pra nós, esse negócio de dizer que democracia na rádio não é bem assim [...] Pra nós não é, não. Desde sempre eu defendo o seguinte; isto aqui (a rádio comunitária) não é uma rádio pra rico, não. Quem tem condições financeiras que vá pra rádio comercial que lá é o espaço dele. Se chega um cara num carrão aqui pra pagar o espaço, acha que vem e faz o programa? Não, não é isso que nós queremos, não é esse o objetivo, (Sujeito 2, 35, ex-coordenador da rádio).

A concepção de rádio popular que o ex-coordenador defendia revelava a postura de confronto com os meios massivos. É uma visão segundo, Cogo (1989), distorcida do fenômeno definido como popular que impedia que a própria comunicação popular adentrasse e entendesse de forma legítima o universo dos grupos populares. Assim, deixava de ser interessante e não conquistava públicos mais amplos.

Ao comentar o tema, Fadul (1989) observa que Instituições como a Igreja, principalmente a católica, os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais, voltaram às costas para os meios de comunicação de massa como uma forma de buscar uma aproximação com as massas, esquecendo que, em nosso continente, a instituição que mais conseguiu se aproximar das massas, por se apropriar de seu modo de pensar, falar e ver o mundo, foi a indústria cultural.

Para compreender o “mito do antagonismo” nas palavras de Peruzzo (2004), é necessário olhar para as décadas de 1970 e 1980 e entender a práxis demolidora vigente que envolveu militantes e intelectuais de esquerda, que puseram a apresentá-la como força revolucionária portadora de potencial para alternar as estruturas sociais, em oposição ao seu contrário, encarnado nas classes dominantes e em seus mecanismos de poder.

Os estudos estruturaram-se a partir desses princípios, mas é preciso advertir que eles não geram sozinhos, uma mitificação popular. Além de refletir a realidade com suas concepções sedimentadas na prática concreta de grupos sociais, que sob a influência da Igreja católica, de partidos políticos e outras instituições, chegaram à concepção de que eram contra-hegemônicos, uma visão compartilhada por outras áreas científicas como as ciências sociais e políticas. A base de apoio para sustentar essa visão foram as experiências cubanas e nicaragüenses e de movimentos guerrilheiros de outros países, cuja concepção da esquerda e participação do povo era clássica.

Peruzzo considera que toda essa práxis provocou um atraso na compreensão e percepção dos movimentos coletivos, que se realizavam em condições mais imediatistas de existência, que reclamavam mais mudanças, do que da “transformação revolucionária global da sociedade”.

O que alimentava os acalorados debates acadêmicos a cerca dos meios de comunicação como rádio, televisão e jornal era a idéia que estes eram manipuladores, realizavam lavagem cerebral e comercial e se configuravam numa “distração vazia pelas corporações multinacionais, que doravante controlam cada aspecto da produção e distribuição da cultura de massa”, conforme Fadul (1992).

A síntese dos Meios de Comunicação de Massa conforme os estudos da época seguiam a linha de que estes estavam nas mãos da burguesia; eram unidirecionais e verticalizados; atendiam aos objetivos e ideologia das classes dominantes; através da persuasão criavam hábitos de consumo; a realidade era ocultada ou desvirtualizada; despolitizavam o receptor; as classes subalternas tinham seus interesses desmobilizados pelos Meios de Comunicação Massa que impediam acesso, diálogo, e a participação da sociedade sobre as decisões das

programações e mensagens; apropriavam fragmentos da cultura popular; detinham a tecnologia e eram economicamente estáveis.

“Os meios comunitários por sua vez estariam ligados à ‘cultura popular’, que desempenharia um papel de ‘cultura de resistência’ (ao capitalismo, à ideologia dominante, à cultura oficial). [...] Para tanto, sua produção estaria desvinculada do maquiavelismo da cultura de massa. Seria pura em sua criação, ousada em seu conteúdo e permaneceria imaculada na divulgação e recepção”, (SANTOS, 1988, p. 97).

Conforme Festa (1982) as características da comunicação popular de acordo com o estudos da comunicação promovidos na época seguiam as seguintes peculiaridades: estavam nas mãos de instituições sem fins lucrativos e de movimentos sociais; eram multidirecionais e horizontalizados, suas emissões estavam em sintonia com os anseios das classes subalternas; mobilizavam e organizavam o povo em torno de seus interesses, quando havia sinal de persuasão; desvendavam a realidade; a existência dos conflitos entre as classes sociais era sustentada pela comunicação comunitária; os fatos eram inter-relacionados para facilitar uma compreensão de conjunto; politizavam a comunidade; possibilitavam o diálogo e a participação quanto às decisões; eram economicamente instáveis; seu raio de ação era limitado, não lhes era assegurado o acesso às ondas nem à tecnologia.

Ao longo dos últimos anos esses estudos foram refutados na área acadêmica e científica. O que se colocou em questionamento foi a linha unidirecional e anti-dialética na compreensão da comunicação massiva e da comunicação popular como manifestações sociais.

A partir dos anos 1990, a postura de opor meios populares aos massivos sofreu uma profunda modificação, por conta das mudanças que ocorreram na sociedade. Mesmo sendo campos de conflitos e terem suas especificidades, sob a

ótica do receptor não se estabelece esse antagonismo. De forma prática, os meios de comunicação popular mesmo com sua importância e significado político, não se configuram como superadores dos meios massivos. Os dois na verdade, são complementares, não excludentes (ALFARO, 1983).

Por um lado, os grandes veículos são necessários e importantes no campo da diversão e da informação, mas não conseguiram suprir todas as necessidades das comunidades e dos movimentos sociais organizados. Além disso, o fenômeno da cultura interferiu em todo o seu processo, o que contribuiu para inserí-los no cotidiano para que reunissem valores do povo em sua programação. Alfaro (1983) sobre essa questão disse que “o próprio povo já é partícipe na formação de uma cultura de massas hegemônica pela burguesia”.

É necessário reconhecer que a mídia tem o poder de manipulação e atende prioritariamente, aos interesses das classes dominantes, mas é preciso também admitir que ela contribui para o conjunto da sociedade. Essa afirmação pode ser comprovada na divulgação de campanhas, programas educativos e outras questões que interessam ao público.

Quando transmite fatos de outros países e lugares do mundo, também oferece entretenimento, atendendo às necessidades que os meios de comunicação popular, além de não se propor, não conseguem satisfazer. Outro fato levado em consideração é que os meios massivos vem sendo aceitos pela população, o que inclui as classes subalternas. Fosse pelo conteúdo, pelos formatos e pela linguagem, os meios massivos conseguem atingir o universo cultural de segmentos de receptores: “Quem, mesmo lendo o jornalzinho da ‘comunidade’, não acompanha o noticiário da televisão? Ou quem deixa de ‘novela das oito’ para assistir um programa de TV educativa ou cultural?”, indaga Peruzzo (1998).

Quando avaliamos a programação e o processo de transmissão da rádio *A Voz das Comunidades* percebemos uma desconexão com *o modo de falar* da população do Mutirão. O não uso de gírias e códigos lingüísticos do bairro, enfim, os rigores na fala acabavam afastando a audiência por que esta não se identificava com a linha editorial adotada pela emissora. Uma linha editorial, aliás, que não foi bem esclarecida. Quando abordamos essa questão a resposta recebida foi que a rádio havia sido criada para dar voz e vez aos moradores das zonas Norte e Leste, mas nada foi explicitado sobre a metodologia para atingir esse objetivo. Implicitamente, a orientação era não reproduzir as técnicas dos meios massivos.

No entanto, quando realizamos nosso trabalho de campo percebemos o esforço sutil de alguns jovens, um deles (sujeito 10, 21 anos, estudante do ensino médio) apresentava o programa *Comunidade Musical*. Mesmo sem formação em jornalismo ou rádio, o rapaz aguçou sua sensibilidade e percebeu a importância de reproduzir na rádio a linguagem adotada nas ruas do Mutirão. Era um dos programas mais ouvidos justamente por refletir o ambiente, o clima, a cultura do bairro. Aos poucos, ele utilizava expressões, gírias e outros códigos lingüísticos da comunidade, criando assim uma verdadeira intimidade com seus ouvintes.

Na rádio Favela de Belo Horizonte a linguagem que predomina em quase todos os programas da rádio é a “linguagem do morro”, que se caracteriza por expressões e gírias utilizadas pelos moradores das comunidades das favelas, ou por convidados que adotam uma linguagem coloquial para obter credibilidade. Conforme pesquisa de Patrícia Silva (2005) a programação da emissora revelou o quanto ela estava arraigada ao cotidiano das favelas de BH em programas como: *Informativo Favela, Rivista, Cência Favela, Uai Rap Soul e Bolero do Lero Lero*.

O programa *Bolero do Lero Lero* apresentado por Misael Avelino, morador da comunidade, além de música também aborda os problemas da comunidade e assuntos de cunho regional, nacional ou internacional que influem no cotidiano daqueles moradores. Tudo que pode influenciar na vida dos moradores da comunidade é discutido com os ouvintes que ligam para dar sua opinião. Num programa do dia 16 de maio de 2004, foi possível perceber a linguagem de morro, em que o locutor instruía a população sobre um determinado candidato e falava sobre o presidente Lula.

As pessoas que moram em vilas e favelas não devem votar no Roberto Brant, e vou falar mais uma coisa aí pra você que tá ouvindo a Rádio Favela, olha, quem criou essa taxa aí, de, a taxa de cobrança das pessoas que já são aposentada, pagá de novo, né. Fazê um vale na aposentadoria das pessoas, foi o Roberto Brant, quando era ministro. Sabia? E ele não conseguiu porque tinha oposição do PT, mas como o presidente da república ainda não tá governando, quero falá uma coisa, senão ele me manda embora do país, eu tô doído pra mim ir pros Estados Unidos, viu? Tô doídim pra mim ir lá pra china, quero ir prum lugá bem longe. Gente o lance é o seguinte, o nosso presidente ainda não tá governando, ele não tá governando pras pessoa que elegero ele que foi a maioria [...] o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele ta ino pra China agora com 420 ou 480 empresários, certo. Pergunta se vai algum favelado, vai algum negão com ele lá, num vai, certo? Então ele não tá governando pras pessoas que elegero ele. (sic), (SANTOS, 2006 p. 14).

Martín-Barbero (1987) esclarece sobre a necessidade de compreender a comunicação popular em seu entorno, onde ela deve ser captada não “como uma ilha isolada”, mas como algo que tem suas peculiaridades e se relaciona com a sociedade, convive com ela e dela usufrui mais amplamente. É também preciso esclarecer que o popular não é homogêneo, porque é “pluralista e histórico” (1987).

O importante é que o popular seja apreendido em seu contexto, localizando e entendendo-se em seu interior, a cultura. Com essa visão não demonizamos o massivo e também não subestimamos o seu potencial de influência. Por outro

lado, não “endeusamos” ou menosprezamos o popular. Como salientou Canclini (1987), assim como a sociedade, a cultura não é estática.

Martín-Barbero (1989) começou a ver nos movimentos sociais uma aproximação aos fenômenos de comunicação ligada à cultura e ao cotidiano; conectada a “um peso muito maior das matrizes a partir das quais a comunicação funciona, quer dizer, uma comunicação que não se explica nem se encerra no fenômeno comunicativo”. Esses movimentos são verdadeiras fermentações culturais e políticas de uma nova identidade popular. Eles apontam um novo projeto de democracia em que:

“[...] o bairro aparece [...] como o grande mediador entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade [...] A rua não é puro espaço de passagem, mas lugar de encontro, de trabalho e de jogo [...] A denúncia política abre-se à poesia popular e enche-se de densidade política”, (MARTÍN-BARBERO, p. 45, 1989).

Quando abordarmos uma professora do Ensino Fundamental da Escola Municipal Jarlece Zaranza (Sujeito 11, 23 anos, professora do ensino fundamental), pudemos perceber o quanto a afirmativa de Martín-Barbero tem a conectividade com a rádio que estudamos. Quando falamos sobre a importância da rádio comunitária no Mutirão, a professora observou a falta de divulgação da rádio sobre suas próprias atividades:

Eu acho que eles (a rádio) precisam melhorar a divulgação. Porque só quem faz jornalismo é que conhece mais a rádio [...]. E aqui nessa comunidade tem verdadeiros talentos que podem ser aproveitados. Além disso, existe um forte sentimento de comunidade aqui. O pessoal daqui, diz mesmo, olha, eu sou do Mutirão, então a gente percebe um sentimento de orgulho, de pertencimento. [...] acho que eles podem fazer um trabalho também de mostrar a rádio nas escolas [...] se bem que nós também devemos ir até lá e ver, mas precisa abrir mais pra comunidade, pra comunidade interagir mesmo, (Sujeito 11, 23 anos professora do ensino médio e estudante finalista do Curso de Comunicação, habilitação em Jornalismo).

Tomando como base nossa observação, os moradores mesmo sem conhecer a rádio comunitária de forma profunda, percebiam o quanto esta agregava um valor importante ao bairro e melhorava sua auto-estima. Por isso a tarefa de integrar escola, igreja, e outros grupos comunitários era prerrogativa essencial para que a “Voz” não se calasse. Democratizar a palavra era o início do processo.

A este grupo que revelava sinais de frustração em relação à audiência, pouco afeita aos conteúdos da emissora, um outro formado por estudantes, universitários e jovens trabalhadores, tentava mudar a programação à revelia dos coordenadores mais antigos. Esse embate era silencioso, mas constante. Mesmo cometendo equívocos por sua falta de especialização na área, o que foi percebido por alguns ouvintes, os jovens estavam dispostos a popularizar mais a rádio, vinculando-a a cultura do Mutirão.

A rádio estava, aos poucos, iniciando um novo movimento. Mesmo sem uma metodologia, havia preocupação entre os mais novos profissionais da emissora em começar a experimentar novas formas de comunicação. Os missionários da Igreja de São Francisco interferiam na programação através dos coordenadores mais antigos, que pouco espaço davam para a comunidade evangélica. Assim a rádio seguia para o seu oitavo ano de existência com noções vagas sobre participação, comunicação popular e educação popular.

CAPÍTULO 2

2 – RÁDIO POPULAR SEM PARTICIPAÇÃO: ONDE ESTÁ A VOZ DAS COMUNIDADES?

2.1 – As Características de um Veículo Comunitário

Ao abordarmos o tema: *A Educação na Voz das Comunidades* acreditamos ser importante traçar o conceito de minoria, noção fundamental para a clássica democracia representativa. Muniz Sodré (in PAIVA e BARBALHO, 2005) explicitou que qualitativamente a democracia é um regime de minorias, “porque só no processo democrático a minoria pode se fazer ouvir. Minoria é aqui, uma voz qualitativa”.

O autor esclarece que em Kant, maioria é representada pela palavra *Mündigkeit*, que significa a possibilidade de falar. Menoridade, por sua vez, é *Unmündigkeit*, ou seja, a impossibilidade de falar. Assim sendo, menor é “aquele que não tem acesso à fala plena, como o infans”. Maioridade implica por sua vez, a possibilidade ter voz, ou seja, de ser cidadão. Ser minoria na atualidade implica uma luta “para alcançar o poder da fala”.

A noção de minoria, portanto, pode ser compreendida pela capacidade que setores ou frações de classe comprometidas com diversas modalidades de luta social têm de exercitar sua voz ativa. O impulso de transformação é o que move uma

minorias. Quando a Rádio A Voz das Comunidades adotou o slogan *Um outro mundo é necessário e possível*, ela assumiu o caráter de dar “voz” às minorias por meio de uma estratégia discursiva através do rádio. Esse slogan revela um dissenso com a sociedade hegemônica e a busca por espaço no círculo fechado desta sociedade.

O poder de dar voz às minorais estava nas mãos da mídia, que tornava seus discursos reais. Ocupar o espaço da mídia era assim, uma missão fundamental da política da diferença, para permitir que suas lutas pudessem ser faladas e ouvidas. “Portanto, a cidadania, para as minorias, começava, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação. Só assim ela podia dar visibilidade e viabilizar uma outra imagem sua que não a feita pela maioria”, (BARBALHO, 2005).

Quando defendiam que A Voz das Comunidades tinha a missão de dar voz aos que não a tinham, ou que esta emissora tinha o compromisso de combater programas que transmitiam que as zonas Norte e Leste eram dominadas por crimes e pelas “galeras”, seus coordenadores estavam assim, utilizando um espaço para quebrar uma espécie de monopólio midiático que reforçava uma imagem negativa das zonas periféricas de Manaus.

Paiva (2003) elenca entre as motivações para a criação de um veículo de comunicação comunitário, “[...] a vontade de produção de discurso próprio, sem filtros ou intermediários”. Cabezas (1982) também defende que quando a comunidade admite o distanciamento entre o que é abordado pelos meios massivos e sua realidade cotidiana, sente a necessidade de criar um veículo comunitário que “surge como resposta prática às necessidades que tem a região de conhecer seus próprios problemas, direcionando de maneira definitiva a forma de abordagem e tratamento adotado na sua produção”.

Uma caracterização importante do veículo comunitário é o acentuado uso didático, diferindo da concepção usual que se tem de notícia, conforme Cabezas (1982). O destaque aos assuntos é dado em função da sua importância para o grupo social, numa relação direta com o cotidiano das pessoas.

Os Manuais do Centro Internacional de *Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal)*, cuja proposta é formar repórteres populares a partir dos membros da comunidade, estabelecem alguns critérios com distinções básicas para reconhecer uma notícia (PAIVA, 2003).

As recomendações não se diferenciam muito do que é usualmente conhecido como notícia, porém, o resultado final é completamente diferente por causa de uma diretriz básica: só é notícia o que interessa diretamente à comunidade em questão (o que exige um tratamento adequado da notícia). Ao contrário do jornalismo da grande mídia, a recomendação é que não sejam transmitidas muitas notícias, evitando um mosaico informativo, ao qual não se retém qualquer dado.

As notícias nacionais, por exemplo, devem ocupar espaço reduzido nos informativos. Da mesma forma, as notícias internacionais devem restringir-se a duas no máximo, e mesmo assim, só são incorporadas no noticiário quando apresentarem relevância e estiverem relacionadas à vida da comunidade local. De modo geral, essas notícias devem ser comentadas, e por essa razão poucas são escolhidas. O comentário, dessa forma, funciona como editorial (PAIVA, 2003). Outro destaque são as entrevistas, que reforçam o sentimento de pertencimento ao veículo, além de fomentar a ampliação da participação da comunidade.

Na elaboração de uma programação informativa para um veículo comunitário é relevante o envolvimento da população na função de “rádio-escuta”, ou seja, de

coleta de informações. A participação efetiva da comunidade na elaboração de produções é exatamente o que vai distinguir um veículo comunitário.

“O que permite conceituar um veículo como comunitário não é sua capacidade de prestação de serviço, e sim sua proposta social, seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício de cidadania. Por outro lado, é inegável que já representa um avanço dispor de veículos que possam dar informações relativas a grupos específicos, ainda que não haja objetivo de discutí-las e interpretá-las. Trata-se de um avanço em direção à democratização, considerando-se o quadro da excessiva concentração dos que detêm os meios de comunicação no mundo”, (PAIVA, pp.140-141, 2003).

O veículo mais apropriado para possibilitar mudanças sociais fortes numa comunidade ainda é, conforme a avaliação de McLuhan (2005), no início dos anos 60, o rádio. O pesquisador canadense definiu o rádio como um meio de comunicação *quente*. Ou seja, o indivíduo não absorve suas informações como um receptor passivo. O único sentido que lhe é exigido é a audição, permitindo inventividade e imaginação. O rádio, além disso, não exclui execução de atividades paralelas para que suas mensagens sejam absorvidas.

Outro aspecto favorável ao rádio é o fato de que sua transmissão não requer um investimento financeiro muito alto, além de não haver inconveniente quanto ao local de instalação dos estúdios. Paiva (2003) lembra do exemplo da *Radio Voz da Selva*, na Nicarágua na época da revolução sandinista. A emissora era volante, pois divulgava os ideais das tropas revolucionárias e dava informações sobre o deslocamento dessas tropas; não poderia funcionar em um estúdio fixo.

Walter Benjamim (1986) afirmava que antes do aparecimento do rádio havia poucos meios de divulgação propriamente populares ou que desempenhassem uma finalidade de educação popular. Mesmo o livro, a palestra e o periódico não conseguiam o êxito do rádio, apenas transmitiam seu conhecimento científico a um

público restrito de especialistas. Ou seja, a transmissão do conhecimento se dava de forma verticalizada.

Com o surgimento do rádio essa realidade mudou: a possibilidade técnica de dirigir-se na mesma hora a massas ilimitadas de pessoas, a popularização da ciência ultrapassou o caráter de intenção filantrópica e se tornou uma tarefa com leis próprias de essência e de forma, que se diferenciava dos métodos tradicionais. O rádio propiciou um conhecimento horizontalizado das descobertas científicas, que ao ultrapassarem os muros das academias passou a sofrer uma forte influência da própria população:

“Assim a relação exterior que reinava antes entre a ciência e a popularidade é substituída por um procedimento novo que a própria ciência não pode mais ignorar. Pois aqui se trata de uma popularidade que não apenas orienta o saber em direção ao público, mas, ao mesmo tempo, orienta o público em direção ao saber. Em suma, o interesse autenticamente popular é sempre ativo, transforma a matéria do saber e atua sobre a própria ciência”, (BENJAMIN, 1986, p. 85).

Importante ressaltar que na década de 1920, quando o autor defendeu tal visão, esse objetivo de popularizar as ciências poderia ser atingido com razoável facilidade visto que o contexto político e econômico era diferente do atual, em que as emissoras têm um caráter comercial. Mas o pensamento de Benjamin é válido quando inserido no contexto das emissoras comunitárias. Nesse ponto nossa proposta encontrou sustentação no pensamento de Benjamin quando este defende a horizontalização do conhecimento.

Mas na realidade cotidiana d’*A Voz das Comunidades* percebemos que o elemento participação, fundamental para uma emissora cuja proposta era transmitir uma educação crítica, transformadora da realidade não muito era estimulada. Para uma mídia eminentemente comunitária esperava-se não apenas que desse voz e vez à população, mas que a comunidade estivesse inserida e mobilizada no

processo do “fazer comunicação”, inclusive na gestão da emissora. Os moradores além de ouvintes necessitavam atuar como protagonistas nesse processo. Característica que ainda precisa ser aprofundada na emissora em questão, pois dessa forma a missão de levar educação aos moradores seria efetivamente consolidada.

2.2 – A Cultura como Instrumento de Participação

A palavra cultura em seu sentido estrito designa o conjunto de conhecimentos que uma sociedade transmite e valoriza em particular os que se referem ao passado da humanidade (sua história, suas crenças, suas obras). É o contrário de incultura.

No sentido lato, que hoje predomina nas Ciências Humanas, esta palavra se tornou quase sinônimo de civilização: ela designa tudo o que é produzido ou transformado pela humanidade. É o contrário de natureza*.

Trata-se de um termo ambíguo, mas o nosso foco é a cultura como modalidade participativa. Cultura refere-se também ao nível da criação de símbolos e valores, que caracterizam o modo de ser de uma sociedade, de uma era, ou de uma determinada história.

Para Demo (2002) cultura é um produto tipicamente humano e social, no sentido da ativação das potencialidades e da criatividade de cada sociedade, com relação ao desenvolvimento de si mesma e ao relacionamento com o ambiente. “É a marca do homem sobre a terra, principalmente na região simbólica, como capacidade de se criar e desdobrar em suas potencialidades próprias e como capacidade de interagir com as circunstâncias externas dadas”.

* Dicionário Filosófico André Comte- Sponville-Martins Fontes, São Paulo, 2003.

Para fundamentar essa idéia lançamos mão do pensamento de Canclini (1983) que explica que as culturas populares se constituem por um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte dos seus setores subalternos, e pela compreensão, reprodução e transformação, real ou simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida.

“[...] o povo realiza estes processos compartilhando as condições gerais de produção, circulação e consumo do sistema em que vive (uma formação social dependente, por exemplo) e por sua vez criando as suas próprias estruturas”, (CANCLINI, 1983, p. 43).

As culturas populares para o pesquisador argentino são construídas em dois espaços: nas práticas profissionais, familiares, comunicacionais e de todo tipo através das quais o sistema capitalista organiza a vida de todos os seus membros. Um outro momento é quando as práticas e formas de pensamento que os setores populares criam para si próprios, mediante as quais concebem e expressam a sua realidade, o seu lugar subordinado na produção, na circulação e no consumo. As culturas populares resultam de uma apropriação desigual do capital cultural, através de uma interação conflitiva com os setores hegemônicos, elas realizam uma elaboração específica das suas condições de vida.

Levando esse pensamento à cultura como processo de identificação comunitária, podemos afirmar que a condição básica para que um grupo social possa sentir-se em comunidade é possuir um lastro cultural próprio que o identifique. Este lastro cultural próprio cristaliza a história da comunidade, os valores e símbolos cultivados, os modos de ser e de fazer, bem como os modos de produzir.

Por mais pobre que seja, não há comunidade que não apresente traços característicos produzidos na “criatividade histórica” e gerados no contexto de suas

potencialidades reais, destaca Demo (2001). Se não acontecesse dessa forma, não seria sequer comunidade, mas sim um conglomerado humano, uma massa informe.

Ao considerarmos o desenvolvimento comunitário essencial para a política social, a identificação cultural se coloca entre as que mais movem as pessoas à participação imediata. A comunidade valoriza como seu somente aquele projeto que, mesmo que tenha vindo de fora, revela traços culturais do grupo. É fundamental reconhecer algo que é seu, algo que se encaixa na história vivida, algo que aparece nas determinações do cotidiano.

Ao introduzir um projeto numa comunidade sem considerar sua criatividade e potencialidades comete-se o pecado de ignorar a idéia de comunidade como sujeito no processo de desenvolvimento. Corre-se o risco de invadir a área reduzindo-a a uma tábula rasa. Uma mudança participativa que parte de dentro pra fora do processo, conhece a cultura em processo e depois sugere as intervenções, levando em conta essa cultura inerente à comunidade.

Na Voz das Comunidades, analisamos que este equívoco foi cometido na medida em que a comunidade parecia mostrar pouco interesse pela emissora e os colaboradores, em sua maioria, pareciam ignorar que o problema tivesse origem em sua própria prática.

Uma prova de que a cultura local não estava sendo considerada na programação da emissora ocorreu durante uma entrevista com o proprietário de restaurante que vendia comida chinesa e indiana. O fato nos foi relatado pelo Sujeito 2 (ex-coordenador da rádio, 35 anos, industriário):

“Nós tínhamos um apoiador chamado “Hindu-Chinês Refeições” que vendia yakissoba, giosa, charuto e outras comidas árabes. Nós convidamos o dono do restaurante que era um jovem empresário, tinha acabado de sair da faculdade, pra ser entrevistado no programa. E começamos a bater um papo; perguntei a ele como era o “Hindu-Chinês”. Ele falou que aquela comida era saudável porque leva muita verdura e rápida, já que o restaurante levava em casa [...] Aí teve uma ouvinte que ligou e a colocamos no ar. Ela disse: ‘Olha, eu queria dizer pra você que esse negócio de hindu e chinês tem ficar lá no país deles (sic), não precisa vir pra cá não. Por que você não vende jaraqui frito? Venda jaraqui frito que a gente compra, a gente aqui é acostumado com as nossas comidas’ A gente tentou acalmar a mulher, mas ela táva braba mesmo (risos)”, (Sujeito 2, 35 anos, industrial, ex-coordenador da rádio).

Naquela entrevista a ouvinte expressou claramente que o tipo de alimentação divulgada na rádio era estranha àquela comunidade. O peixe e outros alimentos regionais é que formavam a base da alimentação daqueles moradores. Quando expressou sua indignação, a moradora pode ter sentido seu espaço invadido, desrespeitado e prontamente reagiu de forma questionadora e até ressentida à proposta do empresário, que talvez de maneira ingênua, considerou a comunidade como tábula rasa.

A forma como o processo foi conduzido também prejudicou a transmissão e recepção da mensagem. Não houve uma preocupação prévia em começar primeiramente, falando dos países de onde essas receitas foram originadas, em que período da história foram criadas. Através da culinária poderiam ser mostrados temperos que hoje compõem a nossa culinária ou a influência asiática no Amazonas.

A culinária de um país também reflete sua história e por isso o tema deveria ter sido melhor aproveitado se conduzido pelo viés da curiosidade, da cultura. O que aconteceu na prática foi uma entrevista seca, sem preparo, nem por parte do entrevistador, nem do entrevistado para que o tema fosse introduzido na comunidade de forma natural, sem parecer uma imposição ou um ato elitista, em que o locutor e o apoiador divulgaram um produto sem considerar a realidade da comunidade.

Demo (1987) defende que despir-se do caráter invasor e estranho significa assumir a valorização de traços culturais típicos, através dos quais se estabelece a ponte de contato criativo. Por outro lado, o agente externo não precisa descaracterizar-se, fantasiar-se de proletário ou algo assim. A identificação que se espera é de estilo político-cultural, ideológica, não de convicções objetivas da vida.

Em suma, participação é um ato de fé na potencialidade do outro. É acreditar que a comunidade é oprimida, mas não destituída. É assumir que ela pode ser criativa e co-gerir suas decisões, seu destino, sem populismos. A força que uma comunidade apresenta reside no fato de ter construído a sua história pelas próprias mãos, dentro de determinadas condições objetivas. “A isto damos o nome de cultura”, ensina Pedro Demo.

Uma proximidade maior com o cotidiano e a cultura dos grupos populares do Mutirão Amazonino Mendes constituía-se como tarefa prioritária para *A Voz das Comunidades*. Certa vez, quando entrevistamos uma professora na escola municipal Jarlece Zaranza, soubemos que uma palestra sobre violência sexual infantil obteve resposta altamente positiva por parte dos pais de alunos. Questionamos porque aquele tema não foi levado à rádio para que toda a comunidade fosse informada sobre o assunto. Como resposta, ouvimos que sim, seria uma excelente iniciativa. No entanto, ninguém teve essa idéia.

A participação possibilita atingir determinados objetivos. Nesse aspecto, a participação pode ser compreendida também como metodologia. A partir de nosso contato com a comunidade do Mutirão e com as pessoas que atuavam na rádio *A Voz das Comunidades*, ouvimos a tão propalada frase “dar voz e vez ao povo”, que dava margem a inúmeras interpretações e até justificava uma série de deficiências na rádio que precisavam ser enfrentadas como a necessidade de profissionalizar as

equipes. O fato era percebido pelos ouvintes. Certa vez, uma estudante que ouvia praticamente toda a programação da rádio (Sujeito 13) falou que a rádio precisava ser reformulada em alguns aspectos;

Tenho amigos lá dentro (da rádio) eles me contam que não têm muitos recursos, não têm como comprar CD's, por exemplo, e ficam pedindo pra um e pra outro pra poder aumentar as músicas (aumentar o repertório das músicas). Eu acho que se eles tivessem mais poder (mais dinheiro) e até mesmo o local onde eles trabalham, ficaria muito melhor. Mas a gente vê que a comunidade não dá valor porque até mesmo aqui na rua onde eu moro, são poucas que ouvem e dão valor a ela. Muitas vezes as pessoas passam aí na frente e nem sabem o que realmente funciona. Nem sabem que o que é a rádio. O engraçado é que eu já ouvi falar dessa rádio na Compensa, no Alvorada, no Aleixo, mas aqui mesmo, quase não vejo ninguém ouvindo. A rádio já existe há sete anos, mas ela mesma precisa divulgar sua programação, (Sujeito 13, 25 anos, estudante e dona de casa, ouvinte assídua da rádio).

À medida que nosso contato com a comunidade se fortalecia e passávamos a ganhar a confiança dos moradores, percebíamos que a audiência da rádio dentro do Mutirão era formada por pessoas ligadas direta ou diretamente à Igreja de São Francisco, localizada no bairro, ou por amigos e parentes dos funcionários que trabalhavam na emissora. Certa vez, batemos à porta de uma dona de casa que nos falou entusiasticamente sobre a importância da rádio, seu compromisso com a educação popular; sobre os locutores que esclareciam sobre as tarefas dos parlamentares. Porém quando perguntamos qual era seu programa favorito, ela esboçou um sorriso maroto e respondeu: “A Comunidade Musical”. Quando perguntamos os motivos de seu favoritismo, ela respondeu que era porque seu filho trabalhava como locutor e operador do programa.

“Eu faço de tudo pra que as pessoas ouçam essa rádio. Quando escuto aqui na minha casa, às vezes ponho naquelas alturas (aumenta o volume), aí o vizinho lá de trás já coloca na rádio, mas tem muita gente que não dá importância não. O meu filho é voluntário de domingo a domingo e ele gosta do que faz. Minha filha, que hoje tem quinze anos, já foi voluntária lá também. E ela aprendeu muito, lá”, (Sujeito 14, 60 anos, dona de casa, ouvinte assídua da rádio).

Também pudemos verificar o quanto é difícil promover a participação. Entraves como a falta de interesse, falta de tempo e até um certo ceticismo em relação às mudanças que uma rádio pudesse promover na comunidade, eram desafios constantes. Mas promover a participação de forma mais ousada, torná-la presente, de maneira ampliada na comunidade era uma necessidade urgente.

Em nossa pesquisa quando tocávamos no tema “participação” ouvíamos sempre que a participação era muito forte porque os ouvintes ligavam muito denunciando, pedindo músicas, sugerindo, ou que em datas como Dias das Mães e Dia dos Finados os microfones ficavam abertos aos moradores que se encarregavam de “fazer a programação”, enviando mensagens, homenageando seus entes com orações e solicitando músicas. Eram ações de valor, sem dúvida, mas que não representavam uma participação efetiva, pois não percebíamos o envolvimento ativo da comunidade naquela emissora.

Um dado interessante é que para os ouvintes que sabiam da existência da rádio, mas não acompanhavam a programação havia um sentimento de negação e até ressentimento. Certa vez perguntamos a um jovem se ele ouvia A Voz das Comunidades que ficava ao lado de sua casa e ouvimos um sonoro e mal humorado “*não!*” ao forçar um pouco o diálogo percebemos que mesmo estando ao lado de sua residência aquela emissora não representava o universo do jovem, que falou:

“Essa programação é muito fraca. Eles precisam tocar músicas atuais; fazer promoções; oferecer brindes. Ninguém gosta só de ouvir falar de política, de comunidade, dos direitos da pessoa, de doença. A gente também precisa ouvir coisas boas, coisas engraçadas. Esse pessoal aí, sei lá, eles são sérios demais [...] A gente coloca nas outras rádios porque pelo menos o pessoal conta piada, faz graça e é mais animado. Esse pessoal é muito devagar. Eles só falam de coisas sérias e a gente já anda cansado de coisa ruim, sabe”, (Sujeito 15, estudante, 19 anos, trabalhava como chapeiro numa lanchonete, mas no momento da entrevista estava desempregado).

O relato do jovem revelou um dado importante que já havíamos percebido em outras entrevistas: uma programação de rádio popular (um ecossistema educativo) pode estar correta do ponto de vista educativo de quem a elabora, mas sem a percepção do outro e sem a inclusão de elementos lúdicos. Huizinga (1938) defende que seja qual for a época, cultura ou classe social, os jogos e os brinquedos fazem parte da vida do homem. O jogo está na gênese do pensamento, da descoberta de si mesmo, permite a possibilidade de experimentar, criar e transformar o mundo, onde o lúdico se manifesta.

O “homem que brinca”, segundo Huizinga, não substitui o *homo sapiens*, aquele que sabe e raciocina, mas se coloca ao lado e um pouco abaixo deste, mais ou menos na mesma categoria que o *homo faber*, que trabalha. O caráter de ficção é um dos elementos constitutivos do jogo, no sentido de fantasia criativa, imaginação. E ao contrário do que muitas pessoas admitem, é sério e necessário, além de ser um direito. Enquanto o jogo acontece, as regras que regem a realidade cotidiana ficam suspensas.

Essa percepção da importância do jogo, da fantasia, da brincadeira como elementos de suspensão da realidade do bairro, uma realidade às vezes violenta, marcada por injustiças e ausência por parte do poder público nas áreas da saúde, da educação e da segurança, estava sendo apontada pelo jovem (Sujeito 15) como uma das razões do distanciamento dos moradores em relação à emissora popular.

Quando entrevistamos este jovem tomamos consciência do olhar unilateral dos coordenadoras ao decidir sobre a programação, pois ele disse que os locutores só falavam “de coisas sérias” e que ele já estava cansado de “coisa ruim”. Em seu depoimento crítico, talvez reforçado pelo fato de estar desempregado, o que o

colocava numa condição emocional delicada, ele nos chamou a atenção para o caráter lúdico, que desempenha um papel fundamental no aprendizado.

Talvez uma programação mais leve, bem humorada, com elementos de jogos ajudasse a comunidade a encarar, refletir e lidar com seus problemas de uma maneira menos densa.

Em nossa visão era necessário desconstruir o conceito de educação interiorizado pelos coordenadores, que nos parecia pautado numa educação combativa, engajada com o objetivo de libertar a população da alienação, mas que não conseguia fazer uma conexão com as pessoas daquele lugar. A nós, parecia que os ouvintes já conheciam bem aquela realidade cotidiana a ponto de perceber a ausência do poder público, a necessidade de transformar a realidade da comunidade que necessitava de uma série de intervenções.

Mesmo agindo com o objetivo de “libertar” a população, os atores da rádio, pelo menos em sua maioria, estava agindo conforme os ditames da educação bancária, dentro de uma perspectiva vertical. O grupo os conteúdos educativos para os ouvintes, como se estes ouvintes, os moradores não vivenciassem de perto, o cotidiano do bairro. Sob essa perspectiva os moradores (a audiência) era encarada como um mero depositário de conteúdos transmitidos via rádio. Ao contrário da teoria freireana que evidencia que as pessoas são construtoras do saber, pois tem dentro de si as ferramentas para a mudança, a rádio A Voz das Comunidades mesmo sendo comunitária em seu estatuto, não estava difundindo uma educação popular, mas sim, uma educação bancária.

Não havia como negar que a educação propagada pela FM 87,9 MHz tinha sua validade para a educação dos moradores do Mutirão, mas o item participação (direito à voz e vez) defendido desde o início do processo de implantação da

emissora, se restringia a uma intervenção mínima da comunidade na programação. Numa metáfora era como se *A Voz das Comunidades*, na prática, parecesse não transmitir a mesma voz dos moradores, mas sim, a voz que os coordenadores da rádio popular acreditavam ser a mais adequada às necessidades do bairro. Quando entrevistamos um senhor cuja casa também ficava na mesma rua da rádio ele disse que a população não era consultada para opinar sobre a programação:

“Eles não nos chamam, não. Só teve uma vez uma pesquisa sobre um canal de TV e só. Seria bom reunir pra ver o que é que tá faltando mais na rádio, né! Fazia uma pesquisa pra ver o que é bom colocar lá”, (Sujeito 6, 60 anos, pedreiro).

Quando adotamos a perspectiva da educação libertadora, que pressupõe um posicionamento político, ao contrário da educação bancária que prima pelo conteúdo, pela quantidade, podemos perceber uma contradição ou até mesmo falta de conhecimento por parte dos atores da rádio sobre os princípios da educação libertadora, defendida por Paulo Freire.

Em alguns relatos ficou clara a necessidade de a rádio trabalhar outras formas de linguagem oral buscando um enfoque mais popular e menos denso da comunidade. Essas entrevistas apontavam para a necessidade de abordar os problemas que afligiam o mutirão de maneira menos dura, utilizando a poesia, falas teatralizadas, criando atmosferas para despertar a curiosidade, brincar com o imaginário das pessoas, e assim estabelecer canais de comunicação e aproximação com os ouvintes.

Percebemos que o conceito de participação popular dos coordenadores não era o mesmo compreendido e defendido pelos moradores. Peruzzo (1998) recomenda trilhar um caminho que nos permita apreender o processo, captando a radicalidade do contexto onde a participação se torna concreta. A autora defende a

compreensão do envolvimento popular na produção, no planejamento e na gestão da comunicação comunitária, como forma até de contribuir para o avanço em qualidade participativa e na conquista da cidadania. Ignorando esse norteamto, a rádio parecia caminhar em sentido oposto, afastando a população e perdendo seu vigor conquistado nos primeiros anos de suas transmissões. O longo depoimento de um jovem voluntário da rádio que se queixava do resultado das últimas eleições municipais em Manaus, mostrou a falta de ligação entre a Voz da rádio e a voz da comunidade:

“Eu acho que a população nem compreende direito o que a gente fala. É complicado você colocar na cabeça da população, principalmente a política, o certo, de você saber votar, como votar, como exercer verdadeiramente o papel de cidadão. A gente trabalha muito. Antigamente, em época de política a gente tinha um programa aqui o Cidadania no Ar, que trabalhava justamente só sobre política, como votar... votar certo. Votar em candidatos, conhecer o passado dos candidatos [...] só que parece que não deu muito certo, né?”

Por quê? (indagação da pesquisadora)

“Não, não deu muito certo, até pelo fato de a gente ver políticos que hoje foram eleitos. Não foi um resultado assim como a gente queria. Ninguém poderia imaginar que certos candidatos usando a mídia pudessem se eleger da pobreza do povo alheio. Isso a gente coloca aqui na rádio, de políticos que utilizam a mídia, em vez de estar lá na Câmara defendendo o direito do povo, apresentar projetos, defender, fiscalizar a Prefeitura. Isso eles não fazem, tão lá na televisão, utilizando a pobreza do povo, atingindo outros políticos e sem fazer nada”, (Sujeito 7, 25 anos, estudante de Comunicação Social, locutor e programador da rádio).

A frustração esboçada pelo jovem, em nossa visão, era resultante da falta de compreensão da realidade cultural que o cercava, da ausência de um contato mais direto com os moradores, com o cotidiano daquela comunidade. Elaborando uma programação educativa de dentro para fora, a rádio parecia se distanciar cada vez mais do objetivo de atuar verdadeiramente como mediadora de conteúdos educativos, transformadores da realidade.

Na *Voz das Comunidades* esta participação precisava ser conquistada urgentemente, mas o processo parecia ser permeado por conflitos e por conta destes, os resultados demorariam a aparecer, conforme nossa percepção.

Entre os percalços para atingir o objetivo da participação popular destacavam-se o dirigismo autoritário de lideranças, instituições, interesses individuais e políticos, assim como uma aparente apatia e o conformismo por parte da população.

Sustentamos que essa apatia e conformismo parecia ser aparente porque ao longo do projeto verificamos que muitos moradores que eram ouvintes da rádio, haviam se distanciado dela pela falta de continuidade de alguns programas como Hora da Alegria e Ajuri, o primeiro com destacamos anteriormente, dedicado às crianças e o segundo, tratava da cultura do Amazonas de uma forma bem divertida, quase teatral, por dois apresentadores que imitavam os maneirismos dos amazonenses, suas piadas, falavam sobre comidas e frutos da região, explorando o imaginário dos ouvintes.

Não conseguimos descobrir as razões pelas quais o programa saiu da rádio, mesmo perguntando insistentemente. A justificativa que nos foi repassada é que os dois apresentadores resolveram desfazer sua parceria e estavam envolvidos em outros projetos.

Quando realizamos a pesquisa o quadro parecia estar mudando vagarosamente por conta da iminente saída de alguns membros da coordenação da emissora, que nos últimos anos haviam conquistado uma liderança, mas a exerciam de maneira pouco democrática (havia eleições a cada dois anos para a mudança dos coordenadores, mas alguns se recandidatavam e ficavam por um longo tempo na função).

Ao mesmo tempo, os que ocupavam os cargos recentemente pareciam ainda não ter a experiência necessária para tocar um projeto de tamanha responsabilidade. Mesmo assim, tentavam na prática, seguindo o que achavam ser o caminho correto, mudar a realidade.

Essa mudança que em nossa análise manifestava-se lentamente não era uma situação exclusiva da *Voz das Comunidade*. Utreras (1988) esclarece que a participação popular no tocante a rádios comunitárias na América Latina começa por um lento e articulado processo de tomada de consciência, através do qual as pessoas passam a ter uma visão real de sua situação e de seu destino no contexto social, político e econômico que as rodeia. A partir dessa tomada de consciência passam a elaborar e definir uma imagem dos seus interesses autênticos e analisam os contrastes com a ordem social política e econômica.

“Através deste processo, o homem, e a comunidade se descobrem a si mesmos, se identificam com tudo aquilo que resulte compatível com sua dignidade humana e que propicie a sua realização e se rebelam contra tudo aquilo que pode conspirar contra seus interesses e aspirações. Nessas condições o homem e comunidade estão potencialmente preparados para iniciar o complexo processo de participação popular”, (UTRERAS, 1969, p. 55).

Kaplun (1987) reforça que a experiência popular é um processo lento e longo, que não se concretiza de um dia para o outro, muito menos em um ano de trabalho. Pode levar muito tempo até que um grupo atinja o grau de maturidade e consciência crítica que lhes permita superar seus conhecimentos culturais e dialógicos tornando possível uma efetiva participação na comunicação, conforme o autor.

Há, inclusive, autores que consideram a participação um objetivo impossível de ser alcançado, pelo fato de o poder ser inerente ao contexto social, sendo impossível eliminá-lo. Este é o caso de Jack Banks e Deanna Robinson (1988), citados por Peruzzo.

Por outro lado, Demo (1987) argumenta que não há sociedade que sobreviva ou se organize sem uma estrutura de poder, mas a questão que se coloca como fundamental, não é acabar com o poder, mas através da participação, democratizá-lo. Seguindo seu pensamento, avaliamos que a busca por esse caminho era vital para a continuidade da emissora, dentro dos propósitos para os quais foi criada: promover a consciência crítica no povo oprimido da periferia através de conteúdos educativos.

2.3 – Voz Enfraquecida e Participação Mínima: A Necessidade do Diálogo

Uma educação fundamentada na idéia de formação política dos sujeitos que, ao se auto-compreenderem como sujeitos da história, partem para a transformação da realidade, é a base dos princípios da teoria da ação dialógica de Paulo Freire (2005).

Utilizando elementos da hermenêutica, da psicanálise e da linguagem para compreender a realidade, Freire propõe a superação da dominação através da *Teoria da Ação Dialógica*. Nesta *dialogicidade* reside a essência da educação como prática da liberdade.

Na prática, a *Teoria da Ação Dialógica* é um método de ensino embasado em experiências vividas, tendo a razão como norteadora para a cooperação na busca de um entendimento intersubjetivo. Características como colaboração, união, organização e síntese cultural fundamentam a teoria cuja finalidade é a conscientização coletiva, a libertação das consciências oprimidas.

Essas percepções precisavam ser aguçadas na *Voz das Comunidades*, cujos coordenadores apresentavam resistência em adotar a dialogicidade com a

comunidade, concentrando as decisões sobre a programação da emissora entre si. Havia dificuldade em criar iniciativas que previssem comunicação e participação. Ao realizarmos nossa pesquisa percebemos que a situação gerou um impasse tão forte, que alguns membros que atuavam voluntariamente durante anos, deixaram de fazê-lo por discordar da política adotada por antigos coordenadores. Foi esse o caso de uma industriária (Sujeito 16) que dedicava boa parte de seu tempo livre para a emissora e largou o voluntariado por conta da falta de entendimento entre os próprios coordenadores. Alguns, segundo ela, exerciam uma liderança autoritária.

Você ouve a rádio com freqüência? (pesquisadora)

Sim, quer dizer, não tanto quanto antes, mas ainda ouço, sim.

Por que você não ouve mais a rádio com freqüência?

Porque quando alguns coordenadores da rádio saíram, a programação caiu, principalmente com a saída da Lurdes. Alguns voluntários saíram porque os coordenadores que ficaram não estimulavam a gente, eles só queriam mandar e só queriam os méritos pra si.

O que houve para esses voluntários saírem, inclusive você?

A gente não sabe explicar. Falta de apoio de pessoas maiores (falta de apoio dos que tinham mais liderança). A rádio tá praticamente abandonada e tá faltando qualidade porque as duas pessoas fazem a programação põem umas músicas bagunçadas.

Como assim, bagunçadas?

Eles não deixam as músicas terminar; mal começa uma música, já colocam outra e eles falam demais, (Sujeito 16, 22 anos, industriária, ex-voluntária da rádio).

Diagnosticamos que tanto entre os coordenadores como entre os locutores e demais voluntários ainda havia dificuldade em reconhecer de fato, a comunicação como um processo intrínseco à educação e nem a tecnologia que o rádio oferecia para facilitar esse processo. Daí adivinha o afastamento da comunidade; a ausência de pessoas interagindo com a emissora propondo ações para a sua melhoria.

Havia uma clara falta de apropriação por parte da comunidade da emissora que se definia como a sua “Voz”. Por isso o distanciamento dos projetos, a “falta de compreensão” e “falta de valorização” motivos de queixa da maioria dos atores

sociais da emissora. Mas como a comunidade poderia lutar por algo que parecia não lhe pertencer?

2.4 – A Falta de Exercício Dialógico e Ético na Busca pelo Consenso

Exposto este cenário as teorias da Ação Comunicativa de Habermas e da Ação Dialógica de e Freire se configuraram como um valoroso norteamento das ações educativas na Rádio *A Voz das Comunidades* direcionadas ao diálogo, pois ambas oferecem bases para uma comunicação cujo objetivo é o entendimento mútuo e a tomada de consciência.

A falta do diálogo com a comunidade e até mesmo dentro do grupo de atores da rádio era um entrave preocupante. Ao contrário dos fundamentos da ação dialógica baseados da Teoria da educação Libertadora os coordenadores não levavam em consideração as experiências vividas da comunidade, não havia um exercício na busca do entendimento de um entendimento intersubjetivo dentro do grupo e fora dele também.

Sem ouvir a comunidade e sem buscar um entendimento mútuo o grupo que administrava a emissora não contava com a colaboração dos moradores. Sem contato com os moradores, com sua realidade, com o dia-a-dia do Mutirão não havia como organizar uma síntese cultural daquele ambiente. Por isso a tarefa de promover a conscientização coletiva e a libertação das consciências se mostravam objetivos cada vez mais distantes de serem atingidos. A cultura local era levada em consideração, a partir dos parâmetros fixados pelos coordenadores sem um contato mais direto e prolongado com a comunidade.

Como já salientamos, a palavra mesmo que o discurso proferido pelos coordenadores e demais funcionários afirmasse que era um direito de todos, na prática era franqueada a partir de critérios que não ficaram muito delineados por nossa pesquisa. Observamos uma certa resistência aos evangélicos, cuja ação no Mutirão era muito forte. “Se você andar por aqui vai ouvir ou muito forró, ou muitas músicas evangélicas”, nos relatou o estudante de Comunicação Social que trabalhava como programador e locutor (Sujeito 7, 21 anos).

As teorias da Ação da Comunicativa e da Ação Libertadora (Ação Dialógica) configuram as bases para projetos ou ações educativas interdisciplinares num ambiente educativo direcionado ao diálogo. A falta de uma definição de objetivos educacionais que colocassem o diálogo no centro das decisões dificultava as possibilidades de promover o envolvimento da comunidade (que assim como católicos, possuía uma forte presença dos evangélicos, nordestinos, moradores de outros estados do Norte, vários movimentos culturais como roqueiros, movimentos em defesa da mulher, jovens que apreciavam a cultura hip-hop, etc.) que apresentava uma diversidade cultural que configurava uma fonte rica para produção de programas radiofônicos.

Tanto Habermas (1981) quanto Freire (1987) defendem novas formas de comunicação, a exemplo das dialogais e argumentativas que criam mecanismos de entendimentos possíveis sobre o mundo. Ambos defendem uma educação que forme para a emancipação e para a expansão da democracia e da cidadania. Em comum, buscam novos horizontes de racionalidade, fundados na dialogicidade.

Os fundamentos de ambas as teorias se desenvolvidos de forma sistemática, se harmonizam com os objetivos de uma educação que visa a formação de indivíduos críticos e participativos, com poder de contribuir para o desenvolvimento

social de crianças adolescentes e jovens em quaisquer espaços legítimos de aprendizagem.

Tomando como parâmetro a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas (1981), faltava aos atores d' *A Voz das Comunidades* uma disposição orientada para o entendimento, em que os sujeitos coordenam seus planos de ação a partir de acordos motivados racionalmente e da aceitação de pretensões de validade do outro. Quando há comunicação entre dois ou mais sujeitos existe aí um exercício ético de entendimento. Habermas defende que no processo de comunicação ocorre um momento especial onde seres racionais conseguem, por meio do diálogo, chegar a um esclarecimento sobre determinado tema.

Na ação comunicativa, o objetivo fundamental é assegurar o entendimento de todos, esclarecendo os diversos pontos de vista. É o relativismo colocado em prática, pois, se não há uma razão única, por meio da discussão e do diálogo haverá um entendimento que será sintetizado, condensado em algo comum a todos. Nesse ponto, essa percepção do outro, dos pontos de vista defendidos pelo outro precisava ser melhor trabalhada pelo grupo tanto em relação a si, como em relação à comunidade.

A ação comunicativa é animada pela busca de uma “compreensão comunicativa”, o “mútuo entendimento” por meio da linguagem; que derruba os entraves que impedem e distanciam a comunicação de idéias e que remove os elementos que impossibilitam o consenso para uma sociedade ideal.

A ação comunicativa não está embasada em preferências e decisões contingentes, mas em juízos morais fundamentados. Quando diziam que o espaço da rádio era o lugar “da voz e vez” dos oprimidos, ou até mesmo em seu slogan : *“Um outro mundo é necessário e possível”*, os atores sociais da rádio estavam

propagando um juízo moral fundamentado. Os valores morais encerram, é verdade, uma pretensão de validade intersubjetiva, mas encontram-se tão intimamente ligados com a totalidade de uma forma particular que não podem, originariamente, pretender uma validade num sentido estrito.

Ao mesmo tempo, todo argumento moral que pretende atingir a totalidade se candidata a disputar numa interlocução com o outro. Nesse embate, a razão funciona como um filtro. Os argumentos excluídos de uma discussão são encarados como ofertas não-válidas e os argumentos apresentados pelo outro, devem ser acatados. É um exercício que provoca pequenas modificações.

A ética comunicativa tem uma característica processual não para produzir normas, mas para examinar a validade das idéias. Esta explanação breve nos ajudou a perceber que a raiz dos conflitos relativos à comunicação estava na dificuldade em exercitar a intersubjetividade, um esforço em perceber o que o outro está sentindo ou querendo comunicar.

Os êxitos ilocucionários [...] se conseguem no plano das relações interpessoais [...] se produzem no mundo da vida, ao qual pertencem os participantes da comunicação e que constituem o pano de fundo de seu processo de entendimento. (HABERMAS, p. 376, 1987).

Para Habermas as normas fundamentadas discursivamente fazem valer o conhecimento daquilo que a cada momento reside no interesse geral de todos. Ou seja, a disposição dos envolvidos numa discussão têm de conhecer as idéias em questão.

A ação comunicativa produz uma ética por ser um exercício conjunto da razão. Durante seu processo é que se chega a uma conclusão, que não é importada, porque ocorre numa realidade prática. As partes chegam a uma conclusão pela ação discursiva pelo diálogo: uma prática ética e racional. Essa

teoria reconhece uma pluralidade de formas de vidas bem sucedidas (como o relativismo), mas a discursividade traz o princípio moral universal que todas as formas de vida têm que realizar (PRESTES, 2001).

Quais as implicações de uma racionalidade comunicativa na práxis pedagógica, cuja base teórica originária não apenas está enraizada no pensamento clássico sustentada na filosofia do sujeito, como, principalmente, cede à escolha da modernidade por uma racionalidade instrumental?

Na sua formulação sobre racionalidade, Habermas afirma que esta surge de um processo efetivo de comunicação, que ocorre entre indivíduos situados num contexto histórico-político, que compartilham o mundo vivido. O racional não diz respeito aquelas decisões estratégicas para atingir determinados fins, mas inclui os aspectos ético-formativos e ético-expressivos. Embasa-se no entendimento racional obtido pelos participantes da comunicação, que se manifesta por meio da linguagem, sobre a compreensão de fatos objetivos e sociais. A racionalidade não tem mais seu fundamento último no sujeito, mas no mundo prático e intersubjetivo. (Prestes, 1996)

A formulação habermasiana tenta identificar as possibilidades empíricas de uma racionalidade se desenvolver em vidas concretas. A educação, em geral, e a escola, em particular, são âmbitos em que a racionalidade se efetiva visando construir um projeto humano, formador de identidade de si mesmo e do mundo. Assim, essa teoria pode renovar o conceito de educação, justamente, com a reflexão sobre a formação do sujeito e a socialização.

De acordo com essa teoria a comunicação que os sujeitos instauram entre si, mediadas pela fala, estão relacionados sempre a três mundos. As relações com os três mundos estão presentes mesmo que não apresentem a mesma medida, em

todas as interações sociais. Diferentes pretensões de validade correspondem a cada um desses três mundos, conforme Freitag e Rouanet (1980) explicam:

- O mundo objetivo das coisas: corresponde as pretensões de validade referentes às verdades das afirmações feitas pelos participantes. As pessoas ao interagirem, coordenam suas ações. Do conhecimento que elas partilham do mundo objetivo depende o sucesso ou o insucesso de suas ações conjuntas, sendo que a violação das regras técnicas conduz ao fracasso. A este mundo correspondem pretensões de validade referentes à verdade das afirmações feitas pelos participantes no processo comunicativo;
- O mundo social das normas e instituições: as pessoas interagem orientando-se segundo normas sociais que já existem previamente ou que são produzidas durante a interação. Essas normas definem expectativas recíprocas de comportamento, sobre as quais todos os participantes têm conhecimento. Ao mundo social correspondem pretensões de validade referentes à correção e à adequação das normas;
- O mundo subjetivo das vivências e dos sentimentos: em todas as interações as pessoas revelam algo de suas vivências, intenções, necessidades, de seus temores, etc., de tal modo que deixam transparecer sua interioridade. Embora as pessoas em maior ou menor grau possam controlar as manifestações de suas vivências subjetivas, das suas ações podem-se tirar conclusões a respeito de sua veracidade. A este mundo correspondem pretensões de veracidade, o que significa que os participantes do diálogo estejam sendo sinceros na expressão dos seus sentimentos.

É um conceito que pressupõe um movimento profundo de reconceptualização filosófica que demora para se estruturar e se articular com as ciências humanas. Ao mesmo tempo, uma multiplicidade de hipóteses, de possibilidades fecundam no campo da educação. No caso d' *A Voz das Comunidades*, um espaço de educação informal, o fato de não reconhecer a intersubjetividade de cada um, dificultava a compreensão da necessidade de transformação.

A educação sempre se inscreveu sob o *thelos* do diálogo, em um processo interativo, no qual a constituição do sujeito se manifesta pela ação comunicativa entre os homens. Essa ação não se encaixa no quadro da razão instrumental, da dedução. Ao contrário, apresenta uma exigência ética, que pode ser acionada por uma ação comunicativa.

Essa razão, conforme Habermas, parte da intersubjetividade como “fala” e como “mundo da vida”. A *linguagem* e o *mundo da vida* são o encontro com o outro, num mundo em que se compartilham significados e normas. A fala sobre algo é sempre a *fala com*. Dessa forma, a intersubjetividade constitui a subjetividade e participa de sua estruturação, sem apresentar um caráter de meio, não se enquadrando, portanto, numa relação do tipo meio-fim, sujeito-objeto (Masschelein, 1987).

O fundamento da ação dialógica está na participação do sujeito em um mundo compartilhado com outros sujeitos. Essa premissa tem validade tanto no plano da relação professor-aluno como da relação emissor-ouvinte.

Essa racionalidade se desenvolve mediada pelas ciências humanas, pela política, pela administração do sistema educativo, para que os envolvidos no processo articulem ações coordenadas pelo entendimento e realizem a crítica das pretensões de validade presentes no discurso pedagógico para produzir acordos.

Ao considerarmos uma rádio comunitária como integrante da estrutura do mundo da vida, o resgate da função da educação como formação do sujeito (personalidade) necessitaria de uma ação pedagógica coordenada pela razão comunicativa.

O grupo que administrava a rádio se subdividia em profissionais mais antigos, em sua maioria sem formação em comunicação ou qualquer curso profissionalizante (apenas um mini-curso sobre a legislação das rádios comunitárias) e resistente a mudanças e um grupo mais novo que mesmo sem uma formação completa com comunicação social estava tentando transformar a programação da rádio, para que esta atraísse seus ouvintes. Uma discussão baseada nessa teoria exigia em primeira

instancia uma disposição ao diálogo que alguns coordenadores não apresentavam aparentemente, pareciam não estar preparados.

Num segundo plano, seria necessário argumentar sobre a necessidade de encontrar caminhos comuns e devidamente articulados, para proporcionar aos ouvintes experiências que lhes possibilitassem construir conhecimentos vinculados à sua vida concreta e lhes permitam uma visão crítica da realidade onde estavam inseridos, incentivando sentimentos e pensamentos relacionados a uma participação ativa nos assuntos comunitários, dentro dos princípios éticos da cooperação e justiça social.

Mas, sem perder de vista o caráter lúdico, pois na rádio percebemos que havia uma idéia de que a programação deveria primar pela seriedade e qualquer caráter lúdico, artístico e de diversão poderia ser encarado como um “aburguesamento” da emissora. Essa posição era mais perceptível entre os colaboradores mais antigos, que pelo menos enquanto realizamos nossa coleta de dados, pareciam ainda intimidar os novos coordenadores.

Ao analisar o ideário emancipatório do projeto pedagógico moderno, Gomes (2007) ressalta que a modernidade emerge com uma projeção pedagógica que se dispõe de maneira ambígua, à dimensão de libertação e à dimensão do domínio, dando vida a um projeto complexo e dialético, também permeado por contradições, estimulado por um desafio duplo: a emancipação e a conformação.

A modernidade a partir do momento que representa uma ruptura com o mundo medieval, representou uma revolução profunda manifestada a partir de aspectos geográficos, econômicos, políticos, sociais, ideológicos, culturais e pedagógicos. Esse processo revolução pode ser percebido mais fortemente quando enfocamos a educação e a pedagogia. Novos itinerários sociais servem de caminho

para a formação do homem. A partir do momento em que se resgata a *Paidéia* grega, com o sentido de uma formação livre em contato com a cultura e com a vida social, manifesta-se uma virada radical na pedagogia que passa a seguir caminhos diferentes dos empreendidos na era cristã. A partir desse momento, o modelo de *Homo Faber* e do sujeito como indivíduo é imposto. Ao mesmo tempo o modelo de pedagogia como saber e como práxis delineia-se para responder de maneira inovadora e revolucionária à passagem do mundo tradicional para o mundo moderno (Gomes, 2007).

Ao dominar a natureza por meio do conhecimento técnico-científico, acreditava-se que o homem conseguiria atingir a emancipação. Contudo, observa-se o fracasso do objetivo emancipatório, quando a razão se transforma em instrumento de poder a serviço da nova classe burguesa dominante.

Adorno nos permite entender que o Iluminismo se mostra a partir de duas formas diferenciadas e indissociáveis: como dominação através de uma razão que calcula e manipula e como única perspectiva possível de quebrar o jogo do mundo reificado. A dialética do Iluminismo se manifesta como unidade da repressão e do progresso, da liberdade e da barbárie (Rouanet, 1999). Importante salientar que o problema da alienação do homem não localiza-se na diante dos objetos de domínio, mas nas próprias relações humanas que ficam condicionadas pela mesma lógica. Os homens sempre tiveram que optar entre submeter-se à natureza ou submeter-se a natureza do eu.

Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a se afastar do mito, voltando a cair sob seu influxo, levado pela mesma dominação (ADORNO; HORKEHEIMER, 1985, p. 43).

A crítica expressada pelos autores sinaliza várias questões recorrentes quando a emancipação é analisada a partir do consenso. O esclarecimento ainda seria capaz de potencializar a educação? Em caso positivo, que aspectos precisariam ser reconstruídos, no sentido da formação de uma nova estrutura social? Uma vez que é capaz, que aspectos precisariam ser reconstruídos, no sentido da formação de uma nova estrutura social? Na perspectiva da emancipação, qual a relevância de um projeto pedagógico que ainda mantenha uma postura moderna subjetivista?

Essas questões são analisadas por Habermas do ponto de vista da racionalidade comunicativa e da necessidade de substituição da filosofia do sujeito pela filosofia da intersubjetividade. Para Habermas, essa mudança é necessária se ainda quisermos permanecer crendo na possibilidade de uma ação emancipatória dos sujeitos na sociedade contemporânea, pois a potencialidade emancipatória vincula-se à restauração da comunicação livre de qualquer dominação. (GOMES, 2007, p.125).

Através da racionalidade comunicativa, e tomando como base o critério consensual da verdade, Habermas desenvolve uma teoria segundo a qual, ao ingressar em um contexto argumentativo, todo e qualquer agente constitui-se como responsável por seus argumentos, que ficam expostos permanentemente à crítica. Isso significa que a competência comunicativa necessita de um exercício e responsável da verdade, de modo que todo agir comunicativo também represente uma práxis educativa, a partir do momento em que determina a formação das ações humanas.

A partir do momento em que a educação cumpre a tarefa de denunciar o reducionismo técnico-cientificista do saber contemporâneo e, de outro, quando se

compromete a contribuir para o restabelecimento da unidade do próprio saber e a retomada do conteúdo normativo que a ele deve ser inerente. Neste sentido, a luta contra a equiparação do saber ao poder e à produção passa a significar, permanentemente, o grande desafio educacional da atualidade (HABERMAS, 2000).

Habermas aconselha que para enfrentar tal desafio é necessário reabilitar a idéia de razão que se mostre capaz de evitar os traços totalitários de uma racionalidade instrumental, pragmatista e sistêmica que incorpora a tudo de maneira indiferenciada e triunfa como uma razão única acima de todas as diferenças (GOMES, 2007, p. 132).

Habermas sinaliza que o caminho mais adequado para enfrentar os desafios educacionais do contemporaneidade é o fortalecimento da comunicação não distorcida dos indivíduos, que deve pressupor sempre a busca permanente do consenso. A solução se localiza na consolidação de um projeto educativo voltado ao entendimento racional que combata as posições irracionais pautadas num entendimento racional fundadas em outras bases.

Neste aspecto cabe entender o quanto a teoria habermasiana é fecunda no que se refere a noção de consenso. Habermas visa superar as divergências e os conflitos que permeiam sobretudo as relações sociais, a partir de um acordo racional sustentado nos pressupostos pragmáticos formais, mas sem deixar de considerar que o ponto de partida de qualquer relação social nasce das exigências de validade vinculadas ao contexto de cada indivíduo.

2.5 – A Distorção do Conceito de Comunicação Comunitária

Já salientamos que não se pode pensar em qualquer projeto educativo sem a mediação da cultura. Pensar a dimensão do outro, da diferença e da diversidade é

mais que necessário, é essencial para se colocar em prática um projeto de educação através do rádio. Fadul (1989) opina que a recepção é uma atividade, pois o receptor sempre é um sujeito ativo, um ator social.

Quando tratamos de comunicação comunitária qualquer iniciativa para interpretar o conceito de educação, precisa passar pela cultural do local, conforme Del Bianco (2004). Na FM 87,9 MHz notamos que a preocupação em separar o rádio educativo elitista do rádio educativo popular confunde muitos coordenadores, que de tão preocupados em não parecer elitistas, acabam por transmitir uma programação dura e pesada. Acreditamos que isso acontece porque há uma preocupação urgente em conscientizar a população a qualquer custo e rapidamente.

O resultado é um volume considerável de discursos abstratos, doutrinários, panfletários e de certo modo, prepotentes, que acabam surtindo um efeito indesejável: a baixa audiência. As longas falas, ou longas seqüências com musicais repetidas já que existem poucos CD's; entrevistas que chegam a durar quase todo o programa, com poucas intervenções da população, conferem um tom monótono à emissora.

É como se naquela emissora construída visando o povo, não haja espaço, ou quando há tudo é realizado de forma muito restrita, para as amenidades, para o entretenimento, para o sonho, que conforme antecipamos são necessidades humanas também.

Essas informações mais *leves* não são agregadas à outras mais densas - necessidade de ter água nas zonas Norte e Leste de Manaus, o sucateamento do transporte coletivo, os imensos buracos que faziam os ônibus mudar suas rotas - problemas que concordamos a época da pesquisa e ainda mantemos nossa convicção, são graves e merecem urgente reparação. Porém, repetidos diariamente

esses conteúdos pareciam que em vez de reforçar a conscientização, acabava por reforçar a baixa auto-estima dos moradores, era como se suas esperanças de transformação, uma transformação defendida pela rádio, ficassem abaladas.

Há na comunidade uma demanda reprimida pelo lazer e a fantasia expressada na fala dos entrevistados que se queixam da programação “parada” e “devagar” da rádio. Os colaboradores da rádio parecem ignorar essa necessidade de espaço para o lazer, o deleite e à fantasia, que compõem o mundo dos anseios e dos interesses das pessoas, na busca pela felicidade (PERUZZO, 1999).

Interessante salientar que mantida indiretamente pela igreja, pois a Ong Movimento Comunitário pela Cidadania (Mococi), cujo presidente à época de nosso levantamento de dados era o principal líder na rádio, *A Voz das Comunidades* às vezes confundia seu papel de emissora comunitária. Mesmo sem falar diretamente, alguns coordenadores deixaram escapar nas entrelinhas de seu discurso que seguiam as determinações da Igreja, uma vez que o padre Giuliani lutou e conseguiu a concessão e quando as contas acumulavam, a Igreja de São Francisco, por meio de uma entidade italiana, arcava com as dívidas. Isso nos pareceu um aspecto interessante a ser analisado, pois para a Igreja, era como a emissora a pertencesse a ela e não à comunidade.

Percebemos essa concepção na fala de um estudante de Comunicação Social (Sujeito 7 – 21 anos, locutor e programador): “Você sabe, a Igreja é que mantém tudo isso aqui, então [...] fica difícil a gente abrir assim a programação, mas a gente espera conseguir isso devagar”, foi a resposta à indagação sobre a necessidade de inserir forró, hip-hop e rock internacional na programação.

Um aspecto digno de nota também é que essas diferenças transcendiam o aspecto financeiro; havia também aspectos ideológicos, pois a ala da Igreja Católica

ligada Teologia da Libertação entrava em conflito com as tendências ideológicas atuais, que são simpáticas a inclusão de elementos lúdicos na liturgia católica.

Em sua análise sobre o veículo *O São Paulo*, Fadul (1986) observou que a Igreja Católica não atribuía muita importância à esfera do divertimento. Até mesmo o futebol, uma das manifestações culturais mais importantes no Brasil, mereceu destaque em poucas edições do jornal.

Mesmo assim, a ênfase foi posta nesse esporte como um mito, uma ocultação da realidade, embora algum articulista tenha visto nele um momento de alegria, união e paz, (FADUL, 1986, p. 204).

Segundo a lei federal brasileira 9.612/98, as finalidades de uma rádio comunitária são claras e apesar de impor limites, permite mecanismos que estimulam o cumprimento dos propósitos previstos. Um deles é a formação de um Conselho Comunitário composto por no mínimo, cinco entidades locais.

Indivíduos e instituições como a Igreja, por exemplo, têm o direito de usufruir das ondas do rádio de baixa potência, seja com finalidades sociais, comerciais, políticas ou evangelizadoras, mas sem a apropriação indevida do espectro da radiodifusão comunitária, (PERUZZO, 2007). Considerando a necessidade de tais segmentos, a autora questiona porque não se cria no Brasil uma legislação específica de rádio local que permita este outro tipo de emissoras:

Entende-se que uma lei específica que contemplasse estes segmentos atenderia a demandas legítimas por rádio local por parte de micro-empresários, universidades, irmandades religiosas e evitaria o uso distorcido da radiodifusão comunitária. Seria uma maneira de democratizar ainda mais os meios de comunicação no País, (PERUZZO, 2007, p. 4).

No caso d' *A Voz das Comunidades* percebemos a necessidade de redimensionar a visão de religiosidade presente na emissora. Era preciso oferecer um tratamento mais pluralista a religiosidade popular, valorizando suas diferentes

manifestações. Mas esse objetivo não parecia ser fácil de fácil alcance, pois a Igreja exercia uma forte influência na emissora.

A esse respeito vale ressaltar o que diz o artigo 4º da Lei 9.612/98 inciso IV, que aconselha a não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias. O proselitismo da qualquer natureza também é impedido na programação das emissoras de radiodifusão das rádios comunitárias.

2.6 – Entraves na Busca pela Participação Comunitária

A Voz das Comunidades não nasceu de um grupo de comunitários, mas da iniciativa de um padre que envolveu pessoas diretamente ligadas à liturgia católica. Ao contrário de muitas rádios comunitárias, ela não teve sua origem marcada pelo envolvimento dos moradores do Mutirão Amazonino Mendes.

Padecia com dificuldades de toda ordem: como falta de preparo profissional dos voluntários, necessidade de aquisição de equipamentos; falta de remuneração (o principal motivo da perda de grande parte de voluntários que demonstravam talento para o rádio teve origem na falta de um salário); ausência de apoiadores culturais que lhe permitissem mais autonomia financeira e a baixa audiência constatada por nós dentro do Mutirão.

Um dos pontos mais críticos em nossa concepção estava na carência de recursos financeiros. Muitas vezes, os voluntários não tinham dinheiro sequer para tomar o ônibus para ir a rádio. Por estar localizada numa comunidade em que as pessoas possuíam baixo poder aquisitivo, ficava difícil formular estratégias para conseguir recursos dentro do Mutirão. Apenas dois apoiadores foram conquistados em seus sete anos de existência: o Shopping São José e a Escolinha Cantinho

Feliz, que ofereceu o apoio após um acidente ocorrido dentro da escola envolvendo uma criança que bateu a cabeça e acabou morrendo, segundo dados captados com o Sujeito 2 (35 anos, industrial, ex-coordenador da rádio).

A escola alegou que quis prestar socorro, levando a criança para o hospital, mas os pais não quiseram, pois achavam que tudo estava bem com a criança. Mas à noite, ela morreu. Nós ficávamos lá quase todo o dia questionando os gestores, que nos ofereceram esse apoio esperando que nós nos calássemos, mas isso não aconteceu, continuamos em cima do fato, (Sujeito 2- 35 anos, industrial, ex-coordenador da rádio).

Somados, os recursos financeiros dos dois apoiadores geravam uma renda mensal de R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais) insuficiente para pagar todas as despesas. Quando a Prefeitura ou Governo do Estado incluía suas peças publicitárias na programação os rendimentos melhoravam, mas nem sempre a rádio era procurada. Vivendo sempre em dificuldades, muitas vezes, a saída para os coordenadores era apelar para a Igreja, que por meio de uma entidade italiana, pagava as contas.

O problema financeiro parecia ser um grande complicador para a rádio, pois colocava em risco a geração do programa e até sua continuidade. Ao contribuir para pagar as dívidas, a Igreja Católica, sentia-se com poderes para ditar a programação; ao continuar a programação seguindo os preceitos da Igreja a rádio se distanciava cada vez mais da população; ao perder audiência sua sobrevivência estava ameaçada, pois sem audiência como a emissora poderia desenvolver projetos ligados à educação? Qual a justificativa para continuar existindo?

Quanto maior os níveis de participação, maior também serão os processos educativos e a promoção da cidadania. Como nos salienta Paiva (2003):

Para ser comunitária é preciso que seja gestão permanente da comunidade. Para ser educativa não basta transmitir aulas e cursos, é preciso uma visão do processo educativo comprometido com a ética e com as mudanças sociais. (PAIVA, 2003, p. 147).

Em meio a esse processo conturbado, que envolvia uma teia de subjetividades entre a Igreja, coordenadores antigos na função e os novos locutores e programadores que por estarem em contato mais direto com a audiência demonstravam anseio por mudanças, mas ao mesmo tempo não queriam se indispor com ninguém, o projeto da primeira rádio comunitária reconhecida pelo Ministério das Comunicações parecia estar longe exercer um poder compartilhado com a comunidade.

Em nossa percepção, a Igreja e os coordenadores da rádio que eram diretamente ligados a ela, pareciam ignorar o fato de que aquela concessão e o poder de explorar a rádio advinha da comunidade, por delegação. O comando deveria ser entendido como “autoridade ministerial”, de serviço à comunidade.

Numa entrevista já citada, um dos novos locutores, um jovem de 23 anos que cursava Comunicação Social, nos falou que estava se esforçando para elaborar um projeto para angariar recursos junto a uma multinacional. O projeto teria que envolver arte e comunicação popular e se assemelhava a política almejada por ele.

Outro percalço no caminho da rádio era falta de profissionalização da equipe, que aprendeu a fazer seu ofício “fazendo” na prática, sem uma base teórica. A maioria era formada por moradores da própria comunidade, que trabalhava em regime de voluntariado, o que no início atraiu muita gente, mas diante das dificuldades, aos poucos essa forma de contribuição desestimulou muitos candidatos à função.

Herança ainda vigente de experiências promovidas pela Igreja Católica, e que segundo José Ignácio Vigil (1992) não raramente se converte em mecanismo de

exploração, a “mística, generosidade e voluntariado” das equipes, já não são mais requisitos suficientes para manter no ar uma emissora com um “mínimo de qualidade”. “Saber fazer”, na opinião de Vigil é tão primordial quanto “querer fazer”.

O voluntariado resolve um problema porque não se tem de pagar a ninguém, mas cria problemas maiores porque os voluntários se casam, emigram, trabalham quando podem, não preparam programa porque têm outras coisas para atender (VIGIL, 1992, P.14).

Uma remuneração justa e a capacitação dos profissionais permite, segundo o autor, exigir e controlar a qualidade dos programas. O profissionalismo não entra em contradição com o caráter comunitário ou popular de uma emissora.

Os próprios gestores da rádio comunitária do Mutirão tinham consciência dessa necessidade como salientou uma professora do ensino fundamental, que destacou a ajuda financeira como um fator de melhoria para a rádio:

Nem todo mundo hoje pode trabalhar como voluntário. Tem vontade de trabalhar, mas aí quem vai suprir com a necessidade? A pessoa gasta com condução, gasta alimentação, gasta roupa, tempo. Quem que vai suprir essas necessidades das pessoas que querem ajudar? Então é muito difícil, (Sujeito 1, 43 anos, professora do ensino fundamental).

Embora houvesse um consenso sobre a importância de uma remuneração para que não se perdesse mais profissionais, a exceção do jovem estudante de Comunicação Social (Sujeito 7), nenhum outro membro da rádio havia pensando em alternativas para sanar esse problema. Havia uma queixa geral, mas quase nenhum esforço para obter recursos financeiros. A situação não era recente, pelo contrário, configurava-se num problema antigo, mas por falta de uma assessoria técnica, de profissionais especializados na captação de recursos, arrastava-se por anos.

Percebemos que esse aparente comodismo tinha origem numa falsa crença: se apelassem para um profissional que se dispusesse a capacitar os gestores da

emissora sobre alternativas de captação de recursos, os atores da rádio ficavam com medo de ser mal interpretados, pois a emissora não visava o lucro. Havia um medo de ser julgados como aproveitadores, oportunistas.

2.7 – Análise das Práticas Educativas

A teoria da dialogicidade de Paulo Freire é considerada alicerce do pensamento latino-americano sobre a inter-relação entre comunicação e educação. Para Ismar de Oliveira Soares, professor do Núcleo de Comunicação e Comunicação (NCE) ECA/USP, o pensamento freireano foi o primeiro passo para a “a gestão da comunicação em espaços educativos”, pois a teoria delineia os caminhos para a comunicação planejada, administrada e permanentemente avaliada em prol da educação. Assim, teoria dialógica freireana, cujas bases são a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural, aproxima-se do conceito de Educomunicação.

A Educomunicação é um campo teórico-prático integrado e integrador que estabelece um *modus operandi* que reconceitua a relação comunicação e educação. Nesse contexto, o educador é aquele que percebendo as possibilidades apresentadas pelas tecnologias da comunicação, gera, gerencia e administra ecossistemas comunicativos².

Este campo que está exclusivamente voltado para a construção de ecossistemas comunicacionais em espaços educativos (Soares, 2003) se

² Ismar de Soares define o conceito de ecossistema como “[...] um substrato comum que é ação comunicativa no espaço educativo, ou seja, a comunicação inter-pessoal, grupal, organizacional e massiva promovida com o objetivo de produzir e desenvolver ecossistemas educativos através da atividade educativa e formativa” (SOARES, 2002, p.125).

desenvolve nos subcampos: mediação tecnológica – área do uso dos recursos da comunicação nos espaços educativos, (tecnologias educacionais); educação para a comunicação – área dos estudos da recepção e do desenvolvimento de projetos educativos para uma leitura crítica dos meios de comunicação tanto na educação formal, quanto na educação não formal; gestão da comunicação no espaço educativo (áreas de ações que exigem a elaboração de diagnóstico, implementação e assessoria a projetos e programas inseridos nessa interface e reflexão epistemológica do campo (ALVES, 2002).

Essa forma de perceber a comunicação está diretamente relacionada ao cotidiano da vida social, observando o processo da comunicação não apenas na posição do emissor, mas também do receptor; não só por meio da ideologia, mas das práticas culturais. A comunicação deve ser analisada a partir das mediações que a permeiam; não somente através de seus meios.

É a partir desta perspectiva, que concebe os processos interativos e permite a construção de um novo modo de ser social que a comunicação pode criar, que introduzimos em nosso projeto a inter-relação comunicação-tecnologia da informação/educação. Em nosso caso concreto, a inter-relação comunicação/rádio comunitária/educação.

A educação transmitida pela rádio comunitária do Mutirão, conforme antecipamos primava pelo conteúdo. Numa das primeiras entrevistas para nossa pesquisa, um ex-coordenador da rádio que havia sido presidente do Mococi, a instituição mantenedora da rádio, havia nos dito que quando iniciou suas transmissões, o tempo da programação d' *A Voz das Comunidades* era preenchido em 80 por cento programação musical e 20 por cento pela fala dos apresentadores.

Mas a meta era inverter esses percentuais e dedicar apenas 20 por cento do tempo para as músicas e 80 por cento para a programação falada.

Adotando essa linha, a distribuição dos programas comprovou que a estratégia não estava surtindo o efeito almejado: atrair a atenção da comunidade e integrá-la a rádio. A maioria dos ouvintes pesquisados por nós admitiu que preferia as rádios comerciais por causa do equilíbrio entre música e fala dos apresentadores.

As queixas sobre o excesso das falas dos locutores foram comprovadas quando entrevistamos jovens, adultos e idosos, que explicitaram outro ponto importante: o excesso de informação em vez de conquistar, muitas vezes terminava por criar uma antipatia em relação à emissora, uma vez que os ouvintes também queriam uma programação que valorizasse a diversão, o sonho e a fantasia, como forma de suavizar a realidade do bairro marcado pelo abandono do poder público em vários setores.

O encontro entre a educação e a comunicação, ou sua inter-relação (Educomunicação) precisava ser revisto, pois embora no discurso os atores da emissora radiofônica acreditassem estar transmitindo uma educação libertadora e dialógica, a realidade constatada por nós na comunidade comprovou que esses conceitos ainda não estavam totalmente compreendidos e esclarecidos para os que atuavam na rádio popular.

Paulo Freire (1987) destaca que o momento que marca o diálogo da educação como prática da liberdade é aquele em que se manifesta a investigação do que ele denomina de “universo temático” do povo ou o conjunto de seus “temas geradores”. Esta investigação deve ser realizada através de uma metodologia que não pode entrar em contradição com a dialogicidade da educação libertadora. Por isso metodologia deve ser igualmente dialógica e também conscientizadora, pois

deverá proporcionar a apreensão dos “temas geradores” e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos.

É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos, educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação.

O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. Esta é a razão pela qual (em coerência ainda com a finalidade libertadora da educação dialógica) não se trata de ter nos homens o objeto da investigação, de que o investigador seria o sujeito. O que se pretende investigar, realmente, não são os homens, como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão do mundo, em que se encontram envolvidos seus “temas geradores, (FREIRE, 1987, p. 42).

Aos atores da rádio havia necessidade de compreender que sua missão enquanto colaboradores de uma emissora comunitária de cunho educativo, não era falar somente transmitir aos ouvintes sobre visão de mundo (da rádio), ou tentar impô-la, mas dialogar com os moradores do Mutirão sobre a visão de mundo que eles (rádio) tinham e a visão de mundo dos seus ouvintes.

A visão de mundo do povo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo em que se constitui. A ação educativa e política não pode ignorar o conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto, conforme Freire:

Por isto mesmo é que, muitas vezes, educadores e políticos falam e não são entendidos. Sua linguagem não sintoniza com a situação concreta dos homens a quem falam. E sua fala é um discurso a mais, alienado e alienante, (FREIRE, 1987, p. 43).

Um ecossistema educativo é formado pelo conjunto de linguagens, escritas, representações, narrativas que alteram a percepção afirma Martin-Barbero (2002). O campo da Educomunicação trabalha com noções que se assemelham muito aos pressupostos antropológicos por excelência, embora estas noções não estejam explicitadas conceitualmente (ALVES, 2002).

Em consequência disso os protagonistas do processo educativo são encarados como “outros” que devem ser interpretados em sua alteridade, percebida e respeitada. Dessa maneira, a educação como fim, constitui-se a partir de um processo de união dialógica e horizontalizada. Este princípio se mostra como única possibilidade real no sentido que Freire lhe atribui (In: LIMA, 2001). Um encontro dialógico, permeado pelas noções de solidariedade e afeto. Uma união que permita o respeito à diferença e a incorporação desta, de forma que o resultado redunde no resgate de todos os envolvidos em sua singularidade, com vistas à criação de uma comunicação solidária.

Esta forma de visualizar a rádio como mediadora da educação ainda não estava sendo apreendida pela maioria dos seus atores, que ao constatar que o objetivo de educar através dela não estava acontecendo dentro das metas que desejavam, preferiam defender que a rádio não era compreendida a fazer uma análise crítica sobre a forma como estavam conduzindo o processo. Exemplos do distanciamento, já foram analisados ao longo desta pesquisa, mas um bastante significativo será avaliado por nós.

Assim que passou a funcionar em julho de 2001, a rádio, de acordo com o ex-presidente do Movimento Comunitário pela Cidadania (Mococi) (Sujeito 2, 35 anos, industrial, ex-coordenador da rádio) disse que a pressão por parte das igrejas evangélicas foi tão grande, a ponto de alguns de seus representantes irem até o escritório local da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) denunciar a rádio, segundo o entrevistado, porque esta se configurava numa ameaça aos pastores da comunidade, que temiam perder o poder sobre os moradores.

Em seguida, uma rádio comercial bem antiga e de cunho popular, a Difusora FM também formalizou uma denúncia para que a *Voz das Comunidades* tivesse sua

antena, que obedecia às especificações da lei 9.612 que institui o serviço de radiodifusão comunitária, e media 30 metros, tivesse sua altura mais reduzida porque seu sinal estava invadindo a faixa daquela emissora. A pressão foi tão forte que mesmo dentro da lei, *A Voz das Comunidades* teve a altura de sua antena reduzida para menos de 15 metros (como a antena era subdividida em três partes, essa foi a altura considerada ideal pelos técnicos da Anatel, que justificaram que o local em que a emissora estava instalada já era alto o bastante para que suas ondas se propagassem em um quilômetro de rádio).

Ao ouvirmos esse relato sobre os abusos cometidos pela Anatel imaginamos que a população tivesse se mobilizado para evitar que os técnicos retirassem a antena. Mas soubemos que poucos moradores ficaram sabendo e não esboçaram qualquer reação em defesa da emissora comunitária. Este foi mais um indício do quanto a rádio estava descolada da realidade cotidiana do local. “Eles entram aí, saem e a gente não fica sabendo de nada”, reclamou um morador durante a coleta de dados (Sujeito 6, 60 anos, pedreiro, mora ao lado da rádio).

O fato de a altura da antena ter sido reduzida expôs outro aspecto digno de análise, pois comprovou que a rádio comunitária para a emissora comercial que a denunciou, constituiu uma ameaça para seu público cativo. Comunicação é poder, disse certa vez o padre Giuliani que iniciou o movimento de criação da Voz das Comunidades. Os dirigentes da rádio comercial sabiam disso e parece que compreenderam que a rádio rapidamente poderia se configurar numa forma de empoderamento* para aqueles moradores, daí passou a denunciá-la até conseguir reduzir seu alcance, embora a emissora popular não tivesse infringido a lei.

* Forma de participação popular com poder de controle de decisão.

Quando realizamos nosso trabalho percebemos que a rádio passava por uma fase de transição. A constatação de que a educação crítica, libertadora, o reforço da cidadania não estavam sendo atingidos no ritmo desejado já afligia os que lá atuavam diariamente teimando em levar sua programação do amanhecer ao entardecer. Percebemos a determinação de alguns voluntários que mesmo sem receber nada, trabalhavam com afinco e dedicação para levar ao ar uma programação que em sua percepção era a mais adequada.

Os rumos que as primeiras lideranças da rádio seguiram acreditando estar contribuindo com a comunidade, comprovaram que muitos equívocos foram cometidos e precisavam ser resolvidos. Ficou evidente que a rádio também contribuiu para a formação de alguns moradores, pois a educação bancária mesmo com suas deficiências e diálogo verticalizado, é capaz de promover resultados animadores, mas considerando o instrumento que detinham e as várias possibilidades de explorá-lo de maneira criativa, equilibrando conteúdos leves aos mais densos, estabelecendo a horizontalização do diálogo, percebendo os anseios dos moradores, respeitando sua diversidade e convivendo com ela, acreditamos que a rádio não estava cumprindo de forma plena seu objetivo de educar.

Sem os canais efetivos de participação no planejamento da programação, pois os coordenadores apesar de pertencerem à comunidade eram ligados à Igreja de São Francisco, o que em nossa concepção, já constituía um problema no quesito representatividade, pois que na comunidade e no bairro Cidade Nova, onde estava localizada, havia evangélicos, seguidores da doutrina espírita, apreciadores da cultura hip-hop, bandas de rock alternativo, movimentos em defesa dos direitos da mulher e outras instituições representativas, que mostravam o quanto sua cultura local era diversa, e que explorá-la se constituía numa experiência enriquecedora, a

rádio parecia caminhar para um futuro incerto. A falta de diálogo era o problema mais urgente a ser superado.

Diálogo horizontal pressupõe participação e por meio da participação a transmissão de conteúdos educativos que levem em consideração o cotidiano cultural da localidade, era o objetivo mais urgente a ser perseguido. Para atingi-lo, em nossa análise, o primeiro passo seria a busca de autonomia e o desligamento gradual de alguns membros que acostumados a uma atuação centralizada, não estavam dispostos a mudar a programação para torná-la mais leve. Não estamos aqui, criticando sua ação, pelo contrário, reconhecemos sua importância: eles realizavam trabalhos dignos de nota na comunidade, mas ponderamos que sua influência na rádio dificultava o diálogo com a população.

Uma vez que cumprida sua missão de conseguir autorização para explorar a concessão da rádio comunitária, cabia aos mais antigos atores da rádio respeitar a jovialidade, preparo e energia dos novos voluntários e conviver com eles, não só aceitando, mas respeitando as diferenças.

A luta pelo poder, assinala Demo, necessita ser disciplinada pelas vias democráticas, para não tornar-se uma espécie de “lei do mais forte”. Para tanto, é fundamental respeitar regras para que as chances de ocupação do espaço aconteça sem selvageria. Esse pensamento é válido para disputas internas em associações, sendo necessário diferenciar o contexto saudável e o contexto que leva a destruição do grupo. Nesse aspecto, a observação do autor cabe para analisar a situação dos atores da rádio. Devido a uma liderança marcada pela centralização do poder e pouco aberta a sugestões e críticas, o grupo acabou se fragilizando e dispersando. A tarefa para os atores da rádio como um todo era perceber essa situação e tentar agregar novamente o grupo para fortalecer a emissora.

Em nossa visão o grupo de voluntários se desagregou porque criou-se uma expectativa de que aquele grupo de coordenadores era uma espécie de irmandade indiscutível e central, onde cada um ficava em seu devido lugar e aceitava tudo sem questionar. Com o passar do tempo, houve a constatação de que alguns coordenadores só exigiam e não reconheciam o trabalho dos demais, resultando na desagregação do grupo.

Demo assinala que mesmo em um grupo consensual e solidário, há linhas de poder, emergências de lideranças alternativas, opiniões opostas e confronto de idéias e preferências nos apoios e nas resistências. O poder é exercido em rede em qualquer grupo humano, por mais que não se queira reconhecer, até como estratégia de influencia sub-reptícia. Nesse sentido, ressaltamos que a democracia desde que qualitativa, pode ser sábia, no sentido de configurar como forma mais plausível de enfrentar o poder, sem incensá-lo e sem camuflá-lo.

A influência da igreja também mereceu nossa análise. Relembramos que a rádio nasceu na Pastoral da Comunicação (Pascom) da área missionária de São Francisco e que sua igreja estava localizada no Mutirão. Desde que a outorga para a exploração da concessão de rádio comunitária foi autorizada pelo Ministério das Comunicações, a igreja católica como salientamos, esteve presente por meio de membros que administravam a rádio. Embora na emissora alguns evangélicos também executassem trabalhos, observamos que estas tarefas nunca estavam ligadas a funções que poderiam redundar numa possibilidade de liderança. O mesmo fato foi constatado na pesquisa de Odinea Araújo há alguns anos:

Percebi que na Voz das Comunidades os colaboradores professam, em sua grande maioria, o catolicismo. Se existe algum colaborador de outro credo religioso, como o evangélico, por exemplo, este não está ligado a nenhum programa gospel. Os programas que seguem essa linha como o Musical Gospel, Hora da Catequese e Família, Comunidade e Vida, são apresentados por pessoas ligadas a liturgia da área missionária. Por certo que esses voluntários procuram produzir programas ecumênicos. Sobre o fato, dona Lurdes (uma das voluntárias), explica: Nós nunca escondemos que a rádio está ligada à igreja católica, mas nem por isso deixamos de dar oportunidade aos evangélicos, por exemplo. Só não queremos que usem a rádio para propagar o seu credo, como já tentaram fazer, justifica, (ARAÚJO, 2004, p. 107).

O depoimento da voluntária revelou que por ter sido conquistada pela comunidade católica do Mutirão, havia a compreensão de que emissora pertencia mais aos católicos, que podiam transmitir suas mensagens, do que aos evangélicos. A dona de casa mostrou nessa entrevista que a Igreja de São Francisco era um agente externo que exercia forte influência dentro da rádio. Parecia haver uma confusão conceitual entre rádio comunitária e rádio católica. No caso da *Voz das Comunidades*, o seu próprio nome é auto-explicativo: pressupõe-se que seu público alvo seja *as comunidades*, no plural, ou seja, católicos, evangélicos, espíritas e pessoas de qualquer outro credo.

Essa confusão conceitual também foi esboçada pelos voluntários mais novos na função, embora tenhamos percebido que eles estavam mudando a programação discretamente, o que nos levou a indagar se essa confusão conceitual realmente estava acontecendo, ou se seu discurso em defesa da Igreja na verdade funcionava como manto protetor para que não desconfiassem que sua compreensão do conceito de rádio comunitária não era o mesmo defendido por quem tomava as decisões.

Ao indagarmos porque a rádio não tocava forró, ritmo comprovadamente apreciado pelos moradores do Mutirão, recebemos uma resposta que de acordo com nossa análise, estava carregada de significados de discordância da política da rádio,

que não tocava músicas rotuladas como sendo de “duplo sentido”, internacionais e ritmos mais agitados como rock and roll:

A gente já tá se esforçando pra fazer uma programação educativa que não seja maçante; a gente tá fazendo até demais. Agora, se a gente abrir um pouco mais, aí vi complicar [...] Tem rádios comunitárias aí a fora que fazem cada programa [...], por exemplo, lá na Paraíba, tem uma rádio comunitária que tem um programa de corno lá. Não é nossa linha, aqui a gente não vai botar um programa de corno, até porque a gente respeita quem goste de chifre, mas a gente não vai colocar porque pra lá pra eles, pode ser uma forma de diversão, mas pra gente não é. É pejorativo, a pessoa não gosta mesmo. Eu não gostaria que me chamassem de corno, né? Ninguém gosta e tem cabra aí que se chamar mata, então tem que tomar cuidado, né? A gente tem que manter esse padrão. Até porque a gente já abriu até demais.

Quando eu voltei (o voluntário se afastou devido a divergências com a liderança anterior), os meninos já tinham se encarregado disso, de botar outros tipos de música e graças a eles (os atuais locutores), estamos tocando Ideologia (música de Cazuza), estamos tocando Faroeste Caboclo (da banda Legião Urbana) que eu acho magnífica, e outras músicas que antes não entravam aqui, (Sujeito 7, 21 anos, estudante de Comunicação Social, locutor e programador da rádio).

Em nossa avaliação a influência da Igreja, através de seus representantes, os coordenadores antigos que detinham o poder decisório, que vetavam qualquer conteúdo de diversão entendido como pecaminoso, causava desconforto entre os voluntários mais novos e jovens.

Demo explicita que seja qual for a origem do agente externo – universidade, Igreja, partido, governo, sindicato – seu papel é de apoio, motivação e assessoria. O autor parte do princípio de que todos têm a tendência histórica de usar processos participativos para fins de controle social.

Em consequência disto, sobretudo em termos práticos, a participação precisa ser encarada como processo de conquista da autopromoção. “A permissividade neste campo jamais significa boa vontade por parte do agente externo, ou qualquer outro tipo de generosidade, mas antes as fendas pelas quais começa a penetrar o assistencialismo e o paternalismo. Em definitivo: participação que não se auto-sustenta é farsa”, (DEMO, 2001, p.141).

Para nós, o agente externo (a igreja católica), não estava cumprindo somente o papel de motivação e de assessorar a rádio. A igreja, ali representada pelos coordenadores mais antigos, não sugeria idéias de fora, ela as impunha de forma sub-reptícia em nome do respeito às minorias, por isso tocar determinadas músicas, como salientou o sujeito 7, não era permitido. O discurso em defesa das minorias só era aceito, quando alinhado ao que a igreja católica defendia.

As idéias e sugestões apresentadas não recebiam o “batismo” da gestão interna, indispensável para que as decisões se realizassem de cima para baixo, como era de esperar de uma rádio que representava a voz das comunidades. A igreja ocupava a posição dos bastidores, mas havia uma espécie de acordo tácito entre a instituição e os representantes da liturgia católica: as sugestões, discussões e defesas de ponto vista aconteciam como prática democrática, mas a decisão final ficava na mão da maioria dos coordenadores (que estavam há anos na função), que sempre se colocavam contra qualquer princípio que parecesse ferir a liturgia católica. Dessa forma, a rádio funcionava como recurso de legitimação ideológica e não como uma proposta de educação popular vinculada à cultura da comunidade.

Com esse cenário a educação transformadora acalentada como o diferencial d’*A Voz das Comunidades em relação às rádios comerciais*, estava correndo um sério risco de desaparecer. Após a excitação inicial dos primeiros anos, que mobilizou muitas pessoas, a educação popular, aposta da rádio para criar consciência crítica, reforçar o senso de cidadania e politizar a comunidade, estava se esvaindo e limitando-se à repetição de conteúdos por meio de discursos que exortavam a mudança, a transformação, a necessidade de adotar uma postura crítica em relação a políticos, a necessidade de exigir seus direitos, a urgência em cobrar do poder público uma ação mais contundente no Mutirão. Conteúdos que os

moradores já conheciam e sabiam ser necessários, mas que de tão repetidos, foram criando uma resistência e até falta de simpatia pela emissora.

A educação transformadora não era impossível de ser atingida, mas para ela acontecesse eram necessárias práticas radicais, sistemáticas e profundas na emissora. A educação transformadora era um conceito muito mais abrangente do que a idéia que os atores da rádio faziam dela. Reconhecemos que a rádio durante um período se aproximou bastante da educação popular transformadora: os programas *A Hora da Alegria* e *Ajuri* e alavancavam a audiência a ponto de ser os mais apreciados pelos moradores, mas seu caráter efêmero causado pela saída dos locutores e conseqüente descontinuidade da programação, mostrou o quanto era difícil chegar a esse objetivo.

A dificuldade de auto-sustentação que tinha origem na pobreza econômica e até na pobreza política, exigia competência para lidar com a mobilização de base, levando em consideração a necessidade de evitar a contradição de mesmo sendo tratados como democráticos, os processos participativos ainda dependessem de líderes excessivamente controladores.

Outro aspecto a ser ressaltado é que na educação popular o processo participativo demora a dar resultados e é marcado pela profundidade e não pela acumulação apressada de conteúdos conforme observação de Demo (2001). Criar uma comunidade participativa é uma experiência que mexe com dimensões qualitativas, com a expectativa de realização histórica, com a identidade cultural, ideologias e crenças. Nesse aspecto “abrir o microfone para os comunitários” era apenas uma ação da rádio rumo à participação.

É preciso esclarecer que nossa análise do processo não pendia para um democratismo, que é a deturpação do processo participativo que inviabilizaria

qualquer projeto educativo. Não se tratava de reunir todos os moradores para que cada um desse sua sugestão sobre o tipo de programação necessário a uma educação transformadora, mas sim de equilibrar a escolha dos membros do conselho que regia a rádio criando mecanismos de escolha como numa eleição, para que a comunidade pudesse indicar (eleger) seus representantes.

Diante dos conflitos da rádio os seus gestores assumiram a atitude de ignorar ou camuflar o problema com a Igreja, tratando-o de forma paliativa ou compensatória. Para lidar com esses percalços, em nossa visão, era necessário adotar uma postura de negociação, para tratar as divergências a partir do princípio de necessidades equalizadas, em outras palavras: de igual para igual, pelo menos em tese. Esse diálogo aberto talvez não terminasse com as divergências dentro do grupo, mas seu exercício poderia permitir uma convivência mais harmônica e a realização do interesse que mobilizava todos a continuar trabalhando recebendo pouco ou quase nada pelo seu esforço: a educação transformadora.

Para que essa iniciativa acontecesse seria necessário um ambiente de abertura democrática concreta. Não era necessário destruir a ideologia da igreja, mas fazer alguns gestores perceberem que se tratava de uma questão de sobrevivência da rádio. Nesse aspecto negociar representava a necessidade de evitar a destruição do projeto que motivou todos a percorrer um longo caminho para dar voz e vez ao povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Nossas considerações finais reforçam a necessidade do exercício do diálogo dos atores da rádio entre si e com a população do Mutirão para chegar a um consenso sobre mudanças necessárias na postura da rádio.

Embora em sua entrevista, nenhuma pergunta ou comentário sobre a religião da candidata fosse expressada, a música nos pareceu era uma maneira sub-reptícia de colocar a posição da rádio em relação aos evangélicos.

Ao longo deste trabalho, nossa busca girou em torno da análise e compreensão das ações relacionadas à educação na rádio comunitária *A Voz das Comunidades*, um ecossistema educativo informal que enfrentava muitas dificuldades para se consolidar como meio de comunicação comunitário embasado na inter-relação comunicação e educação.

Nossa motivação para esta pesquisa foi a de que a primeira rádio comunitária reconhecida pelo Governo Federal merecia um estudo que revelasse suas dificuldades, seus pontos fortes, suas contradições internas, e ao mesmo tempo, permitisse compreender o distanciamento da população em relação à emissora, e o esforço diário de levar ao povo do Mutirão e outros bairros das zonas Norte e Leste, informações de cunho educativo.

Optamos pela pesquisa de campo fenomenológica qualitativa para nos revelar aspectos subjetivos que nos ajudaram a compreender a raiz de alguns problemas enfrentados pela rádio. Relembramos sua história e suas primeiras experiências, a partir de entrevistas com funcionários antigos. Para compreender sua realidade atual, entrevistamos os novos atores sociais que trabalhavam na emissora.

Para completar nosso quadro também ouvimos os moradores do Mutirão cujos depoimentos nos permitiram diagnosticar um dos principais entraves para a baixa audiência da rádio: a falta de participação destes na emissora e a ausência de um projeto de educomunicação que previsse as várias formas de estimular o envolvimento popular.

Uma das dificuldades enfrentadas durante a pesquisa de campo foi o acesso aos documentos da rádio. Por várias vezes tentamos convencer os gestores da importância de conhecer seu estatuto, seus objetivos, metas, mas não conseguimos sensibilizá-los. A justificativa apresentada era que o projeto da rádio como um todo estava sendo reformulado.

A experiência com o grupo focal também não foi exitosa como esperávamos, pois nas duas tentativas promovidas, a maioria dos ouvintes faltou ao encontro, embora tenhamos tido o cuidado de reforçar a importância dessa experiência um dia antes da reunião. Com isso, o trabalho saiu prejudicado porque a maioria dos participantes que apareceu nos encontros pertencia à rádio e apenas três pessoas eram ouvintes. Um dos gestores inclusive pediu para sair antes do término da reunião.

Mesmo assim, a pesquisa foi muito importante para analisar o valor da promoção da educação libertadora de Paulo Freire de Ação Comunicativa de Jürgen Habermas que nos mostram o caminho do diálogo como possibilidade pedagógica

para a quebra de um paradigma que não era exclusivo da Voz das Comunidades - pelo contrário, estava presente em outras rádios comunitárias como pudemos comprovar em nossas leituras-, cuja origem advém da escola: a resistência em desenvolver projetos ou ações que envolvam comunicação e participação.

A Educomunicação permitiu verificar que ao contrário do discurso defendido pelos seus atores, a rádio não estava transmitindo conteúdos ligados à rica diversidade cultural do Mutirão, mas seguindo a formatação da educação bancária, que pressupõe o aluno como depósito de conteúdos.

No caso da emissora popular, os ouvintes eram expostos a uma programação conteudista sem muito espaço para a fantasia, o jogo e a brincadeira e como se não conhecessem a realidade do bairro. Eram encarados como tábula rasa, como pessoas que não detinham os instrumentos capazes de mudar a realidade. Foi evidenciada a necessidade de a emissora retomar todos os aspectos e facetas da vida dos receptores para que eles se identificassem com ela e a escutassem. Maria Cristina da Mata (1981) comenta que muitas emissoras já começaram a aceitar que a comunicação não é uma prática pautada estritamente na racionalidade e que os sentimentos, gostos e paixões da vida, são fundamentais para captar a atenção dos ouvintes

O conteúdo denso transmitido estava afastando os moradores cada vez mais da proposta defendida, porém não colocada em prática, de uma educação transformadora da realidade. Daí a importância de rever seus métodos ou criar novos mecanismos de conexão com sua audiência.

Os moradores se comportavam a como se a rádio não lhes pertencesse e não fosse por eles reconhecida. Constatamos, também, que a participação não é uma realidade atingida rapidamente e por isso necessita de projetos de sustentação

embasados na dialogia e na horizontalidade das relações para alicerçá-la. Sem esse trabalho de base a emissora que se propunha ser a voz das comunidades, encontrava-se em dificuldade para atingir níveis de popularidade elevados para legitimar sua presença no Mutirão.

A dificuldade para colocar em prática essa proposta se mostrava de maneira difusa, não muito clara, pelo controle sub-reptício da Igreja, através dos coordenadores ligados a liturgia católica, que não permitiam muito espaço para mudanças na programação.

Por outro lado, também de maneira sutil, os novos atores da rádio (locutores e programadores em sua maioria) estavam mudando a programação sem consultar os coordenadores numa tentativa de aproximação com a comunidade. O presidente do Mococi, entidade sem fins lucrativos mantenedora da rádio e ligado a área missionária de São Francisco, não havia se pronunciado oficialmente sobre as mudanças, o que para nós foi encarado como uma forma de consentimento sobre a necessidade de realizar mudanças.

Embasados nas análises das dificuldades que provocavam entraves no projeto da rádio, percebemos a ausência de uma metodologia, pois o funcionamento da emissora foi configurado de maneira experimental, na prática do “aprender fazendo”, sem uma base teórica e conceitual e sem sistematização, além da falta de um projeto ou ação para qualificar os funcionários da rádio, que enfrentavam dificuldades de caráter estrutural, originadas pela falta de recursos financeiros e também pelo conflito entre a geração que agia influenciada pela Ideologia da Libertação e a geração atual que apresenta tendências mais lúdicas na liturgia católica.

Os conteúdos da programação que primava pela consciência crítica, não consideravam a necessidade de trabalhar com elementos lúdicos. Repetidos diariamente, esses conteúdos pareciam que em vez de reforçar a conscientização, acabavam por reforçar a baixa auto-estima dos moradores: era como se suas esperanças de transformação, uma transformação defendida pela rádio, ficassem abaladas.

A primeira rádio popular de baixa frequência do Brasil, cuja história foi marcada por luta em defesa dos que não tinham voz, em seus primeiros anos foi marcada pelo entusiasmo de um grupo que voluntariamente trabalhou ativamente acreditando no objetivo de educar pelo rádio, formando e reforçando o senso crítico de sua audiência.

Mas, com o passar dos anos, os problemas estruturais como a necessidade de um novo estúdio, novos equipamentos, formação de comunicadores e a dificuldade em conseguir apoio cultural mostrou que essa missão não se realizou no tempo esperado. Para este grupo, uma educação libertária, teria que ser uma educação deveria obedecer parâmetros rígidos, sem espaço para a brincadeira e o aspecto lúdico. O grupo fechou-se para a comunidade, que por sua vez, sabia apenas que havia um rádio na localidade, mas não conhecia pouco sobre sua programação.

Tomando como parâmetro essas considerações, apontamos para a necessidade de sistematização de propostas pedagógicas com ênfase no Diálogo, sustentadas pelas teorias da Ação Comunicativa e Ação Libertadora, de Habermas e Freire, respectivamente, e na Educomunicação, a partir da criação de mecanismos de aproximação visando uma participação mais efetiva dos moradores na rádio. O desafio estava na resistência da Igreja, que em casos de urgência saldava as

dívidas da rádio e exercia uma forte influência dentro dela através de alguns atores. Esse fator externo parecia ser o mais importante a ser considerado, pois em nossa análise a igreja católica usava a rádio para legitimar sua ideologia, desfigurando o caráter comunitário da emissora, que era comunitária e, portanto, deveria transmitir conteúdos educativos articulados àquela realidade.

Nesta pesquisa apontamos a necessidade urgente do exercício democrático do diálogo dentro e fora da rádio, para que o projeto que demandou esforço e sacrifício, não se perca em meio a conflitos internos que podem ser atenuados por meio de uma discussão embasada nos princípios da ética comunicativa.

Acredita-se que a pesquisa trouxe contribuição aos campos da Educação, da Comunicação Social e da Participação. Nossa expectativa é que o conteúdo exposto nesse trabalho, que está sujeito a críticas e sugestões, possa estimular outras experiências no campo da pesquisa. Por isso estamos abertos a qualquer contribuição para seu aprimoramento e para sua continuidade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: JZE, 1985

ALFARO, Rosa Maria. “**Um enfoque político de la participación em la comunicación popular**”. Revista Diálogos de la Comunicación, 1988.

_____ et al. **Cultura de masas y cultura popular em la radio peruana**. Lima, Callandria, 1990.

ALVES, Patrícia Horta. **Educomunicação: a experiência do Núcleo de Comunicação e Educação/ECA-USP**. Dissertação de Mestrado defendida junto a Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. ECA/USP. São Paulo, 2002.

ARAÚJO, Odineia Correia de. **87,9 MHz- A voz das Comunidades- A experiência da primeira Rádio Comunitária do Amazonas**. (livro-reportagem).

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BENJAMIN, Walter. **A Tomada da Bastilha e do Rádio**. Trad. Celso José Lage. Revista Comunicação e Artes, 14, nº 22- Novembro de 1989.

BERGER, Christa Liselote. **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais, as relações entre o movimento sem terra e a zero hora**. Tese de Doutorado na ECA/USP, Maio de 1996.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **Além dos meios e das mensagens –Introdução à Comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Petrópolis/RJ, Vozes, 2002.

BURGOS, Carlos Crespo in GADOTTI, Moacir e outros. **Paulo Freire: uma Biobibliografia**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

CABEZAS, Antonio et alii. **La emisora popular**. Quito: Monografias, Ciespal, 1983.

COGO, Denise Maria. **No ar...uma rádio comunitária**. São Paulo, Paulinas, 1998.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo, Cortez, 2001.

DEL BIANCO, NELIA R. **Remediação do radiojornalismo na era da informação**. Texto apresentado no II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor, Salvador-Ba, 2004.

FADUL, Anamaria. **Cultura e Comunicação: a teoria necessária**. In; KUNSCH, Margarida e FERNANDES, Francisco de Assis, orgs. Comunicação, democracia e cultura. São Paulo, Loyola, 1989.

FESTA, Regina. **Mulher e comunicação alternativa: um processo de resistência em explosão**. Revista Comunicação e Sociedade. São Paulo, IMS/Cortez, 1982, nº8.

_____. **Elementos metodológicos da pesquisa participante**. In: BRANDAO, Carlos Rodrigues (org.). Repensando a pesquisa participante, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Trad. por Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GURVITCH, G. **Determinismes Sociaux et Liberte Humaine**. Paris, Presses Universitaires de France.

HARBEMAS, Jürgen. **Teoría de acción comunicativa I –Racionalidad de la acción y racionalición social**. Versión catellana de Manuel Jiménez Redondo, Altea, Taurus, Alfaguara, S.A, Madrid 1987.

_____. **Tomo II – Critica de razón funcionalista**. Versión catellana de Manuel Jiménez Redondo. Altea: Taurus, Alfaguara, S.A, Madrid 1987.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. **O jogo como elemento da cultura**. São Paulo, Perspectiva, 2004.

KAPLUN, Mario. “**Uruguai: participação, práxis, problema. A experiência do cassete-foro**”. In: GRINBERG, Máximo. A comunicação alternativa na América Latina, 1987.

LÓPEZ VIGIL, José Ignacio. **Manual urgente para radialistas apaixonados**. São Paulo: Paulinas, 2003.

MATA, Maria Cristina. **A pesquisa na construção do alternativo**. In: MELO, José Marques de (org.). Teoria e Pesquisa em Comunicação: panorama latino-americano. São Paulo, Cortez, 1983.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “**A comunicação no projeto de uma nova cultura política**”. In: MELO, Jose Marques de (org.) Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise, Campinas, Papirus, 1989.

_____. **Retos culturales de la educación**. In: Comunicación, educación y cultura. Relaciones, aproximaciones e nuevos retos. Bogotá, 1999.

_____. **La educación desde la comunicación**. Editorial Norma, 2002.

MASSCHELEIN, Jan. “**In Defense of Education as problematization**”. In: Adult Education and Social Responsibility. Peter Lang Ed., Frankfurt, 1998; Mehl, Roger, Les Attitudes Morales. PUF: Paris, 1971.

MELO, J. M. e SATHLER, L. **Direitos à comunicação na sociedade da informação** (orgs). São Bernardo do Campo, Metodista, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. 23ª ed. Petrópolis, Vozes: 2004.

_____. **O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Editora Hucitec. São Paulo, 2004.

MINAYO, Cecília Maria de Souza (org). In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 23ª ed. Vozes: Petrópolis, 2004.

MONTEIRO, Eduardo; FELDMAN, Maria. **Mídia-educação: formando os cidadãos da era da Informação**. Revista Pátio, Rio de Janeiro, nº 9. Maio/julho, 1999.

MCLUHAN, Marshall. Primeira parte. In: _____. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari. 4º ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

PACHECO, Anelise; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo. **O Trabalho da multidão: império e resistências**. Rio de Janeiro, Gryphus: Museu da República, 2002.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LAGO, C.; ALVES, P. H. **Raízes educacionais: do conceito à prática**. [s./l.; s./d.] Disponível em <<http://www.usp.br/nce>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: Comunidade, Mídia e Globalismo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PRESTES, Nadja Herman. **Pluralidade e ética em Educação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

SANCHEZ, Pedro. El sistema ALER. In: Chasqui - **Revista Latinoamericana de Comunicación**. Quito: CIESPAL, n. 27, jul./set. 1988.

SANTOS, Patrícia Monteiro. **Radio Favela: análise contextualizada da linguagem e conteúdo**. Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação. INOVOCOM, Volume 1, nº 1, maio de 2006.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. **Hermenêutica: arte e técnica da interpretação.** Trad. por Celso Braida. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, Marco Antonio. **Sala de aula interativa.** Rio de Janeiro, Quartet, 1999.

SODRÉ, Muniz. In: PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e Cultura das Minorias.** São Paulo: Paulus, 2005.

SOUZA, Ana Inês e DALLA COSTA, Rosa Maria. **Rádios Comunitárias: A voz da comunidade.** Caderno 1 da Série "Comunicação e Cultura Popular". 2ª Edição. Texto: Larissa Limeira. Produção: CEFURIA e NCEP/UFPR. Tiragem: 1000 exemplares. Curitiba, maio de 2006.

WHITE, Roberto. **Rádio Participativa em Nicarágua.** Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación, 1989.

UTRERAS, Jorge Merino. **Comunicación popular alternativa y participativa.** Manuales didácticos. Quito, CIESPAI, 1988.

UTRIA, Rubén. **Desarrollo nacional, participación popular y desarrollo de la comunidade em América Latina.** México: CREFAL/CEreparação, 1969.